

DIAGNÓSTICO SOCIAL ÍLHAVO 2024

Índice

LISTA DE SIGLAS	5
NOTA INTRODUTÓRIA	8
ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO	10
<i>Rede Social de Ílhavo</i>	10
<i>Revisita ao Diagnóstico Social - Metodologia</i>	11
CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO	13
<i>Cultura</i>	14
<i>Turismo</i>	16
<i>Custo de vida</i>	16
<i>Associativismo, Equipamentos Desportivos, Lúdicos e Recreativos</i>	19
DEMOGRAFIA	23
<i>Famílias</i>	27
<i>Casamentos e Divórcios</i>	29
<i>Nascimentos e Fecundidade</i>	30
<i>Movimento da População</i>	32
<i>Óbitos</i>	34
<i>Análise SWOT – Demografia</i>	36
REDE DE ACESSIBILIDADES	37
<i>Rede Viária</i>	37
<i>Mobilidade e Transportes</i>	37
<i>Análise SWOT – Redes de Acessibilidades</i>	39
HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO	40
<i>Estratégia Local de Habitação</i>	45
<i>Análise SWOT – Habitação e infraestruturas de saneamento</i>	46
<i>(Re)visita da Análise SWOT – Habitação</i>	46
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS	47
<i>O Sistema Educativo em Ílhavo</i>	47
<i>Caracterização e Evolução do 1º Ciclo em Ílhavo</i>	52
<i>Caracterização e Evolução do 2º Ciclo em Ílhavo</i>	53
<i>Caracterização e Evolução do 3º Ciclo em Ílhavo</i>	53
<i>Caracterização e Evolução do Ensino Secundário em Ílhavo</i>	54
<i>Ensino Profissional em Ílhavo</i>	56
<i>O Papel do Município na Educação Extraescolar</i>	56

Equipa Multidisciplinar de Apoio à Comunidade Educativa	60
<i>Preocupações apresentadas na Carta Educativa de Ílhavo</i>	63
<i>Ação Social Escolar</i>	65
<i>Análise SWOT – Educação e Formação de Adultos</i>	67
SAÚDE	69
<i>Instrumentos estratégicos de Promoção de Saúde</i>	69
Plano Nacional de Saúde	69
Plano Local de Saúde	71
<i>A Saúde em Ílhavo</i>	72
<i>Saúde Mental</i>	78
<i>Toxicodependência</i>	79
<i>Alcoolismo</i>	81
<i>Análise SWOT – Saúde</i>	82
<i>(Re)visita da Análise SWOT – Comportamentos Aditivos</i>	83
DEFICIÊNCIA	84
<i>Balcão da Inclusão</i>	85
<i>Análise SWOT – Deficiência</i>	86
AÇÃO SOCIAL	87
<i>Atendimento Social Integrado</i>	87
Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção	88
<i>Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados</i>	92
<i>Pessoas 2030</i>	95
<i>Instituições Particulares de Solidariedade Social de Ílhavo</i>	96
Família e Comunidade	99
<i>Grupos sócio caritativos</i>	99
<i>Infância e Juventude</i>	100
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	100
FAMÍLIA E REDES DE SOCIABILIDADE	102
<i>Ocupação Jovem</i>	102
<i>Programa Vocação</i>	102
<i>Cartão Família</i>	103
<i>Gabinete de Apoio à Família</i>	103
<i>Programa Municipal de Bolsas de Estudo do Ensino Superior</i>	104
<i>Análise SWOT – Ação Social</i>	106

<i>Análise SWOT – Respostas Sociais</i>	107
EMERGÊNCIA SOCIAL	108
<i>Análise SWOT – Emergência Social</i>	108
SEGURANÇA	109
<i>Violência Doméstica</i>	110
<i>Análise SWOT – Segurança</i>	111
EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL / ATIVIDADES ECONÓMICAS	112
<i>Desemprego em Ílhavo</i>	112
<i>Emprego em Ílhavo</i>	113
<i>Formação Profissional</i>	115
<i>Atividades económicas</i>	115
<i>Recursos Locais para a Promoção da Empregabilidade</i>	115
<i>Serviço de Apoio à Formação e Emprego</i>	116
<i>Gabinete de Inserção Profissional</i>	116
<i>PCI – Parque de Ciência e Inovação</i>	116
<i>Política Municipal de Incentivo ao Emprego</i>	117
<i>Análise SWOT – Emprego e Formação Profissional</i>	118
ENVELHECIMENTO ATIVO	119
<i>Ílhavo Amigo da Pessoa Idosa</i>	121
<i>Análise SWOT – Envelhecimento ativo</i>	127
IGUALDADE DE GÉNERO	128
<i>Análise SWOT – Igualdade de género</i>	129
DIVERSIDADE CULTURAL	130
<i>Comunidades Ciganas</i>	130
<i>A Educação e a Comunidade Cigana</i>	131
<i>A Saúde e a Comunidade Cigana</i>	132
<i>Análise SWOT – Diversidade Cultural</i>	133
<i>(Re)visita da Análise SWOT – Diversidade Cultural</i>	133
CONTACTOS	135
<i>Ação Social</i>	135
<i>Educação</i>	136
<i>Ensino Privado Pré-Escolar</i>	137
<i>Ensino Profissional</i>	138
<i>Ensino Público</i>	138

<i>Emprego</i>	<i>140</i>
<i>Família e Comunidade.....</i>	<i>140</i>
<i>Saúde - Farmácias</i>	<i>140</i>
<i>Saúde - Hospitais.....</i>	<i>141</i>
<i>Saúde – Unidade de Cuidados Continuados.....</i>	<i>141</i>
<i>Saúde – Unidades de Saúde Familiar e Extensões de Saúde.....</i>	<i>141</i>
BIBLIOGRAFIA / WEBGRAFIA	143
LEGISLAÇÃO	145
ANEXO.....	147
<i>Regulamento Interno do Atendimento Social Integrado</i>	<i>147</i>

LISTA DE SIGLAS

AC – Acompanhamento à Colocação

ACES - Agrupamento de Centros de Saúde

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

APC – Acompanhamento Pós-colocação

ARSC - Administração Regional de Saúde do Centro

ASI - Atendimento Social Integrado

CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CAO – Centro de Atividades Ocupacionais

CASCI – Centro de Ação Social do Conselho de Ílhavo

CDT – Comissão Dissuasão da Toxicodependência

CEI – Contrato Emprego e Inserção

CEP – Centro de Educação Profissional

CERCIIV – Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CIT – Certificado de Incapacidade Temporária

CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes

CLAS – Conselho Local de Ação Social

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRI – Centro de Respostas Integradas

CRP – Centro de Reabilitação Profissional

CV - Cardio Vascular DM - Diabetes Mellitus

DPOC - Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica

ECCL - Equipa de Cuidados Continuados Integrados

EEE - Estabelecimentos de Educação e Ensino

EN - Estrada Nacional

ENLCD – Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga

EP – Equipa de Prevenção

ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

ET – Equipa de Tratamento

FEAC – Fundo Europeu de Apoio a Carenciados

FEINPT – Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros

FMAFIC – Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados

GIP – Gabinete de Inserção Profissional

HTA - Hipertensão Arterial

IAOQE – Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IPO – Instituto Português de Oncologia

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

LAAR – Lar Residencial

NAVVD – Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica

NLI - Núcleo Local de Inserção

OE – Orçamento de Estado

OMS – Organização Mundial de Saúde

PA - Pressão Arterial

PCAAC – Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados

PES – Promoção e Educação para a Saúde

PF – Processos familiares

PLA – Problemas Ligados ao Álcool

PLS – Plano Local de Saúde

PNAI – Plano Nacional para a Inclusão

PNI – Plano Nacional para a Igualdade

POAPMC - Programa Operacional Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

PORI – Plano Operacional de Respostas Integradas

PPRSI – Prestação Processada Rendimento Social de Inserção

PRI – Programa de Respostas Integradas

PRO – Valor provisório

RCV - Risco Cardio Vascular

RLIS - Rede Local de Intervenção Social

RMAD – Rede Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade

RNCCI - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

RSI – Rendimento Social Inserção

SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

SAFE – Serviço de Apoio à Formação e Emprego

SDAF – Serviço Domiciliário de Apoio às Famílias

TPA – Terminal de Pagamento Automático

TPC – Trabalhador por Conta Própria

TPO – Trabalhador por Conta de Outro

UA – Unidade de Alcoologia

UCC - Unidade de Cuidados na Comunidade

UCSP - Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

UD – Unidade de Desabituação

UE – União Europeia

USF'- Unidade de Saúde Família

VD – Visita Domiciliária

NOTA INTRODUTÓRIA

O Diagnóstico Social de Ílhavo desempenha um papel central no âmbito do Programa da Rede Social, ao ser uma ferramenta de trabalho essencial para a intervenção estratégica do concelho no campo do desenvolvimento social e comunitário e da promoção da coesão social.

Um instrumento que se destaca pelo seu alinhamento com documentos municipais, em particular com o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) em vigor no concelho. Este alinhamento reflete uma ligação estreita e de co-construção entre o diagnóstico social concelhio e o planeamento estratégico local.

No contexto da Componente 03 - Respostas Sociais, com o investimento RE-C03-i01 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), destaca-se a implementação da medida Radar Social. Esta iniciativa prevê a criação de equipas técnicas multidisciplinares para desenvolver projetos-piloto em Portugal continental. A sua estruturação considera a dimensão populacional de cada concelho e a abrangência da intervenção, integrando-se nos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), da Rede Social, e nas Câmaras Municipais. Estas equipas têm como função principal contribuir decisivamente para a construção, atualização e enriquecimento do conhecimento sobre os territórios, promovendo uma visão integrada e estratégica.

O Programa Radar Social foi iniciado no município de Ílhavo em 18 de novembro de 2024. Este documento resulta de uma (re)visita ao instrumento de diagnóstico em vigor, com horizonte até 2025, permitindo a incorporação de informações e dados mais recentes. É importante salientar, contudo, que se trata de uma versão preliminar (draft), base para o produto final que será fruto de um trabalho participativo e contínuo de atualização diagnóstica, a desenvolver ao longo do próximo ano de 2025.

A atualização diagnóstica a realizar durante o próximo período manterá a integração de planeamento, consolidando a articulação entre as duas dimensões estratégicas (diagnóstico da realidade e plano de desenvolvimento social), em conformidade com as orientações previstas nos princípios da Rede Social:

Subsidiariedade: No quadro da Rede Social, as decisões são tomadas ao nível mais próximo das populações. Somente após a exploração de todos os recursos e competências locais se recorre a níveis sucessivos de encaminhamento e resolução de problemas.

Integração: A intervenção social e o incremento de projetos locais de desenvolvimento integrado fazem-se com a participação de todos os intervenientes locais e pela congregação de recursos para a resolução dos problemas sociais.

Articulação: Traduz-se na coordenação das ações dos diferentes agentes atuantes no território, promovendo o trabalho em parceria, a cooperação e a partilha de responsabilidades.

Participação: O combate à pobreza e à exclusão social, promovendo o desenvolvimento social, é um processo amplamente participado, envolvendo atores sociais e a população, especialmente os grupos mais vulneráveis.

Inovação: Valoriza-se a mudança de atitude e de cultura institucional, com a aquisição de novos saberes e a inovação nos processos de trabalho, práticas e modelos de intervenção para enfrentar problemáticas e alterações sociais emergentes.

Igualdade de Género: A dimensão de género está integrada nas medidas, ações e avaliação de impacto, assegurando que todos os cidadãos e cidadãs têm a mesma dignidade social e igualdade de direitos.

Esta (re)visita, sendo um documento de partida para um diagnóstico detalhado e aprofundado numa visão holística e integrada do município, atende a orientações internacionais, nomeadamente: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que define metas globais para erradicação da pobreza, redução das desigualdades e promoção de bem-estar sustentável; o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, estruturado em torno de três eixos: igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, condições de trabalho justas e proteção e inclusão social.

Tem também presente elementos nacionais tais como: a Estratégia Nacional de Luta Contra a Pobreza (2021-2030); a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo (2025-2030); o Plano Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (2023-2026).

Com base nesta (Re)visita, o presente documento estrutura-se de forma a apresentar análises e contributos nas seguintes áreas:

- Caracterização do concelho
- Demografia
- Rede de acessibilidade
- Habitação e infraestruturas de saneamento básico
- Educação e formação de adultos
- Saúde
- Deficiência
- Ação social
- Emergência social
- Segurança
- Emprego e formação profissional / atividades económicas
- Envelhecimento ativo
- Igualdade de género
- Diversidade cultural

ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Rede Social de Ílhavo

A Rede Social, criada na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, e do Despacho Normativo n.º 8/2002 de 12 de fevereiro, que regulamenta o Programa de Apoio à sua implementação, *“impulsionou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abrangendo atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local. Este trabalho de parceria tem vindo a ser alvo de uma enriquecedora atualização também na perspetiva da promoção da igualdade de género”*¹.

Regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, que define o seu funcionamento, competências, princípios e regras subjacentes aos instrumentos de planeamento que lhe estão associadas, *“a rede social pretende constituir um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas, atuando nos mesmos territórios, baseada na igualdade entre parceiros, no respeito pelo conhecimento, pela identidade, potencialidades e valores intrínsecos de cada um, na partilha, na participação e na colaboração, com vista à consensualização de objetivos, à concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais e à otimização dos recursos endógenos e exógenos ao território”*².

A Rede Social de Ílhavo, assume-se assim como *“um modelo de organização e de trabalho em parceria que traz uma maior eficácia nas respostas sociais e rapidez na resolução dos problemas concretos dos cidadãos e das famílias”*³.

Com o intuito de alcançar os objetivos e concretizar as ações previstas no âmbito da Rede Social, foi implementado no concelho de Ílhavo, em 2000, o Conselho Local de Ação Social (CLAS). O CLAS é uma entidade de âmbito concelhio que visa articular as iniciativas e ações de todos os agentes que têm intervenção nas áreas social e de solidariedade, tendo sido criado no âmbito do Programa de Apoio à Implementação da Rede Social (Despacho Normativo n.º 8/2002, de 12 de fevereiro), criando as bases para a existência de uma Rede Social que contribua para a consciência pessoal e coletiva dos problemas sociais e que promova a participação e a concertação de esforços por parte de todas as entidades envolvidas, no sentido da solução destes problemas.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, *“o processo de planeamento integrado de intervenção no âmbito da Rede Social tem como objetivos a cobertura equitativa e adequada de serviços e equipamentos e a rentabilização dos recursos locais e tem como finalidade o desenvolvimento social local”* através, entre outros, do Diagnóstico Social.

Entende-se por Diagnóstico Social, um “instrumento dinâmico sujeito a atualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros, que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da deteção dos

¹ Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho

² Id.

³ Id.

problemas prioritários e respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais” (Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho).

Revisita ao Diagnóstico Social - Metodologia

A revisita ao Diagnóstico Social do concelho de Ílhavo (2020), atualmente em vigor, constitui um ponto de partida para a construção de um diagnóstico aprofundado a ser realizado no âmbito do projeto Radar Social. Esta revisita, ancorada numa abordagem sistémica, alinha-se aos princípios orientadores e metodologias que sustentaram o diagnóstico original, promovendo a sua atualização com base nas dinâmicas sociais emergentes e nas necessidades identificadas recentemente.

Metodologia de revisita

Com base numa análise documental detalhada:

Documentos e Diretrizes Nacionais: Revisão dos principais instrumentos e orientações nacionais de diagnóstico e planeamento social

Dados Quantitativos: Recolha e análise de dados quantitativos atualizados, das diversas áreas de intervenção identificadas no diagnóstico original. Nota-se que existem informações e dados quantitativos em atualização mediante a recolha e tratamento da própria fonte de informação, não estando disponíveis ao momento. Contudo, será possível o seu enquadramento e input no documento do diagnóstico a elaborar no imediato futuro.

Integração e Uniformidade na Ação Social Local: Estreita comunicação e articulação com o grupo e equipas de Atendimento Social Integrado (ASI) e o Núcleo Local de Intervenção (NLI), reforçando a integração das ações no âmbito de uma rede social integrada.

Ligação a Documentos Municipais: Comunicação com equipas técnicas municipais de diferentes áreas e sua colaboração, a promover uma articulação estreita com os objetivos do Plano de Desenvolvimento Social em vigor (2020-2025).

O alinhamento com o **Plano de Desenvolvimento Social** reafirmou os quatro eixos prioritários de intervenção: comportamentos aditivos, diversidade cultural, habitação e respostas sociais. Estes eixos foram submetidos a uma análise SWOT durante o trabalho do Núcleo Executivo da Rede Social em 4 de dezembro de 2024, do qual surgiram novos inputs e reflexões sobre a realidade concelhia.

Houve ainda um segundo momento de trabalho com Núcleo Executivo, realizado a 13 de zembro de 2024, para partilha, validação e consolidação do caminho traçado para a presente revisita ao documento – diagnóstico, assumindo como pilar o atual Plano de Desenvolvimento Social (2020-2025).

Desta análise de forças, fragilidades, oportunidades e ameaças do concelho, foram incluídas duas novas áreas prioritárias para o desenho do **Plano de Ação Integrado** em Rede Social (ASI/NLI) para 2025:

- Saúde Mental – pela crescente relevância dos desafios ligados à saúde mental na população local,
- Emergência Social – a reconhecer a importância e necessidade de uma resposta ágil e integrada em situações de vulnerabilidade / emergência social.

Próximos Passos

Estas dimensões serão trabalhadas de forma participativa e colaborativa durante a segunda fase de implementação do projeto Radar Social, que prevê a referenciação e avaliação de necessidades e recursos do concelho. Este processo incluirá a recolha de dados atualizados a prever metodologias participativas e colaborativas; o planeamento integrado a envolver todas as entidades parceiras da Rede Social Local.

Desta forma, a presente revisita ao Diagnóstico Social constitui uma base sólida para atualizar e enriquecer o conhecimento sobre a realidade concelhia, considerando os impactos significativos provocados pela pandemia de COVID-19 (que trouxe desafios em áreas como saúde pública, economia e coesão social) bem como por outros fatores nacionais e internacionais, como a crescente inflação, a crise energética e os efeitos de conflitos geopolíticos (ex: as guerras na Ucrânia e em Gaza), dos quais emergem novas dinâmicas e vulnerabilidades a exigir o estudo concertado de respostas integradas e adaptadas.

A iniciar no concelho de Ílhavo e em fase de experimentação nacional, a medida Radar Social contribui para interpretar a realidade social local, nos contributos ao desenvolvimento dos instrumentos estratégicos de planeamento, na proximidade e referenciação das vulnerabilidades e potenciais recursos a respostas às necessidades emergentes no território.

CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO



Figura 1 - Divisão territorial da região: NUTS III e Municípios⁴

O Concelho de Ílhavo situa-se no Distrito de Aveiro, região Centro e sub-região do Baixo Vouga. Geograficamente, pode dizer-se que é limitado a Norte e a Este por Aveiro, a Sul por Vagos e a Oeste pelo Oceano Atlântico que banha as suas praias, o que o distingue dos demais quer pela sua geografia, quer pela sua história.

Ílhavo é reconhecido por muitos autores como sendo descendente de lendários navegadores, provavelmente fenícios, gregos ou antigos navegadores dos mares do Norte e Romanos, que vieram pela foz do Vouga, aproveitando as suas margens para se estabelecerem, sendo o povo Ilhavense um misto de várias raças, como comprovam os cerca de nove séculos e meio de vida documentada. Sabe-se que a primeira referência escrita à “vila iliauo”, se encontra no cartulário do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, designado por Livro Preto da Sé de Coimbra e remonta ao século XI. Este território enquadra-se em terras baixas embebidas pelos canais da ria de Aveiro, condição que arrastou a sua população para atividades como a agricultura melhorada com moliço proveniente da ria, a produção de sal e a faina da pesca, sendo a do bacalhau mais desenvolvida e ainda hoje imagem de marca do concelho, como é visível no seu Museu Marítimo. É também conhecido mundialmente pela sua ligação à arte, com as porcelanas da Vista Alegre. No âmbito gastronómico, pelos pratos confeccionados com bacalhau e seus derivados, pela forma ainda tradicional e artesanal de confeccionar o Pão de Vale de Ílhavo, os

⁴ Fonte: INE, Retorno de Informação Personalizada dos Municípios, Dezembro 2018

Folares e o Pão com chouriço. Culturalmente, destaca-se o Festival do Bacalhau, para além das típicas festas populares e festivais. As praias do concelho, o seu farol e os seus museus são, no campo do turismo, a principal atração.

Com uma densidade populacional, de acordo com o INE, de 555.4 hab/km², em 2022, Ílhavo é aquele que apresenta a maior densidade populacional da Região de Aveiro.

De acordo com os dados dos Censos 2021, Ílhavo regista uma população residente constituída por 40.813 indivíduos, sendo 19.511 do sexo masculino e 21.302 do sexo feminino. Subdivide-se em quatro freguesias: São Salvador, sede do Concelho, (16.597 habitantes), Gafanha da Nazaré, da qual faz parte a Praia da Barra (14.756 habitantes), Gafanha da Encarnação, da qual faz parte a praia da Costa Nova (5.487 habitantes) e a Gafanha do Carmo, a menos povoada (1.785 habitantes).

Destaca-se que a população residente tem vindo a aumentar a sua densidade populacional em 12% entre 1991 e 2001, em 3,73% entre 2001 e 2011, e 5,74% entre 2011 e 2021, onde se denotou um refreamento. Tal crescimento deve-se não só ao facto de ser um concelho periférico com grande função residencial, mas também devido a intensos movimentos migratórios, principalmente de população jovem e com menores rendimentos que neste reconhece fatores favoráveis para encontrar uma resposta habitacional e de trabalho.

No que se reporta à distribuição da população por grupos etários, o grosso da população encontra-se na faixa etária entre os 25 e os 64 anos. Seguem-se os indivíduos com mais de 65 anos e só depois aqueles que se encontram entre os 0 e os 14 anos.

Relativamente à população, é perceptível a disposição para uma população cada vez mais envelhecida, reforçado pelo decréscimo do número de nascimentos contraposto com o número de adultos e idosos. Como consequência deste facto, é importante destacar a necessidade de investir em estruturas de suporte à pessoa idosa, recorrendo nomeadamente às respostas institucionais, estas já muito enraizadas, diversificadas e com dinâmicas de parceria que permite entre elas uma resposta mais adequada e mais próxima das necessidades existentes.

Cultura

Iluminado pelo Farol da Barra, com um raio de 23 milhas, Ílhavo vê irradiada a sua luz nos principais espaços culturais: o Laboratório das Artes, a Fábrica das Ideias, a Casa da Cultura e o Cais Criativo.

Pelas suas características territoriais e socioculturais, é um concelho com intensa atividade cultural e desportiva, estando esta retratada na diversidade de eventos que deixam abertas as portas a todos os que o queiram visitar, mobilizando não só a própria região, mas todo o país, tornando-se já um atrativo para estrangeiros.

Pela sua proximidade ao mar e toda a sua Cultura Marítima e da Pesca de Bacalhau, esta temática inspira não só os seus espaços culturais como os seus festivais, nomeadamente o Festival do Bacalhau, o Ria a Gosto – Festival de Marisco da Costa Nova, o Marolas, o Festival Rádio Faneca, o Festival Cabelos Brancos, a Rota do Pão do Vale de Ílhavo, entre outras atividades à disposição de toda a comunidade.

Aproveitando ao máximo os recursos naturais e o bom tempo característico da região, valorizando a cultura marítima, o concelho oferece ao longo de todo o ano uma variada oferta de atividades de caráter lúdico, cultural e desportivo, pensadas para todas as idades e gostos. Da Música ao Cinema, passando pelo Teatro, Folclore, Exposições, Atividades Desportivas e de Sensibilização Ambiental, Bibliotecas de Praia, Festivais Gastronómicos, entre outras que confirmam ser este um concelho culturalmente ativo.

Ílhavo é também rico em arte e outras referências arquitetónicas. Conhecido pelos palácios e capelas que remontam aos séculos XVII e XVIII, tem também exemplares de Arte Nova, que reforçam a forte ligação ao mar ao terem sido influenciados pelas viagens dos capitães ilhavenses na odisseia da pesca do bacalhau.

Podemos ainda encontrar em alguns lugares das diferentes freguesias exemplos de arquitetura vernácula, caracterizada pela vivência dos povos da beira mar e beira ria.

É também rico em arquitetura contemporânea, como se pode verificar nos mais recentes edifícios públicos, mas também no restauro e construção de algumas casas particulares.

A arte está de tal forma enraizada na cultura do povo Ilhavense, que ninguém consegue ficar indiferente à perícia técnica dos artesãos. Enfatizando a sua ligação à vida marítima e às influências multiculturais que marcam esta gente, a arte para além da vertente decorativa, era também um recurso utilitário, variando desde a tecelagem das redes de pesca, às peças decorativas e aos produtos alimentares tradicionais.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, podemos verificar na tabela abaixo o valor disponibilizado pela autarquia para financiamento de atividades culturais, criativas e desportivas.

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Em atividades culturais e criativas (milhares €)	2 783 914,00€	18 583 119,00€	87 664 088,00€	441 120 498,00€	14,98
Património	887 856,00€	2 993 259,00€	18 397 670,00€	88 020 001,00€	29,66
Bibliotecas e arquivos	450 264,00€	3 041 259,00€	21 002 991,00€	75 420 214,00€	14,81
Artes do Espetáculo	1 445 794,00€	9 507 342,00€	38 756 085,00€	128 945 143,00€	15,21
Atividades interdisciplinares	0,00€	3 041 259,00€	9 507 342,00€	148 735 140,00€	0,00
Em atividades culturais e criativas por habitante (€/hab)	68,21€	49,46€	38,85€	42,14€	-
Em atividades e equipamento desportivos por habitante (€/hab)	32,40€	35,35€	43,47€	35,13€	-

Tabela 1 - Despesas da Câmara Municipal em atividades culturais, criativas e desporto, dezembro 2022⁵

⁵ Fonte: INE, Retorno de Informação Personalizada dos Municípios, dezembro 2022

Turismo

O turismo é uma das áreas em expansão no concelho, podendo verificar-se na tabela que se segue, que no período compreendido entre 2013 e 2022, se regista o aumento do número de alojamentos, a duplicação do número de camas, assim como um aumento significativo dos proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros.

ANOS		2013	2017	2022
Dormidas por 100 Habitantes	Dormida	77,9	169,6	224,5
	Rácio %			
Alojamentos turísticos	Estabelecimentos	7	8	12
	Camas	380	515	665
Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros	Milhares de Euros	1054	3376	5062

Tabela 2 - Evolução na área do Turismo no concelho de Ílhavo⁶

Mundialmente é reconhecido por ser o berço da Fábrica da Vista Alegre desde 1824, que tem a sua presença marcada em várias mesas de casas reais europeias e que, através do seu Museu, transporta os visitantes pela história da cerâmica ao longo dos últimos anos, valorizando cada criação artística.

Outra possibilidade é uma viagem pela história da Pesca do Bacalhau à linha, possível de ser vivenciada no Museu Marítimo de Ílhavo e no Navio Museu Santo André que conta a vida do arrasto.

É um destino apetecível pela grande oferta desportiva, desde as atividades náuticas, à pesca e à observação das aves entre outros valores naturais. Também as suas praias, da Barra e da Costa Nova, oferecem diferentes oportunidades e vivências, com o Farol da Praia da Barra e os típicos Palheiros da Costa. Já os apreciadores de gastronomia tendem a visitar o concelho pela experiência onde o peixe, de forma geral, e o bacalhau, de forma muito particular, assumem a base de inúmeros pratos. A refeição pode ser acompanhada pelo pão de Vale de Ílhavo, ainda hoje cozido em forno a lenha, mantendo a receita histórica e confeccionado de forma artesanal pelas mãos das tradicionais padeiras, e adoçada com o arroz-doce à moda de Ílhavo ou com as papas de abóbora.

Custo de vida

O custo de vida é o valor, em dinheiro, necessário para fazer face um certo nível de vida, e inclui diferentes despesas básicas. É um valor importante para comparar o custo de viver num local comparativamente a outro. Neste Diagnóstico Social, optou-se por se fazer referência apenas a algumas despesas como a habitação, transporte e cultura, enquanto exemplos de uma imagem global do concelho.

⁶ Fonte INE. 2022

Ílhavo encontra-se em 89º lugar relativamente ao poder de compra per capita⁷ (num total de 308 municípios), apresentando em 1993 um poder de compra per capita de 74,2%, em 2015 um poder de compra per capita de 88,2%, e em 2023 um poder de compra per capita de 87,92%, o que revela um valor acima da média na tabela nacional.

No que reporta à proporção do poder de compra⁸, posiciona-se em 70º lugar com uma proporção de poder de compra que evoluiu de 0,2% (1993), para 0,3% (2015), e para 0,339% (2023).

Localização geográfica	Proporção de poder de compra (% - no total do País) por Localização geográfica; Bienal	Poder de compra per capita por Localização geográfica; Bienal	Fator dinamismo relativo de poder de compra por Localização geográfica; Bienal
	%		
Portugal	100	100	-0,092
Região de Aveiro	3,334	93,05	-0,319
Águeda	0,392	87,86	-0,485
Albergaria-a-Velha	0,207	85,42	-0,51
Anadia	0,219	81,99	-0,392
Aveiro	0,949	119,68	-0,28
Estarreja	0,219	86,21	-0,564
Ílhavo	0,339	87,92	-0,087
Murtosa	0,075	73,11	0,154
Oliveira do Bairro	0,195	85,53	-0,35
Ovar	0,475	89,06	-0,327
Sever do Vouga	0,085	80,42	-0,479
Vagos	0,178	79,48	-0,051

Tabela 3 - IpC, PPC e FDR. Novembro de 2023⁹

Em relação ao valor médio de avaliação bancária dos alojamentos encontra-se em 1870€/m², em Outubro de 2024

De acordo com o INE, o valor médio dos contratos de arrendamento assinados em Ílhavo em 2023 situa-se nos 6,80€/m², duplicando os valores nacional de 2017. No caso do arrendamento em habitação social, o INE destaca no ano de 2023, em Ílhavo, um custo médio de um fogo de 6,80€/m².

⁷ Este indicador compósito pretende traduzir o poder de compra em termos per capita. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões.

⁸ Este indicador compósito reflete o peso do poder de compra de cada município ou região no total do país para o qual a proporção de poder de compra assume o valor 100%.

⁹ Fonte: INE

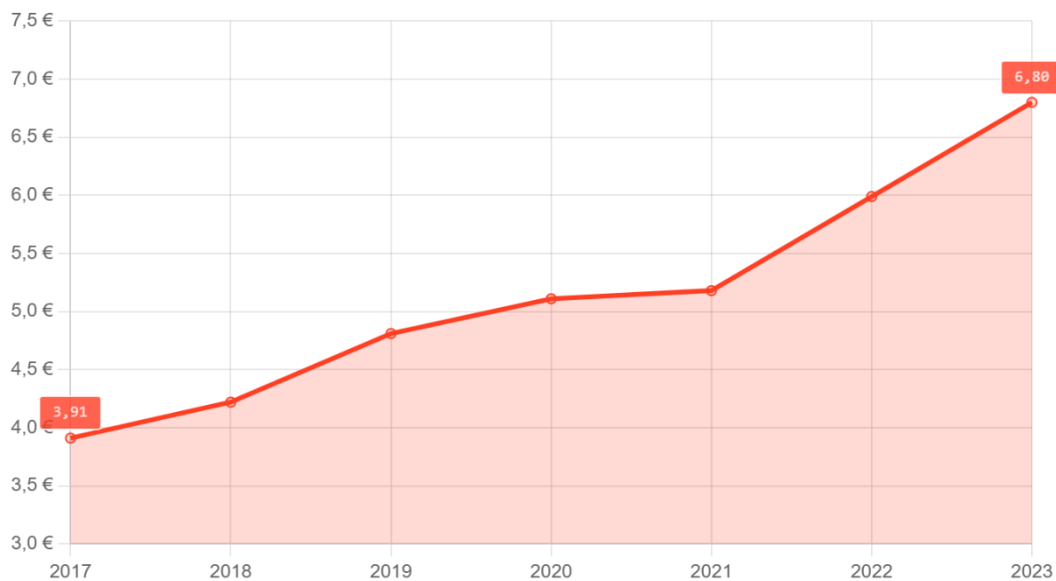


Figura 2 -Evolução do valor mediano das rendas m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Ílhavo

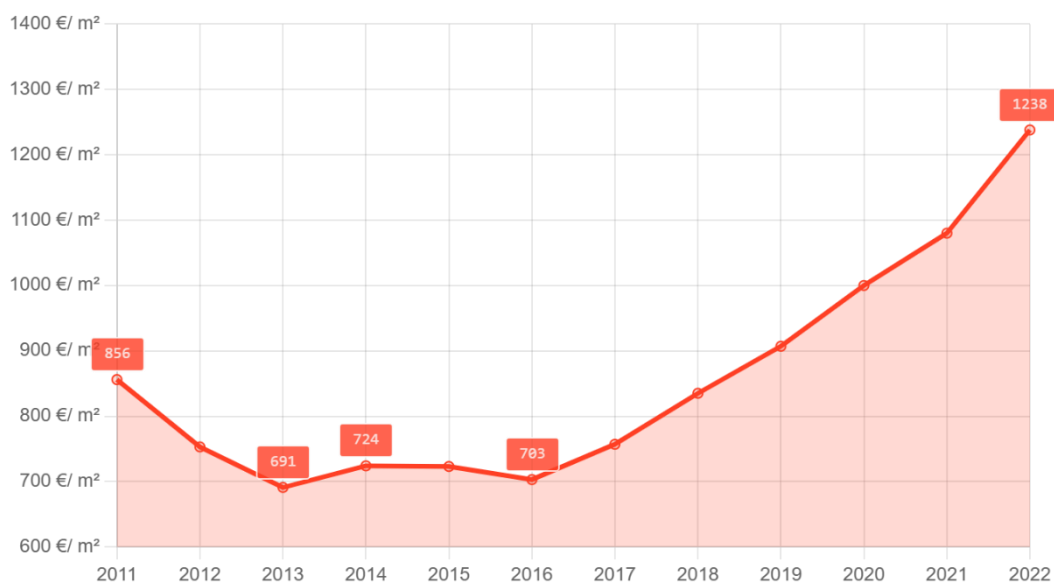


Figura 3 -Evolução da avaliação bancária habitação em Ílhavo (2011 - 2022)

O acesso à cultura nas salas de espetáculos, eventos, museus ou exposições pode ser feito a título gratuito ou pode variar entre 1,00€ e 25,00€, de acordo com os preços aplicados no período compreendido entre 2013 e 2023, nestes espaços.

Relativamente à mobilidade, o concelho está munido de transportes urbanos, com um custo por viagem que varia entre os 0,50€ e 3,35€¹⁰ dependendo do trajeto, com facilidade de acesso à estação ferroviária de Aveiro.

A mobilidade é possível pelo recurso a táxis, com um serviço urbano com a bandeirada em período diurno de 3,25€ e no período noturno, feriados e fins de semana com um custo de 3,90€ e o preço das frações de percurso e tempo tem um acréscimo 0,94€/km.

Associativismo, Equipamentos Desportivos, Lúdicos e Recreativos

“A expressão associativismo designa, por um lado a prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembleia geral, direção, conselho fiscal) e, por outro lado, a apologia ou defesa dessa prática de associação, enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os sócios) para a obtenção de finalidades comuns. (...)”

O associativismo, enquanto forma de organização social, caracteriza-se pelo seu caráter, normalmente, de voluntariado, por reunião de dois ou mais indivíduos, usado como instrumento da satisfação das necessidades individuais humanas (nas suas mais diversas manifestações)”¹¹.

Em Ílhavo, as associações são reconhecidas pela importância que assumem no desenvolvimento das comunidades residentes nas diferentes freguesias, ocupando um lugar de grande relevo na dinâmica do movimento associativo, dinamizando iniciativas culturais, recreativas, desportivas e sociais no concelho.

A intervenção das associações prende-se com o apoio e organização de novas iniciativas, dinamização de práticas regulares de desenvolvimento e a interligação e cooperação associativa. Assim, as Autarquias procuram desenvolver a sua estratégia cultural, desportiva e social em consonância com o desempenho das associações, através da promoção da cooperação, solidariedade, responsabilização e intervenção dos cidadãos nas mais variadas dimensões da vida social, tornando-se um importante meio de exercício de cidadania.

Em Ílhavo as diferentes associações culturais promovem atividades diferenciadas, sendo exemplo a música, o teatro, a dança folclórica, a promoção e manutenção de tradições. São estas:

- Amigos do Museu Marítimo de Ílhavo;
- Associação Cultural e Recreativa “Os Baldas”;
- Associação Cultural e Recreativa “Os Palheiros” da Costa Nova;
- Associação Amigos da Malha da Carvalheira;
- Associação Bacalhoeiros de Portugal;
- Associação Cultural da Gafanha do Carmo;
- Associação Recreativa e Cultural “Chio Pó-Pó”;
- Auroque – Associação Cultural;
- Banda dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo “Música Nova” } Bússola Partilhada;

¹⁰ Dados retirados do site da Transportadora Transdev

¹¹ In <https://pt.wikipedia.org/wiki/Associação> , consultado a 03.06.2019

- Casa do Povo da Gafanha da Nazaré;
- Coletividade Popular da Coutada;
- Confraria Camoniana de Ílhavo - Associação;
- Confraria Gastronómica do Bacalhau;
- Cooperativa Cultural e Recreativa da Gafanha da Nazaré;
- Escola de Música Gafanhense;
- Filarmónica Gafanhense;
- GRAL – Grupo Recreativo Amigos da Léguas;
- Grupo de Danças e Cantares da Gafanha do Carmo;
- Grupo Folclore “O Arrais”;
- Grupo de Teatro Ribalta;
- Grupo Etnográfico da Gafanha da Nazaré;
- Núcleo de Marinheiros da Armada de Aveiro;
- Orfeão Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo;
- Os Cardadores de Vale de Ílhavo – Associação Cultural e Recreativa;
- Pestinhas – Grupo de Dança – Associação Cultural;
- Rancho Folclórico “As Ceifeiras” da Gafanha da Encarnação;
- Rancho Regional Casa do Povo de Ílhavo.

Existem também várias associações de solidariedade social que procuram, para além de complementar o papel das famílias e responder às necessidades sociais, defender e assegurar o respeito pela dignidade da pessoa humana e o espírito comunitário, promovendo também a proteção social dos cidadãos na falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho. Nomeadamente:

- Associação Aquém Renasce;
- Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo;
- Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro - C.E.R.C.I.A.V – Centro de Reabilitação Profissional;
- Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo – CASCI;
- Centro Paroquial de Assistência e Formação D. Manuel Trindade Salgueiro;
- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Nazaré;
- Centro Social Padre José Kentenich;
- Centro Social Paroquial da Gafanha da Encarnação;
- Conferências S. Vicente de Paulo de Ílhavo;
- Cordis;
- Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha da Encarnação;
- Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha da Nazaré;
- Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha do Carmo;
- Lions Clube de Ílhavo;
- Núcleo Regional da Liga Portuguesa Contra o Cancro;
- Obra da Providência;
- Património dos Pobres da Freguesia de Ílhavo;
- Rotary Club de Ílhavo;

- Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo.

Ílhavo é caracterizado também pelo movimento associativo jovem, forte e dinâmico, onde os jovens se assumem como parte indispensável na decisão coletiva, podendo identificar-se:

- Grupo de Jovens “A Torre”;
- Grupo de Jovens “A Tulha”.

“Poucos municípios dispõem de anfiteatros naturais adequados à prática de tão diversas modalidades desportivas ao ar livre, ao que se juntam os equipamentos desportivos entretanto construídos para melhorar o estilo de vida da população local e dos visitantes. Aqui não há “desporto rei”, mas o desporto impera” (Ílhavo, Equipamentos Desportivos, 2019).

Ílhavo é um território rico em marinas, ancoradouros, piscinas e com frente marítima e lagunar da Ria, o que proporciona uma oferta variada de desportos náuticos.

Para os amantes de desportos terrestres, Ílhavo oferece uma extensa rede de ciclovias, um skate park, circuitos de manutenção, campos de minigolfe, recintos especializados e polivalentes.

Destacam-se as associações e clubes que disponibilizam uma diversidade de práticas desportivas que vão desde a vertente lúdica, à formação e alta competição. As modalidades disponíveis são, entre outras:

- | | | | |
|----------------|----------------|---------------|------------|
| • Andebol; | • Futebol; | • Mergulho; | • Stand Up |
| • Atletismo; | • Futsal; | • Minigolfe; | Paddle; |
| • Basquete; | • Ginástica de | • Modelismo; | • Sueca; |
| • Boccia; | Manutenção; | • Natação; | • Surf; |
| • Bodyboard; | • Ginástica | • Orientação; | • Ténis; |
| • BTT; | Ritmica; | • Pesca; | • Triatlo; |
| • Caminhada; | • Judo; | • Petanca; | • Vela; |
| • Ciclismo; | • Karaté; | • Pilates; | • Xadrez; |
| • Columbófila; | Kickboxing; | • Remo; | |
| • Dança; | • Kite Surf; | • Snooker; | |

Estas modalidades podem ser praticadas nas diferentes associações e clubes do concelho. A saber:

- Associação Desportiva Cultural e Recreativa Senhora dos Campos;
- Associação Cultural e Desportiva “Os Ílhavos”;
- Associação de Pesca Desportiva Costa Azul;
- Associação de Surf de Aveiro;
- Associação Desportiva Costa Nova Futebol Clube;
- Associação Náutica e Recreativa Gafanha da Nazaré;
- Associação Náutica Gafanha da Encarnação;
- Bússola Partilhada - Associação;
- Clube Associação de Pais da Gafanha da Encarnação - CAPGE;
- Clube de Vela da Costa Nova;

- Clube Natureza e Aventura de Ílhavo - CNAI;
- Clube Náutico Boca da Barra - CNBB;
- Grupo Columbófilo da Gafanha;
- Grupo Desportivo Beira Ria;
- Grupo Desportivo da Gafanha;
- Grupo Desportivo da Gafanha de Aquém;
- Grupo Desportivo do Carmo;
- Ílhavo Andebol Clube;
- Iliabum Clube;
- Marina Clube da Gafanha;
- Minigolf Clube de Ílhavo;
- Novo Estrela Gafanha da Encarnação – NEGE;
- Núcleo Sportinguista de Ílhavo;
- Ria de Aveiro Kite Clube;
- Sharpie Club;
- Sociedade Columbófila de Ílhavo;
- Sporting Clube da Vista Alegre;
- Truques & Engenhocas Associação de Modelismo – TEAM;
- Vedetas d’Outono – Clube.

Não obstante, existem também os ginásios de cariz privado, distribuídos pelas diferentes freguesias.

Existe também uma grande variedade de equipamentos de natureza mista ou educativa que em muito contribuem para a formação cívica dos residentes e visitantes:

- Escola Municipal de Educação Rodoviária - EMER;
- Serviço Educativo Municipal de Ílhavo - SEMI;
- Museus;
- Biblioteca e respetivos polos de leitura.

Para além destes equipamentos, podemos destacar também a prática do Escutismo. Os Escuteiros, instituição de educação não-formal, reconhecida de Utilidade Pública pelo Governo português, apartidária e sem fins-lucrativos, que em Ílhavo, distribuem-se pelas diferentes freguesias em agrupamentos, nomeadamente:

- Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1021 S. João Baptista (Gafanha da Nazaré – Praia da Barra);
- Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1024 (Gafanha da Encarnação);
- Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 189 N. S.ª Rosário (Ílhavo);
- Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 531 (Gafanha do Carmo);
- Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 588 (Gafanha da Nazaré);
- Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 878 Escuteiros Marítimos da Costa Nova (Gafanha da Encarnação);
- Fraternidade Nuno Álvares Núcleo Ílhavo.

DEMOGRAFIA

No âmbito da realização do Diagnóstico Social do Concelho de Ílhavo, estudar a população nele residente torna-se indispensável. Desta forma, procuramos neste capítulo compreender a densidade, dinâmicas, distribuição e estatísticas básicas (nascimentos, casamentos, doenças, mortes, etc.) ao longo dos últimos anos.

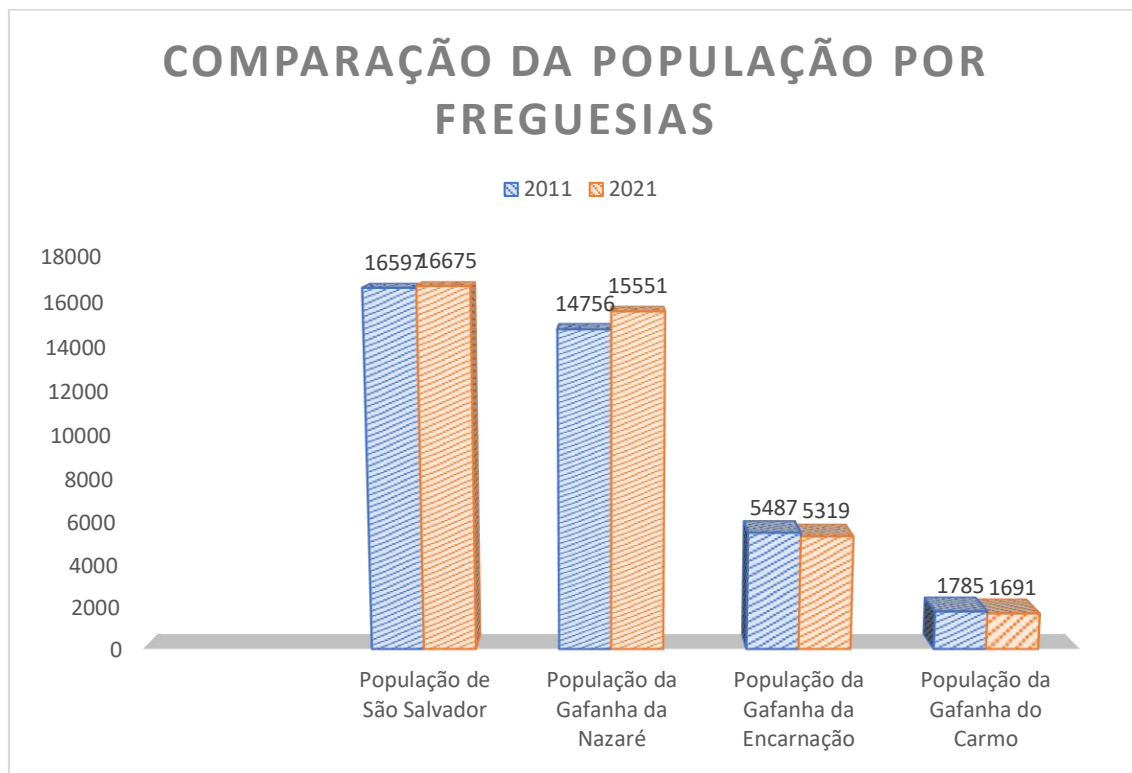


Figura 4 - Distribuição da População Residente por Freguesia

Embora a caracterização do concelho tenha sido já apresentada, de acordo com os Censos 2021 (e efetuando a comparação com os de 2011), o número de residentes e sua distribuição pelas diferentes freguesias, reconhece-se que tenha já existido alguma flutuação nomeadamente em função do fluxo migratório e a sazonalidade de algumas populações étnicas, que pela sua influência no tecido social do município merece algum estudo e avaliação.

ANOS	2013	2017	2021
Nº de Indivíduos por Km ²	523,40	523,00	533,95
População residente	38456	38430	39235
População residente dos 0 – 14 (%)	15,00%	14,00%	13,45%
População residente dos 15 – 64 (%)	67,80%	67,20%	58,26%
População residente com 65 ou mais anos (%)	17,20%	18,80%	28,29%

Tabela 4 - Evolução da população residente no concelho de Ílhavo¹²

¹² Fontes: INE

Numa primeira análise não se verificam muitas alterações nos últimos anos no que concerne ao número de indivíduos por Km², ou na variação da população residente. Esta última intimamente relacionada não só com os movimentos migratórios, de entradas e saídas de população, como também com os comportamentos ao nível da fecundidade e mortalidade. Destaca-se que a distribuição da população por grupos etários demonstra-nos que o concelho de Ílhavo segue as tendências do país, uma vez que é evidente o duplo processo de envelhecimento populacional, tanto na base como no topo. Se por um lado a população mais jovem tem vindo a diminuir, por outro, as pessoas com 65 ou mais anos estão a aumentar.

Por sua vez, enquadrando o concelho numa visão mais alargada, de acordo com a tabela 5, é perceptível que Ílhavo detém uma densidade populacional¹³ bastante acima da apresentada por Portugal, Continente, Centro ou a Região de Aveiro.

	Portugal	Continente	Centro	Região de Aveiro	Ílhavo
Densidade Populacional nº/Km ²	112,15	110,61	71,03	217,03	533,95
Taxa de Crescimento efetivo (%)	1,16	1,19	1,39	2,08	2,87
Taxa de Crescimento Natural (%)	-0,31	-0,31	-0,59	-0,33	-0,25
Taxa de Crescimento Migratório (%)	1,47	1,50	1,98	2,41	3,12
Taxa bruta de mortalidade (‰)	11,20	11,20	12,90	10,80	9,80
Índice de renovação da população em idade ativa (nº)	76,50	76,40	71,60	76,30	75,40
Relação de Masculinidade (Nº)	90,73	90,68	90,62	91,75	90,46
População estrangeira a quem foi concedido título de residente por 100 habitantes (Nº)	1,37	1,41	0,92	0,92	0,68

Tabela 5 - Índices da População (2022)¹⁴

A análise da tabela supra reforça esta realidade uma vez que apenas em Ílhavo se verifica uma **Taxa de Crescimento Efetivo**¹⁵ positiva e uma **Taxa de Crescimento Natural**¹⁶ superior às outras regiões, o que em parte pode ser justificado pelos movimentos migratórios de população jovem, pelo facto de o número de nascimentos não ser suficiente para compensar o número de mortes.

Ílhavo apresenta uma densidade populacional elevada também por fatores como uma **Taxa de Crescimento Migratório**¹⁷ superior e uma **Taxa Bruta de Mortalidade**¹⁸ inferior às regiões comparadas. É um concelho com elevado **Índice de Renovação da População em Idade Ativa**¹⁹

¹³ Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (expressa em número de habitantes por Km²)

¹⁴ Fontes: INE

¹⁵ Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1 000 habitantes)

¹⁶ Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1 000 habitantes)

¹⁷ Saldo migratório observado durante um período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1000 habitantes)

¹⁸ Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1 000 habitantes)

¹⁹ Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 54 anos (expressa habitualmente por 100 (10[^]2) pessoas com 55 -64 anos).

e com mais população feminina do que masculina (91,75 homens por cada 100 mulheres), como se pode verificar pela **Relação de Masculinidade**²⁰.

De uma análise aos índices de dependência de jovens e de idosos, denotamos que o aumento que se tem verificado no índice de dependência total se deve ao aumento significativo do **Índice de Dependência de Idosos**²¹ e à diminuição do **Índice de Dependência de Jovens**²², concluindo-se uma tendência para o envelhecimento populacional em Ílhavo. Consequência da redução da taxa de natalidade e aumento da esperança média de vida à nascença, tal como é possível confirmar nas tabelas que retratam a evolução da esperança de vida à nascença e da taxa de natalidade.

	2013	2017	2021	2023
Índice de dependência total (%)	47,4	48,9	54,4	54,6
Índice de dependência de jovens (%)	22,1	20,8	21,0	20,5
Índice de dependência de idosos (%)	25,3	28,0	33,4	34,1

Tabela 6 - Comparação de índices de dependência no concelho de Ílhavo²³

	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020	2019-2021	2020-2022
Portugal	80,5	80,7	80,9	80,9	80,1	81,2	81,0	81,0
Centro	80,8	81,0	81,1	81,2	81,1	81,4	81,0	81,3
Região Aveiro	80,8	80,9	81,1	81,1	81,1	81,4	81,1	81,5

Tabela 7 – Evolução da Esperança de Vida até a Região de Aveiro²⁴

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Taxa de Natalidade (‰)	7,8	7,7	9,1	8,4	8,4	8,2	9,2	8,5	8,4	7,9	7,3

Tabela 8 - Evolução da Taxa Bruta de Natalidade em Ílhavo²⁵

Assim, a **Esperança de Vida à Nascença** e a **Taxa Bruta de Natalidade** para a zona Centro, entre o ano 2013 e 2023 não registam alterações relevantes.

Ílhavo não foge à realidade das sociedades modernas do século XXI, vivenciando também o fenómeno do envelhecimento da população, um fenómeno preocupante pelos reflexos de âmbito socioeconómico com impacto no desenho das políticas sociais e de sustentabilidade, bem como nas alterações de índole individual através da adoção de novos estilos de vida. Vejamos na tabela que se segue o enquadramento a nível nacional de alguns indicadores.

²⁰ Quociente entre os efetivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (habitualmente expresso por 100 mulheres)

²¹ É o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos

²² É o número de menores de 15 anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos

²³ Fontes: INE

²⁴ Fontes: DataCentro CCDR-C

²⁵ Fontes: DataCentroCCDR-C

	Índice de longevidade Nº (2023)	Esperança de vida aos 65 anos (2023)	Índice de envelhecimento Nº (2023)	Índice de dependência de Idosos
Portugal	49,1	20,02	188,1	38,2
Continente	51,3	19,35	232,6	38,7
Centro	49,4	20,15	190,2	46,1
Região de Aveiro	48,6	--	191,9	38,0
Ílhavo	47,1	--	166,7	34,1

Tabela 9 - Indicadores de população por território, 2023²⁶

Não obstante, comparativamente às regiões tidas como ponto de comparação, Ílhavo é o concelho com o **Índice Envelhecimento**²⁷ mais baixo e, consequentemente, um **Índice de Longevidade**²⁸ e um **Índice de Dependência de Idosos**²⁹ também mais baixo. No entanto, denota-se o predomínio da população idosa sobre a população jovem, que tende a acentuar.

Para uma visão mais clara da evolução do envelhecimento em Ílhavo, apresenta-se abaixo, um gráfico de barras que permite comparar ao longo dos últimos anos o crescimento quer do **Índice de Longevidade**, como também do **Índice de Dependência de Idosos** e o **Índice de Envelhecimento**.

Do mesmo modo, e tornando mais perceptível a variação da população de acordo com a faixa etária, considerou-se pertinente apresentar a distribuição da população por idades e respetiva evolução ao longo dos últimos anos.

	Total	0-14	15-24	25-64	65-74	75 e mais
2021	40.233	5.474	4.112	21.949	4.649	4.049
2022	40.938	5.537	4.186	22.234	4.808	4.173
2023	42.129	5.579	4.361	22.887	4.922	4.380

Tabela 10 - Evolução da população por faixa etária no concelho de Ílhavo³⁰

Na tabela onde explanamos esta evolução no último triénio, é notório por exemplo:

- a estabilização da população entre os 0 e os 64 anos;
- o progressivo aumento da população com 65 e mais anos.

²⁶ Fontes: INE

²⁷ Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos)

²⁸ Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 65 ou mais anos)

²⁹ Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos)

³⁰ Fontes: INE

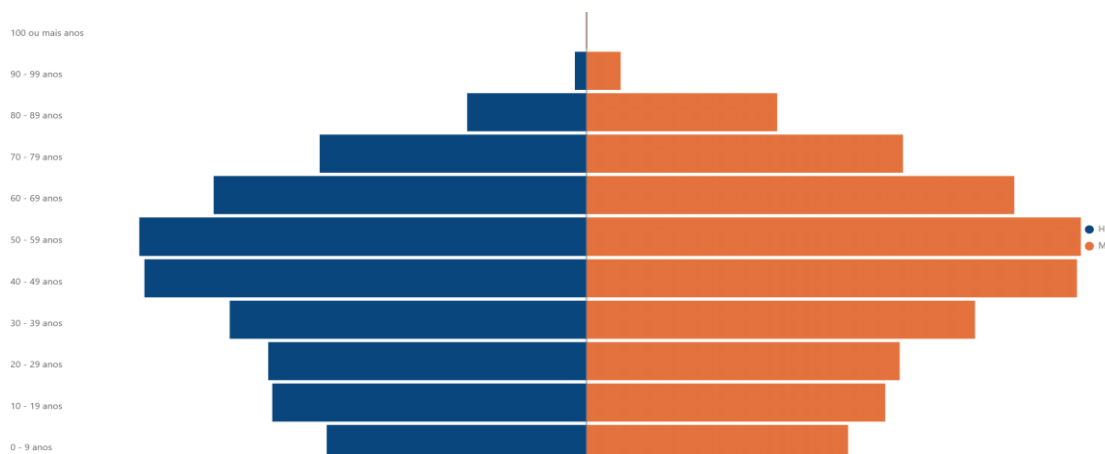


Figura 5 - População residente em Ílhavo em 2021

Grupo etário	H	M
100 ou mais anos	1	2
90 - 99 anos	72	216
80 - 89 anos	763	1 220
70 - 79 anos	1 709	2 027
60 - 69 anos	2 389	2 741
50 - 59 anos	2 866	3 168
40 - 49 anos	2 833	3 143
30 - 39 anos	2 286	2 489
20 - 29 anos	2 039	2 006
10 - 19 anos	2 013	1 913
0 - 9 anos	1 664	1 675

Tabela 11 - Distribuição da população residente em 2021

Famílias

Para um diagnóstico social mais realista, é importante estudar a forma como as famílias se formam, evoluem e dissolvem, uma vez que este facto nos permitirá compreender a evolução do conceito e o diferente impacto que este tem no progresso das sociedades e nas dimensões económica e demográfica da comunidade.

Sabe-se que o conceito de família atual tende a ser diferente do conceito tradicional, consequência das grandes mudanças nos modos de vida dos últimos tempos que tem enfraquecido o papel da família tradicional e conduzindo-nos cada vez mais para a definição de família enquanto household-dwelling concept, isto é, a família enquanto conjunto de pessoas que reside num determinado alojamento, independentemente das relações entre as pessoas.

Consequência do aumento da população é o aumento do número de famílias que de 6.537 famílias (1960) passou para 10.040 no ano de 2021. Destaca-se, no entanto, que apesar deste aumento, é significativa a diminuição do número de famílias com seis ou mais elementos ao

longo dos anos e de famílias com três a cinco elementos no período de 2001 a 2011. Logo, apesar do aumento do número de famílias, é clara a redução no seu tamanho, reforçado pelo aumento da percentagem de famílias clássicas unipessoais³¹ e agravado pelo facto de este tipo de famílias com um elemento de 65 ou mais anos ter sofrido um aumento considerável e que reforça o quanto o concelho se está a tornar envelhecido, como se pode verificar nas próximas imagens.

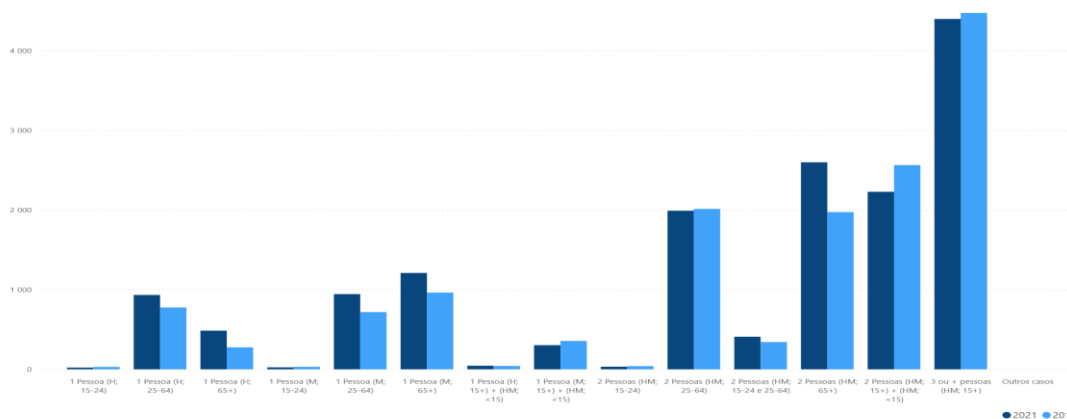


Figura 6 – Comparativo entre 2011 e 2021 relativamente às tipologias de agregados familiares com inclusão de faixa etária

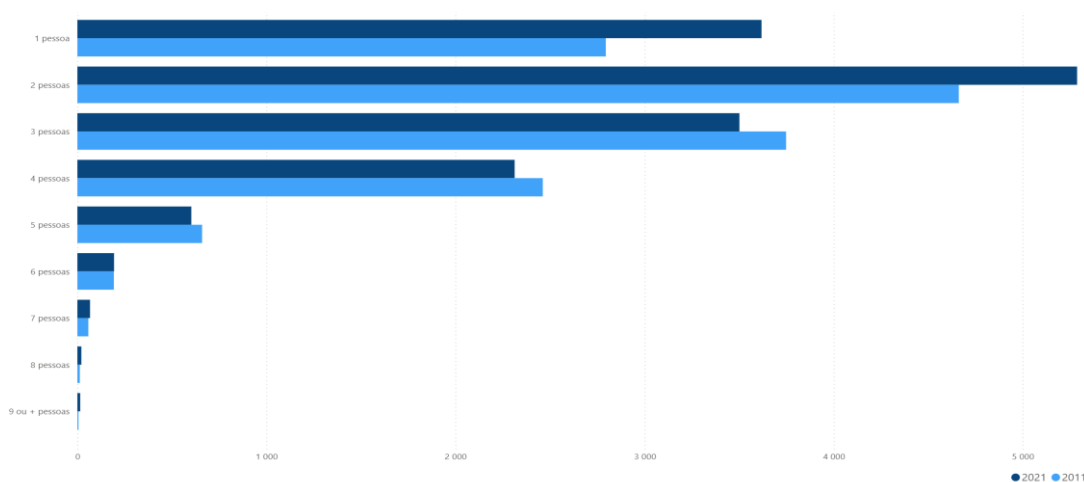


Figura 7 - Distribuição dos agregados familiares por dimensão

Da análise é perceptível a diminuição do número de famílias numerosas e o aumento das famílias pequenas, o que pode, em certa parte, ser justificado pela instabilidade e precaridade laboral e/ou pelas dificuldades em conciliar a vida familiar e a vida profissional.

³¹ Famílias compostas por um indivíduo calculado tendo em consideração a fórmula (Famílias clássicas com um indivíduo / Total de famílias clássicas) * 100

Casamentos e Divórcios

Quando abordamos a demografia de um concelho, não podemos descurar a importância que os eventos como o casamento e divórcio assumem nesta análise.

Apesar de a nível nacional o número de casamentos ter vindo a diminuir, em Ílhavo os valores permanecem semelhantes (variação insignificante). No entanto, o número de casamentos católicos tem vindo a decrescer abruptamente (42,7% em 2013 e 18,3% em 2023). A realidade é que o casamento vem acontecendo cada vez mais tarde em consequência, por exemplo, do prolongamento da escolaridade, das dificuldades de iniciar uma vida profissional estável, e consequentemente, da saída tardia da casa dos pais. Vejamos como evoluíram ao longo dos últimos anos na tabela que se segue.

	2013	2015	2017	2019	2021	2023
Casamentos	124	110	119	119	112	139
Casamento Civil	68	60	86	82	79	110
Casamento Católico	56	50	32	35	33	27
% de casamentos não católicos	57,3%	55,1%	72,2%	64,8%	58,2%	81,7%
Taxa Bruta de Divórcio	2,5	2,6	2,4	2,0	1,6	1,3
Taxa Bruta de Nupcialidade	2,5	2,3	2,2	1,9	2,1	2,6

Tabela 12 - Casamento e Divórcios em Ílhavo. Período 2013 a 2023

Verifica-se, no geral, um progressivo decréscimo no número de casamentos (contrariado no ano de 2013), mais notória nos casamentos católicos, comparativamente aos casamentos por civil ou não católicos. Em 2023 existe uma ligeira inversão dos números que se pressupõe que derive da contabilização dos casamentos entre elementos do mesmo sexo.

Este fenómeno deve-se, em parte ao surgimento de novas crenças religiosas e integração de outras culturas/nacionalidades no concelho, como se pode confirmar também pelo aumento de casamentos entre um cônjuge português e outro estrangeiro.

Ao observarmos a **Taxa Bruta de Divórcio**³² e a **Taxa Bruta de Nupcialidade**³³ verifica-se que não se registam alterações estatisticamente relevantes, apesar da tendência de decréscimo na primeira no último triénio.

Comparativamente com a Região onde o concelho está integrado e mesmo ao nível nacional, Ílhavo apresenta a taxa bruta de nupcialidade mais baixa e a taxa bruta de divórcio mais alta, uma percentagem de nados-vivos fora do casamento mais elevada, maior proporção de casamentos entre portugueses/as e estrangeiros/as e uma menor proporção de casamentos católicos, o que vem reforçar os dados explanados, como se pode ver na tabela que se segue.

³² Número de divórcios observados durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de divórcios por 1 000 habitantes)

³³ Número de casamentos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de casamentos por 1 000 habitantes)

	Taxa Bruta de Nupcialidade ‰ ¹	Taxa Bruta de Divórcio ‰	Nados Vivos fora do Casamento %	Proporção de casamentos entre portugueses e estrangeiros %	Percentagem de casamentos católicos %
Portugal	3,5	1,6	59,5	14,6	21,9
Continente	2,8	1,6	59,5	14,9	21,7
Centro	2,7	1,6	58,6	11,8	27,1
Região de Aveiro	3,1	1,7	58,4	12,7	18,7
Ílhavo	2,6	1,3	63,0	16,5	18,3

Tabela 13 - Comparação de indicadores de população por território³⁴

Nascimentos e Fecundidade

Em Portugal, desde o início dos anos 80 que os nascimentos ocorrem tendencialmente mais tarde, a média de idade no ano de 2023 para ter o primeiro filho era de 30,2 anos (26 em 2001)³⁵. Também a **Taxa Bruta de Natalidade**³⁶ apresentou ao longo das últimas décadas um decréscimo progressivo em Portugal e Ílhavo não foge a esta realidade.

Destaca-se, no entanto, que esta tendência poderá vir a alterar-se se tivermos em consideração os dados dos últimos anos, que, como se verifica na tabela 14, demonstra tendência crescente.

No que reporta à Taxa Bruta de Natalidade, no concelho em análise nascem 7,3 crianças por cada 1.000 residentes, valor que tem vindo a reduzir significativamente desde 1981 (17,2‰), tendo-se verificado no ano de 2014 (7,7‰) e em 2013 (7,8‰) os decréscimos mais significativos.

	2013	2015	2017	2019	2021	2023
Portugal	7,9	8,2	8,3	8,4	7,6	8,1
Continente	7,9	8,2	8,3	8,4	7,6	8,1
Centro	6,8	7,1	7,1	7,1	6,6	7,0
Região de Aveiro	7,5	7,7	7,9	8,1	7,4	7,6
Ílhavo	7,8	9,1	8,4	9,2	8,1	7,3

Tabela 14 - Evolução da Taxa Bruta de Natalidade por território³⁷

Na tabela que se segue, podemos observar que no ano de 2017, Ílhavo apresentava uma Taxa Bruta de Natalidade na linha dos valores de Portugal e do Continente. Não existem, no entanto, dados desagregados sobre a esperança de vida à nascença e a idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho, pelo que se assumirá os dados apresentados para a Região de Aveiro, onde Ílhavo está integrado.

³⁴ Fonte INE. Dados obtidos em Dezembro de 2024

³⁵ Fonte INE. Dados obtidos em Dezembro de 2024

³⁶ Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 habitantes)

³⁷ Fonte INE. Dados atualizados a 18 de junho de 2024

Tais dados são também consequência direta de uma redução na **Taxa de Fecundidade Geral**³⁸, que tem também vindo a oscilar de ano para ano, com tendência para diminuir desde o ano de 2001 (41,3‰) para o ano de 2023 (34,1‰), apesar de o Índice de Fecundidade Geral³⁹ ter crescido ligeiramente de 1,39 ‰, em 2001, para 1,44‰, em 2023.⁴⁰

	Taxa Bruta de Natalidade ‰	Esperança de vida à nascença (2021-2023)	Idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho anos
Portugal	8,1	81,17	30,2
Continente	8,1	81,07	30,2
Centro	7,0	81,34	30,4
Região de Aveiro	7,6	81,46	30,3
Ílhavo	7,3	----	----

Tabela 15 - Indicadores de população por território, 2023⁴¹

O aumento dos níveis de educação da população e a participação das mulheres no mercado de trabalho, entre outros fatores, têm vindo a alterar os padrões de fecundidade e de conjugalidade e consequentemente a gerar impactos ao nível demográfico, económico e social.

Como se pode ver na tabela 16, Ílhavo encontra-se na linha do Centro, com a Taxa de Fecundidade Geral mais baixa. No que reporta ao Índice de Fecundidade não se verificam alterações significativas entre as zonas comparadas. De destacar que a referência assumida quer para o Índice Sintético de Fecundidade quer para a taxa de fecundidade na adolescência é serem os da Região de Aveiro, por não existirem dados que contemplem apenas o Concelho de Ílhavo.

	Taxa de Fecundidade Geral ‰	Índice Sintético de Fecundidade Nº	Taxa de Fecundidade na Adolescência ‰
Portugal	38,6	1,44	6,4
Continente	38,8	1,45	6,3
Centro	35,7	1,36	4,8
Região de Aveiro	36,2	1,35	6,6
Ílhavo	34,1	----	----

Tabela 16 - Indicadores de população por população, 2023⁴²

³⁸ Número de nados-vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1 000 mulheres em idade fértil)

³⁹ Número de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente ano civil).

⁴⁰ Fonte INE.

⁴¹ Fonte INE

⁴² Fontes INE.

Reconhecendo que Ílhavo é um concelho envelhecido, através da análise da tabela 17, denota-se que esta tendência poderá estar a ser invertida (não obstante os resultados efetivos demorarem gerações até serem manifestados), se repararmos no aumento de nados-vivos⁴³ que se tem vindo registar.

		2013	2015	2017	2019	2021	2023
Nados Vivo		302	349	323	357	322	305
	10-14	1	0	0	0	0	0
	15-19	11	9	8	11	7	6
	20-24	34	31	38	41	32	28
	25-29	65	78	69	73	68	52
	30-34	101	126	106	105	89	92
Nados-vivos de acordo com a idade das mães	35-39	74	83	80	94	94	101
	40-44	16	22	31	31	29	24
	45-49	0	0	1	2	3	2
	50-54	0	0	0	0	0	0
	55 e mais anos	0	0	0	0	0	0
	Idade ignorada	0	0	0	0	0	0
Nados Vivos Fora do Casamento	Total (%)	51,0	56,2	59,4	56,3	60,2	63
	Com Coabitação dos pais (%)	72,1	77,6	67,7	71,6	83,0	83,9
	Sem Coabitação dos pais (%)	17,9	12,4	32,3	28,4	17,0	16,1
Nados Vivos	Portuguesa	295	334	307		288	244
Nacionalidade da mãe	Estrangeira	7	15	16		34	61

Tabela 17 - Evolução dos Nados Vivos no concelho de Ílhavo⁴⁴

Destaca-se a tendência da mulher ilhavense para ser mãe cada vez mais tarde, como retrata a redução de nascimentos em mães com idade inferior a 34 anos e o aumento de nascimentos em mães com idades superiores a 35 anos, como se pode verificar na tabela que se segue.

Movimento da População

Explorar as migrações no Diagnóstico Social torna-se pertinente não só para ajudar a compreender e enquadrar a demografia do concelho, mas também para facilitar a compreensão dos impactos no desenvolvimento económico e nas mudanças sociais.

Permite simplificar questões relacionadas com os indicadores socioeconómicos, tornando-se importante por facilitar a “gestão” do envelhecimento populacional ao compensar a diminuição da população ativa, assegurar as necessidades de força de trabalho ou a manutenção de rácios populacionais sustentáveis entre pessoas dependentes e ativas.

No caso de Ílhavo denota-se um decréscimo do número de pessoas estrangeiras com estatuto legal de residente, predominando o número de mulheres estrangeiras com tal estatuto.

Parte significativa dos estrangeiros que escolhem viver em Ílhavo provêm do Brasil, da Ucrânia e outros países europeus.

De destacar que Ílhavo, mais do que um destino atrativo, é um concelho em que a população depois de se acomodar, já não troca de residência, tal como se pode ver na tabela 18.

⁴³ O produto de nascimento vivo

⁴⁴ Fontes INE

	2021	2022	2023
População estrangeira com estatuto legal de residente nº	1486	1672	2630
União Europeia 27 (a partir de 2020)	331	321	377
Extra UE - 27 Estados-Membros (a partir de 2020)	1155	1351	2253
Homens estrangeiros com estatuto legal de residente	683	779	1331
População Residente por Migrações segundo censos	39235		
Dentro da mesma freguesia	1293		
Provenientes de outra freguesia do mesmo município	543		
Proveniente de outro município	2984		
Proveniente do estrangeiro	537		

Tabela 18 - Evolução das migrações no concelho de Ílhavo

A análise do movimento da população é também indispensável quando procuramos delinear o Diagnóstico Social, principalmente depois de se verificar que Ílhavo tem a sua população cada vez mais envelhecida.

As transformações demográficas também podem influenciar negativamente o funcionamento e o desenvolvimento económico das sociedades, condicionando, por exemplo, a capacidade de a população adquirir novas competências, a dimensão da população ativa e a sua produtividade e a sustentabilidade das responsabilidades do Estado para com os seus cidadãos.

Ao nível europeu, a imigração emerge como um dos fatores que mais tem contribuído para equilibrar a demografia nos países que se depararam com o seu envelhecimento contínuo.

A sustentabilidade demográfica do concelho, poderá ficar comprometida pelas consequências inerentes ao envelhecimento, nomeadamente a capacidade de manter de forma equilibrada a relação entre o perfil e a capacidade de crescimento da população, e a não possibilidade de manter ou melhorar as suas características socioeconómicas em termos de educação, qualificação ou atividade profissional.

Denota-se assim a necessidade das sociedades se adaptarem à evolução das tendências demográficas e Ílhavo não foge a esta realidade, razão pela qual é necessário refletir e considerar o ritmo a que estas transformações acontecem e de que forma se pode contribuir para que a transição seja gradual.

Desta forma, é preciso prestar atenção aos movimentos migratórios pela influência que assumem nas trajetórias e no ritmo do processo de envelhecimento populacional e respetiva sustentabilidade demográfica, económica e político-social do concelho.

De acordo com o gráfico 3, verifica-se que os movimentos da população no concelho são muito inconstantes, com tendência para resultados negativos consequência do baixo **Saldo Natural**⁴⁵ e elevado **Saldo Migratório**⁴⁶.

⁴⁵ Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo

⁴⁶ Diferença entre a imigração (entrada) e a emigração (saída) numa determinada região durante o ano (por conseguinte, o saldo migratório é negativo quando o número de emigrantes excede o número de imigrantes)

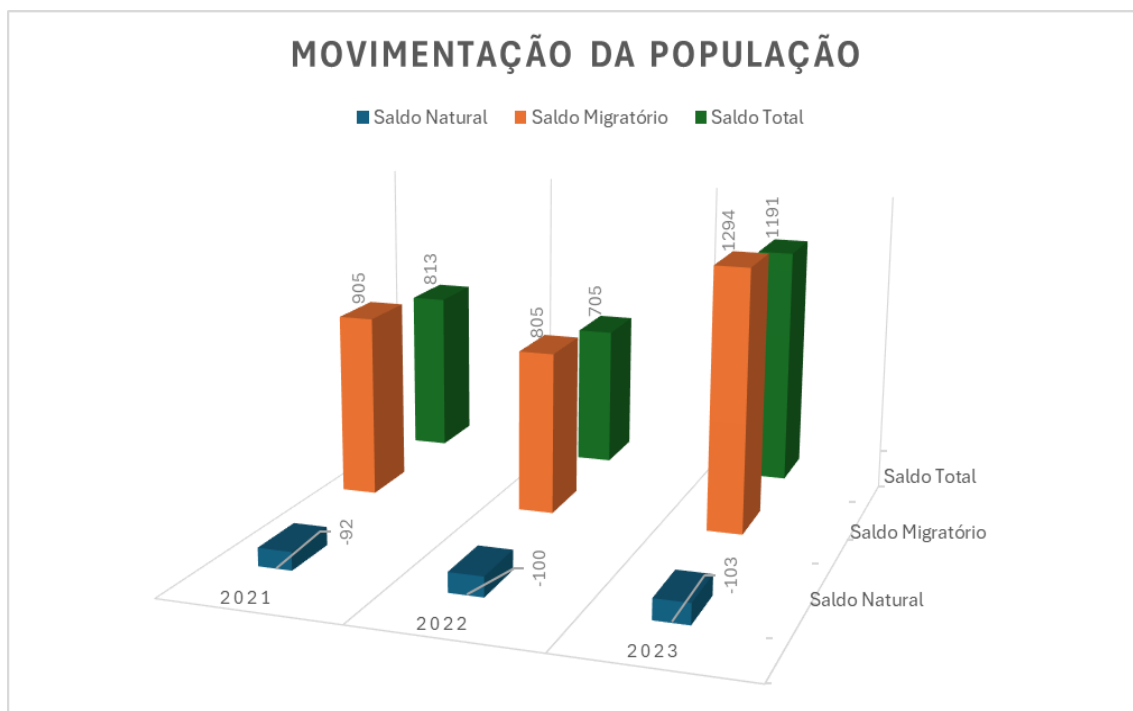


Figura 8 - Evolução do movimento da população do concelho de Ílhavo

Óbitos

Procurando analisar a mortalidade em Ílhavo, denota-se que não há grandes variações no número de óbitos⁴⁷ total e consequentemente na **Taxa Bruta de Mortalidade**⁴⁸, como retrata a tabela que se apresenta.

	2015	2017	2019	2021	2023
Óbitos Total	374	348	362	414	--
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	9,8	9,1	9,4	10,4	9,8
Taxa Bruta de Mortalidade Infantil (‰)	2,7	2,8	2,3	2,3	2,1
Óbitos Neonatais	31	32	27	24	--
Óbitos perinatais	1	3	1	2	3

Tabela 19 - Evolução da mortalidade no concelho de Ílhavo

Por sua vez, denota-se uma redução significativa da **Taxa de Mortalidade Infantil**⁴⁹.

No que se reporta à taxa de mortalidade, na tabela infra apresentamos as principais causas de morte registadas em Ílhavo em 2022.

⁴⁷ Cessação irreversível das funções do tronco cerebral

⁴⁸ Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em óbitos por 1000 (10³) habitantes)

⁴⁹ A taxa de mortalidade infantil é o número de crianças que morre antes de completar um ano de idade por cada 1000 crianças nascidas com vida

Causa de Morte (Lista sucinta europeia)	Nº
Doenças do aparelho circulatório	111
Tumores (neoplasmas)	101
Tumores (neoplasmas) malignos	99
Outras doenças cardíacas (excepto transtornos valvulares não-reumáticos e doenças valvulares)	54
Doenças do aparelho respiratório	54
Doenças cérebro-vasculares	31
Doenças do aparelho geniturinário	20
Tumor (neoplasma) maligno da laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões	17
Transtornos mentais e comportamentais	17
Doenças do aparelho digestivo	16
Causas externas de lesão e envenenamento	16
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	15
Doenças isquémicas do coração	15
Pneumonia	15
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	14
Doenças do rim e uréter	13
Doenças crónicas das vias aéreas inferiores	12
Tumor (neoplasma) maligno da próstata	11
Acidentes	11
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	10
Tumor (neoplasma) maligno do estômago	10
Diabetes Mellitus	10
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	10
Outras causas	83
Total de causas	765

Tabela 20 - Principais causas de morte em Ílhavo no ano de 2022

Aprofundando as principais causas de morte no concelho, percebe-se que os tumores malignos, as doenças do aparelho circulatório, respiratório e digestivo são as que apresentam maior relevância.

Análise SWOT – Demografia

Pontos Fortes	Pontos Fracos
➤ Elevada densidade populacional; ➤ Ganhos migratórios registados nos últimos anos; ➤ Ligeiro aumento da taxa de natalidade; ➤ Centralidade geográfica; ➤ Inexistência de núcleos populacionais isolados; ➤ Acessibilidade interna/externa; ➤ Pequena distância entre localidades do concelho; ➤ Aumento de famílias residentes; ➤ Boa qualidade ambiental; ➤ Espaços verdes existentes e com infraestruturas necessárias para a sua animação; ➤ Existência de espaços com recursos naturais e paisagísticos; ➤ Concelho culturalmente ativo; ➤ Redução significativa nos alojamentos não clássicos (barracas ou outros);	➤ Inexistência de políticas incentivadoras da natalidade; ➤ Envelhecimento da população; ➤ Grande índice de dependência da população idosa
Oportunidades	Ameaças
➤ Aumento da qualidade de vida; ➤ Aumento da esperança média de vida; ➤ Capacidade de atração demográfica no concelho; ➤ Valorização da qualidade paisagista e ambiental; ➤ Centralidade geográfica; ➤ Acessibilidade externa e interna	➤ Diminuição da população mais jovem; ➤ Aumento da população com 65 ou mais anos; ➤ Persistência da concentração da população nas duas maiores freguesias do concelho

REDE DE ACESSIBILIDADES

Rede Viária

A rede viária é uma área fundamental para o desenvolvimento do concelho de Ílhavo, uma vez que interfere tanto no dia a dia quer dos habitantes, como dos visitantes, por ser essencial nos acessos “de e para”. Por sua vez, este conhecimento é indispensável para o planeamento de novas vias ou intervenções de melhoria nas já existentes.

No que reporta à rede viária de Ílhavo, esta é definida pela EN109 e por estradas nacionais transversais que asseguram as ligações a Sul e Nascente a outros aglomerados vizinhos e às vias coletoras e arteriais que atravessam o território, com especial destaque para a A25 (Gafanha da Nazaré) e para a A17 (Ílhavo).

A proximidade à autoestrada A1 (Lisboa – Porto), permite o acesso ao território no sentido Sul – Nordeste.

Na Gafanha da Nazaré existe a A25 que facilita o acesso à cidade de Aveiro (capital de Distrito), às praias do concelho e planícies da Beira Litoral ao planalto beirão e a Espanha, atravessando Aveiro, Viseu e Guarda.

Com o intuito de ligar Ílhavo aos principais centros regionais e as vias de hierarquia superior, de construção recente, surge a A17. Permite a ligação de Ílhavo à Marinha Grande, passando junto à Figueira da Foz.

Mobilidade e Transportes

Atendendo ao número de habitantes (40.813, Segundo Censo de 2021) e às características do território considera-se que, com maior ou menor frequência/variedade de horários, o concelho tem o seu território coberto pela rede de transportes públicos.

É de referir que algumas carreiras se realizam apenas em Período Escolar (dias úteis, de setembro a junho, interrompendo o serviço nos períodos de férias escolares), pelo que se verifica que a cobertura da rede de transporte público (em autocarro) fica mais débil no período de férias escolares, já que em período escolar a necessidade de transporte dos alunos viabiliza ofertas que de outra forma não seriam viáveis. Os horários noturnos e os fins-de-semana e feriados são, também por isso, mais escassos.

O concelho é servido por dezasseis carreiras (pertencentes a dois operadores privados) que realizam o serviço público de transporte de passageiros. De forma a complementar o serviço de transporte de passageiros regular, a Câmara Municipal de Ílhavo implementou, desde 1 de junho de 2016, um serviço de transporte em mini autocarro que visa ligar várias localidades à sede do concelho, tendo como principal objetivo o reforço das ligações intramunicipais, numa aposta de serviço de dia a dia essencialmente direcionado para os munícipes, em particular para a população com mais restrições de mobilidade.

Trata-se de uma solução que constitui uma alternativa de transporte inclusiva, que liga várias localidades ao centro urbano de Ílhavo, que se realiza ao longo de todo o ano, nos dias úteis, de

forma regular, isto é, com circuitos e paragens fixos. Nos meses de verão, de junho a setembro, a oferta é alargada à vertente turística do concelho de Ílhavo, vocacionando também o serviço para as praias e para os museus.

Pretende-se assim captar novos públicos e reforçar as ligações entre as periferias e a sede do concelho, entre a sede do concelho e as praias da Barra e da Costa Nova, entre estas e o Museu Vista Alegre e o Museu Marítimo de Ílhavo e, ainda, a mobilidade no centro urbano de Ílhavo, que reúne um importante conjunto de atividades de comércio e serviços.

As redes de transporte público, com horários e rotas fixas, em particular numa situação em que não conhecemos a procura efetiva, deparam-se com um problema quando aplicadas a território como o nosso (dimensão populacional/grau de urbanidade) e, muitas vezes, não se coadunam com necessidades esporádicas de utilização de transportes, como por exemplo, deslocações a serviços de saúde, administrativos, etc. A introdução do serviço Ílhavo IN surge com o intuito de colmatar essa lacuna, no entanto, os valores operacionais revelam-se aquém do expectável, o que parece antever que a solução poderá passar por uma mudança de paradigma, através da introdução do transporte flexível e a pedido que, tal como referido, se encontra em estudo para aferir a sua exequibilidade.

A ligação às principais cidades portuguesas pode também ser feita com recurso a autocarros expresso, com paragem no centro da cidade de Ílhavo. Existe facilidade de acesso a comboios, uma vez que a estação ferroviária se encontra aproximadamente a 10km, em Aveiro, permitindo a ligação direta às principais cidades portuguesas, nomeadamente Lisboa e Porto, onde se localizam os principais aeroportos nacionais, mas também, com acesso a ligações que fazem transbordos com Madrid, Paris e Vigo. De capacidade mais reduzida, mas também na proximidade do concelho existe o apeadeiro das Quintãs, em Oliveirinha – Aveiro, no qual efetuam paragens os comboios regionais Aveiro – Coimbra.

Adicionalmente, pode recorrer-se também à utilização de Táxis.⁵⁰

No âmbito fluvial, é possível fazer a travessia do Canal de S. Jacinto através do serviço de ferry-boat, que assegura com caráter regular a travessia de pessoas e veículos, complementando a ligação rodoviária que liga as duas margens.

Nos meses de verão a oferta é reforçada/alargada à vertente turística de Ílhavo, vocacionando também o serviço para as praias, para os museus e para um conjunto de atividades de comércio e serviços.

⁵⁰ Em 2018, existiam no concelho um total de 20 táxis distribuídos pelas diferentes freguesias (1 na Gafanha do Carmo, 2 na Gafanha da Encarnação, 6 na Gafanha da Nazaré e 11 em S. Salvador). Neste momento, este dado encontra-se em atualização.

Análise SWOT – Redes de Acessibilidades

Pontos Fortes	Pontos Fracos
➤ Prevalência da bicicleta enquanto meio de transporte; ➤ Estruturação da rede de ciclovias; ➤ Existência de sinalética de identificação e orientação; ➤ Boa acessibilidade rodoviária dentro das freguesias; ➤ Boa acessibilidade rodoviária das freguesias para as periferias; ➤ Proximidade com facilidade de acesso a estação de comboio; ➤ Existência de Táxis em todas as freguesias;	➤ Ausência de estudos fidedignos sobre a procura; ➤ A resposta existente não se adequa às necessidades; ➤ Êxodo de população para zonas de melhor acesso público a emprego/formação; ➤ Horário e redes de transporte da sede/freguesias reduzidas e dependentes dos horários escolares;
Oportunidades	Ameaças
➤ Geografia do território; ➤ Fácil ligação a auto-estrada;	➤ Tendência de conquista de mercado pelo transporte individual;

HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO

Considerando a habitação como um direito fundamental constitucionalmente consagrado (n.º 1 do artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa: “*Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoa e a privacidade familiar.*”), e a base para uma sociedade justa, equilibrada, estável, coesa e o suporte para a construção de condições inerentes ao acesso a outros direitos fundamentais como a educação, saúde e emprego, torna-se pertinente abordar esta área no Diagnóstico Social.

No que se reporta à habitação, Ílhavo está cada vez mais povoado, com menos casas disponíveis, e com valores de arrendamento cada vez mais elevados. Este aumento dos preços leva a que a habitação seja uma preocupação atendendo à importância que assume no combate à pobreza e exclusão social.

Nos dados que se seguem, explanamos alguns dos principais dados de caracterização do alojamento em Ílhavo e respetiva evolução.

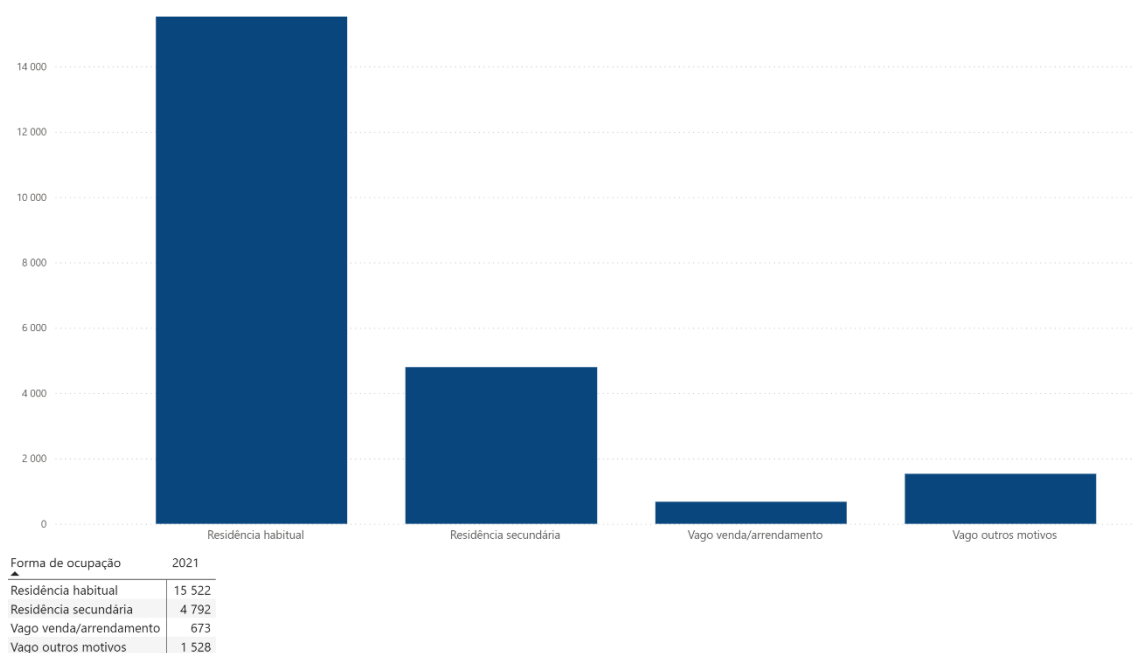


Figura 9 - Alojamentos familiares clássicos - forma de ocupação (2021) (Gráfico e tabela)

Reforçando a elevada densidade populacional, denota-se um aumento significativo do número de alojamentos familiares clássicos⁵¹ no concelho, assim como o aumento do número dos alojamentos familiares ocupados, dos alojamentos vagos para arrendamento e, no alojamento de residência habitual.

⁵¹ Alojamento familiar clássico – casa onde moram as pessoas; Ex: apartamentos ou das moradias

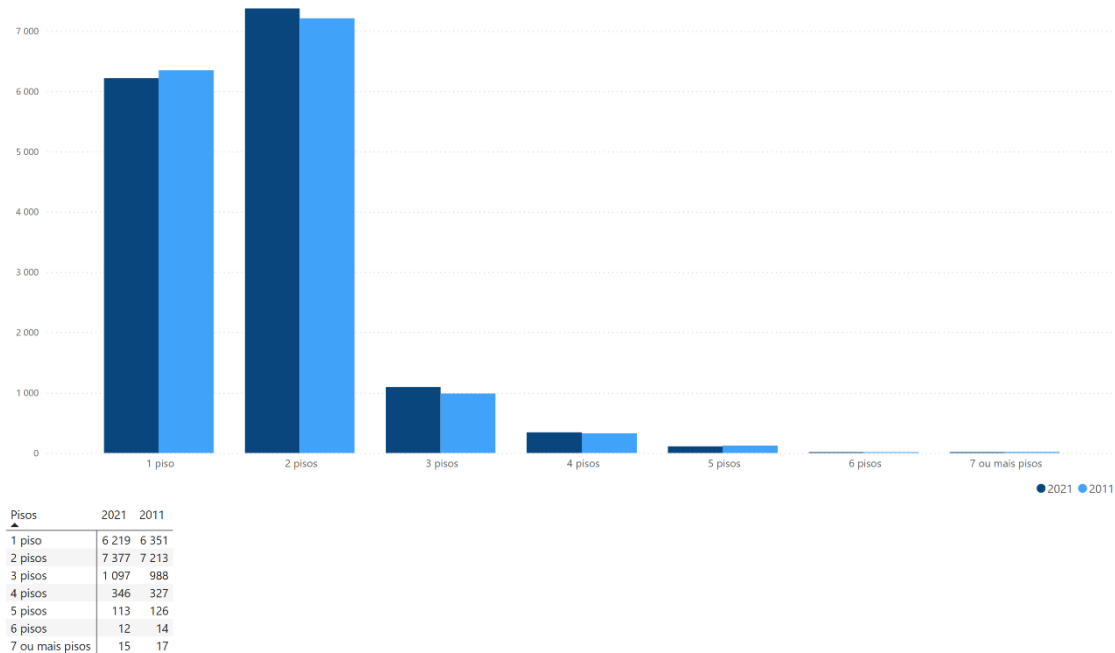


Figura 10 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (2021) (Gráfico e tabela)

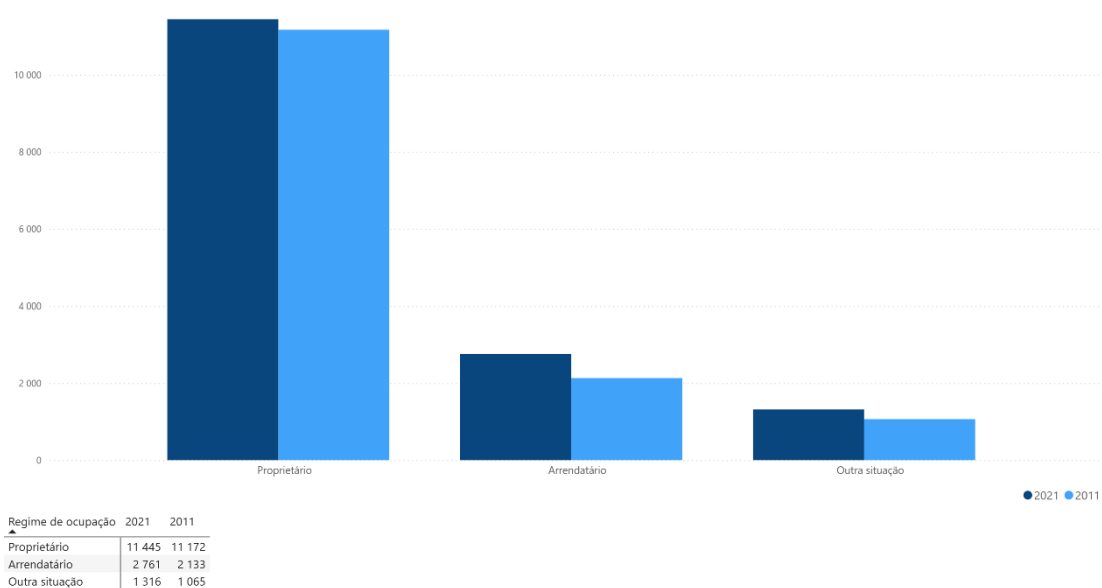


Figura 11 - Alojamentos familiares Clássicos por ocupação (2021) (Gráfico e tabela)

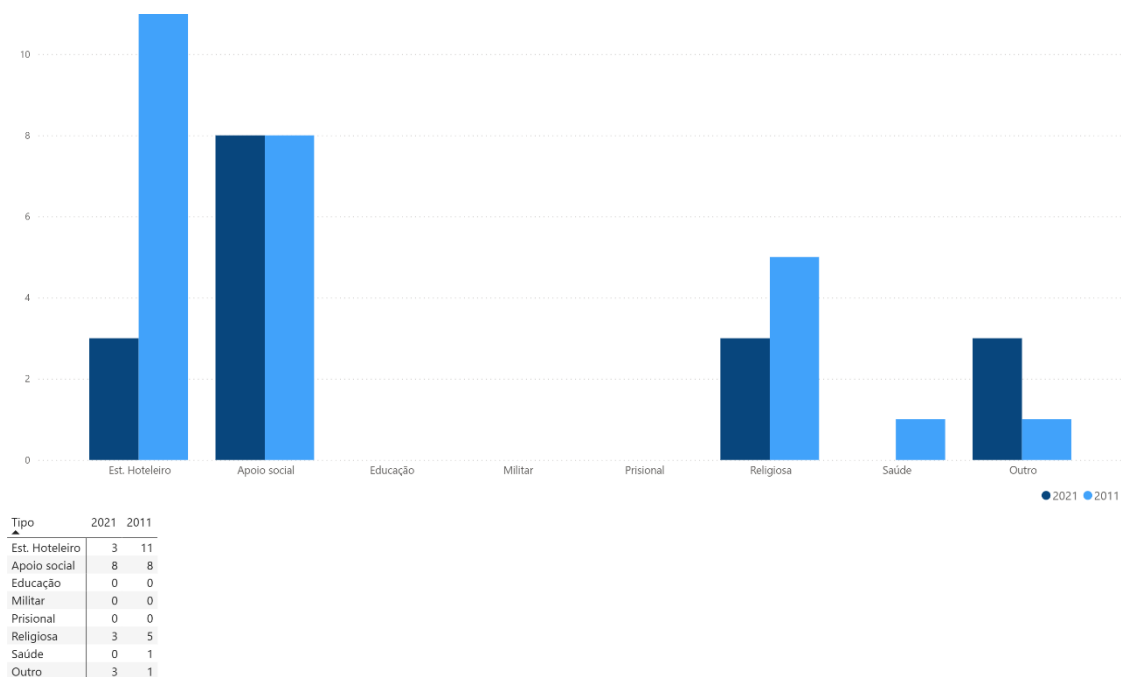


Figura 12 - Alojamentos Coletivos (2021) (Gráfico e tabela)

De destacar os efeitos sociais e qualidade de vida desta população. Facto denotado pelo aumento considerável de alojamentos não clássicos (barracas ou outro tipo) para 84 e a diminuição de alojamentos coletivos⁵² (hotéis e convivências).

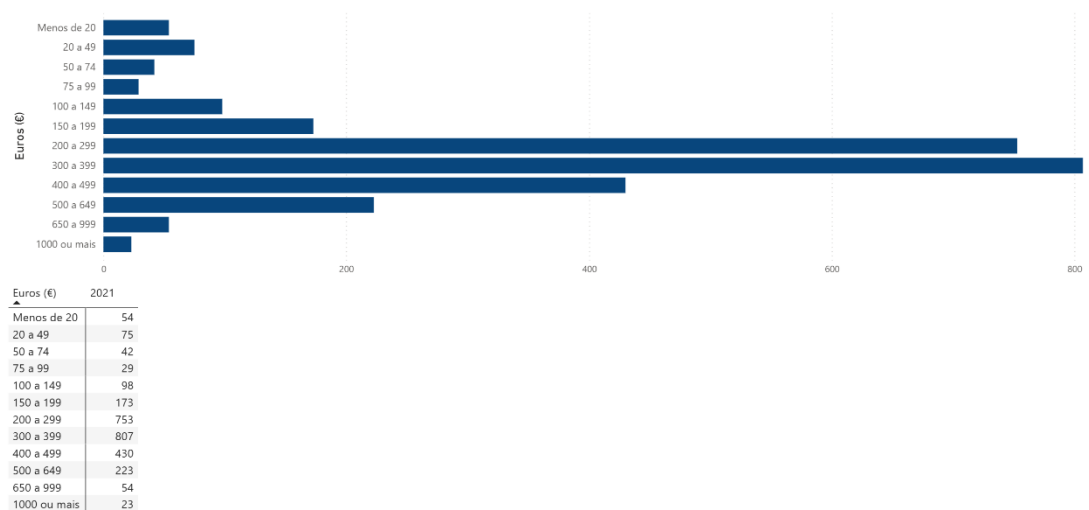


Figura 13 - Alojamentos Familiares clássicos arrendados de residência habitual, por valor de renda (2021) (Gráfico e tabela)

Também com efeitos diretos na qualidade de vida da população estão as melhorias significativas relativamente às instalações existentes nos alojamentos familiares. Salvaguarda-se, no entanto,

⁵² Alojamento coletivo- passa a ser aqueles que são de residência habitual de pelo menos uma pessoa (alteração Censos 2021)

que grandes melhorias foram efetuadas nos últimos anos, no âmbito do saneamento público, nas Freguesias da Gafanha da Nazaré e Gafanha da Encarnação.

No âmbito da habitação, o Concelho tem implementadas políticas habitacionais como “habitação social, a conservação desta, a habitação a custos controlados e, mais recentemente (...) a comparticipação em renda de casa do mercado privado e nos empréstimos para aquisição de habitação, assim como no apoio na melhoria das condições de habitabilidade e a comparticipação em situações de crise” (Divisão Ação Social e Saúde, 2018).

A medida de comparticipação na renda de casa ou empréstimo para aquisição de habitação é implementada em regime de parceria com as IPSS do concelho e tem-se revelado “uma medida inovadora e de grande importância, pois contribui de forma relevante para uma melhor integração dos agregados apoiados, assim como para a dinamização do mercado de arrendamento” (Divisão Ação Social e Saúde, 2018), contribuindo também para a dignificação das condições habitacionais através da comparticipação das faturas de água, saneamento e resíduos sólidos.

Em Ílhavo, a disponibilização de imóveis à população local fez-se de duas formas, que coexistiram de forma paralela, a construção, e posterior venda, a custos controlados, e a habitação social em regime de arrendamento. Atualmente, no Município de Ílhavo existem um total de 40 fogos, 35 dos quais em regime de arrendamento apoiado, sendo que os/as locatários/as também usufruem de acompanhamento social. Regista-se que cinco frações se encontram desocupadas.

De facto, se inicialmente, como se pode verificar no Quadro infra, foram construídos 77 imóveis para arrendamento, por solicitação dos seus residentes, 38 foram vendidos sob o regime de propriedade resolúvel. Salienta-se que uma das construções arrendadas foi reconvertida como espaço a utilizar por uma Associação Municipal.⁵³

Como é visível (Figura 8) Ílhavo não foge ao paradoxo da realidade portuguesa, pois se por um lado apresenta um elevado número de propriedades vagas para outros casos (1 528) e casas livres para arrendar (673), por outro lado existe a dificuldade de acesso das famílias a uma habitação adequada às suas posses e necessidades. Urge assim a necessidade de repensar as medidas para a habitação, procurando chegar a mais famílias que vivem em situação de grave carência habitacional através da dinamização do mercado público de arrendamento, com uma bolsa dinâmica de alojamento capaz de dar resposta às necessidades mais graves e urgentes de forma célere, eficaz e justa, através da medida de arrendamento apoiado no mercado privado.

Em resposta a esta necessidade, o concelho tem implementada uma medida, o Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, implementado a 11/06/2010 que, para além de permitir o arrendamento apoiado, engloba outras medidas como o apoio ao empréstimo à aquisição de habitação, à melhoria das condições habitacionais com obras, quotas de condomínio e apoio na fatura de água, saneamento e resíduos sólidos.

⁵³ Acresce-se que à data (31/05/2019) o valor médio do arrendamento apoiado era de 27,92€ e que a média das prestações de renda resolúvel era de 212,69€.

Tipo de Habitação	Década de Construção	Localização	Nº de Fogos
Venda a Custos Controlados	1980	Lagoa, S. Salvador	11
Arrendamento	1980	Lagoa, S. Salvador	39
Arrendamento	1980 a 1990	Dispersas pelo Município	14
Venda a Custos Controlados	1990	Bebedouro, Gafanha da Nazaré	18
Arrendamento	1990	Bebedouro, Gafanha da Nazaré	12
Arrendamento	2000	Lagoa, S. Salvador	6
Venda a Custos Controlados	2000	Lagoa, S. Salvador	39
Venda a Custos Controlados	2000	Ílhavo	6
Arrendamento	2009	Avenida dos Bacalhoeiros	6

Tabela 21 - Relatório N.º 01/2024 – Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde, CMI

Esta medida permite promover a inclusão social e territorial, assim como a oportunidade de escolhas habitacionais, apostando em abordagens integradas e participativas, com mais proximidade e acompanhamento da população mais desfavorecida, com situações de desemprego, rendimentos intermédios, sem que o acesso à habitação implique uma sobrecarga sobre o seu orçamento familiar.

Trata-se de uma medida com as áreas de intervenção devidamente definidas, assim como as condições de elegibilidade, as obrigações e os deveres a cumprir e os procedimentos, pretendendo-se contribuir para um efetivo desenvolvimento social, numa perspetiva de intervenção social pró-ativa.

As atividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos urbanos constituem serviços públicos de carácter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente.

Ílhavo defende que o cuidado e prevenção é fundamental para contribuir para um planeta melhor e assim dar continuidade às condições de manutenção da vida na Terra.

Neste sentido, continua a investir na consciencialização para a reciclagem e tratamento de lixos, desde a infância (através do programa ECO ESCOLAS, onde é considerado um dos melhores concelhos do país) à população adulta (sensibilizando para a reciclagem em festivais e na área da restauração com o recente programa Eco Restaurante).

Atualmente, está dotado de 232 conjuntos de Ecopontos, a que corresponde um rácio de aproximadamente 1 ecoponto por cada 169 habitantes (a União Europeia estabelece como meta: 1 Ecoponto/500 habitantes), 5 vidrões, 29 Oleões e 25 Roupões.

Destacam-se ainda as múltiplas ações de intervenção na Política Municipal de Ambiente, com a comunidade em prol da melhoria e defesa do Ambiente e recentemente a adoção de uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, através da elaboração de um Plano Municipal de Adaptação às alterações Climáticas de Ílhavo

Estratégia Local de Habitação

A Estratégia Local de Habitação de Ílhavo foi aprovada em reunião de câmara no dia 17/02/2024 e pela Assembleia Municipal no dia 04/03/2024. O levantamento realizado concluiu pela existência de 146 agregado familiares em situação de carência habitacional, dos quais 24 são beneficiários diretos e os restantes 122 agregados terão as suas soluções habitacionais concretizadas através da Câmara Municipal de Ílhavo.

As opções habitacionais tomadas no âmbito do programa **1º Direito** integram uma solução mista, que integra a reabilitação de frações ou de prédios habitacionais, a aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação, aquisição de frações ou de prédios degradados e subsequente reabilitação dos mesmos, construção de prédios ou de empreendimentos habitacionais e a aquisição de terrenos e construção de empreendimentos habitacionais em regime de habitação de custos controlados.

Como resposta à **Estratégia Local de Habitação**, foram adquiridos 2 fogos, de tipologia T3, na freguesia da Gafanha da Nazaré, os quais já se encontram atribuídos a agregados familiares no âmbito do concurso de habitação social que decorreu de 27/03/2024 a 09/04/2024.

Foram, ainda, adquiridos dois terrenos, um na Gafanha da Encarnação e outro na Gafanha da Nazaré, para a construção de um total de 64 fogos, bem como, e a aquisição de um edifício, na Gafanha da Nazaré, que será reabilitado.

Análise SWOT – Habitação e infraestruturas de saneamento

Pontos fortes	Pontos Fracos
➤ Existência do FMAFIC; ➤ Existência de fogos em regime de habitação social; ➤ Crescimento do parque habitacional; ➤ Redução do número de alojamentos familiares não clássicos	➤ Mercado de arrendamento limitado e com rendas elevadas ➤ Desfasamento dos tetos máximos do FMAFIC para renda/ empréstimo habitação face à dinâmica do mercado imobiliário ➤ Existência de casas com más condições habitacionais ➤ Aumento do número de alojamentos vagos para outras situações (que não o aluguer)
Oportunidades	Ameaças
➤ Grande cobertura das infraestruturas básicas (rede de esgotos, saneamento e tratamento de águas residuais)	➤ Dificuldade de acesso ao crédito bancário por parte de algumas famílias em situação profissional precária para aquisição de habitação

(Re)visita da Análise SWOT – Habitação

Sendo a Habitação um dos eixos prioritários de intervenção do **Plano de Desenvolvimento Social** em vigor, sendo este documento um elemento em atualização e (Re)visita dos instrumentos de diagnóstico e planeamento do município, acrescenta-se à informação anterior as conclusões obtidas numa análise SWOT realizada em reunião do **Núcleo Executivo** e da equipa do **Radar Social**, a 4 de Dezembro de 2024.

Forças	Fragilidades
➤ Revisão do FMAFIC ➤ Fundo de emergência ➤ Equipa de trabalho constituída no âmbito do ASI para a temática da Habitação	➤ Ausência de um espaço disponível para situações de emergência; ➤ Degradação das condições de acolhimento dos agregados familiares
Oportunidades	Ameaças
➤ Crescimento do parque habitacional até 2026 (Habitação Social);	➤ Ausência de parque habitacional disponível; ➤ Aumento exponencial dos custos dos espaços; ➤ Situação de sobrelotação;

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

A educação é a razão principal e base de formação de Capital Humano devendo ser incentivada e promovida num território que pretende ter um desenvolvimento que implique não só o crescimento económico, mas também o progresso social, a diminuição das desigualdades sociais e cuidados com o meio ambiente, passando a integrar a transformação sociocultural como um fator essencial no progresso global e coerente com as comunidades e necessidades humanas.

Em Portugal a Educação Escolar contempla o **Pré-escolar, Ensino Básico, Secundário e Superior**.

O Sistema Educativo em Ílhavo

Em Ílhavo, a educação é essencialmente decorrente de políticas públicas. O domínio privado verifica-se apenas no ensino pré-escolar (36% dos estabelecimentos, explanados na tabela que se segue).

IPSS / Entidades	Localidade
Centro Social e Paroquial da Gafanha da Encarnação	Gafanha da Encarnação
Jardim de Infância do CASCI – Costa Nova	
Centro Infantil da Gafanha da Nazaré – Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo	Gafanha da Nazaré
Jardim de Infância da Obra da Providência	
Jardim de Infância do CASCI – Paria da Barra	
Centro Infantil da Lagoa – Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo	Ílhavo
Centro Infantil de Ílhavo – Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo	
Jardim de Infância do CASCI - Ílhavo	
Jardim de Infância do Centro Paroquial de Assistência D. Manuel Trindade Salgueiro	

Tabela 22 - Rede pré-escolar solidária no concelho de Ílhavo

Ílhavo, apresenta uma Rede Escolar constituída por três unidades orgânicas – Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação, Agrupamento de Escolas de Ílhavo e Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré, sendo que estes dois últimos Agrupamentos agregaram, a Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes e a Escola Secundária Gafanha da Nazaré, respetivamente.

No que reporta à gestão, cada agrupamento é dirigido por um Conselho Geral, ordenado de acordo com o definido no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, contando com a participação de “*representantes do pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do município e da comunidade local*”.

Apresenta-se, na tabela infra, as diferentes modalidades de ensino de acordo com o agrupamento a que correspondem.

	Jardim de Infância	1.º Ciclo	2.º/3.º Ciclo	Secundário	Total de escolas
Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação	4	5	1	0	8
Agrupamento de Escola da Gafanha da Nazaré	6	6	2	1	8
Agrupamento de Escolas de Ílhavo	7	7	2	1	9

Tabela 23 - Distribuição das diferentes escolas e jardins-de-infância pelos agrupamentos do Concelho de Ílhavo⁵⁴

No que se reporta ao ano letivo 2023/2024, o Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré tem em funcionamento 14 turmas de ensino Pré-escolar, 26 turmas do 1º Ciclo e 13 turmas do 2º Ciclo.

No Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação, tendo por referência o mesmo ano letivo, este contemplou 7 turmas de ensino pré-escolar, 16 turmas do 1º Ciclo e 20 turmas do 2º Ciclo e do 3º Ciclo.

Na Freguesia da Gafanha da Encarnação não é lecionado o Ensino Secundário, pelo prosseguimento dos estudos dos jovens desta freguesia poderá ser efetuado na Gafanha da Nazaré ou em S. Salvador, de acordo com a área de estudos pretendida. Em última instância, face à inexistência de opção estudar em outras localidades.

No Agrupamento de Escolas de Ílhavo, no ano de referência o mesmo teve em funcionamento 11 turmas de ensino Pré-escolar e 35 turmas do 1º Ciclo.

Apresentamos na próxima tabela a distribuição de matrículas por cada agrupamento e nível escolar, para o ano letivo de 2023/2024.

Agrupamentos	Gafanha da Encarnação	Gafanha da Nazaré	Ílhavo	
Educação Pré-Escolar	126	268	253	647
Ensino Básico - 1.º Ciclo	295	589	692	1576
Ensino Básico - 2.º Ciclo	135	263	281	679
Ensino Básico - 3.º Ciclo	217	487	382	1086
Ensino secundário		348	186	534
Ensino Profissional		123	147	270
EFA		30		30
		Total	4822	

Tabela 24 - Total de alunos Matriculados no ano letivo 2021/2022 (DGEEC, 2024)

O total de matriculados espelha inscritos em Cursos Profissionais e Formação de Adultos (EFA). Assim é de salientar que estão integrados 30 alunos em Cursos EFA e 270 alunos matriculados em Cursos Profissionais,

No Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré, dos 501 inscritos no Ensino Secundário, 123 estão integrados em ensino profissional e 30 em EFA.

⁵⁴ o total não corresponde à soma dos valores, porque há escolas básicas que integram Jardins-de-infância; GesEdu, consultada a 11/12/2024

Por sua vez, no Agrupamento de Escolas de Ílhavo, das 333 matrículas registadas, 147 dizem respeito a ensino profissional.

Destaca-se que existem também no concelho, integradas na rede de respostas às necessidades educativas especiais, unidades de referência. No Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação, para as crianças com perturbações do espectro do autismo, e no Agrupamento de Escolas de Ílhavo, para ensino bilingue.

Abordando a Taxa de Analfabetismo da população total residente na Região de Aveiro, denota-se que esta tem vindo a diminuir gradualmente, atingindo o valor mínimo de 2,5% em 2021. No resto do país, a taxa média de analfabetismo ronda os 3,08%, demonstrando a tendência gradual da diminuição de analfabetismo em Portugal.

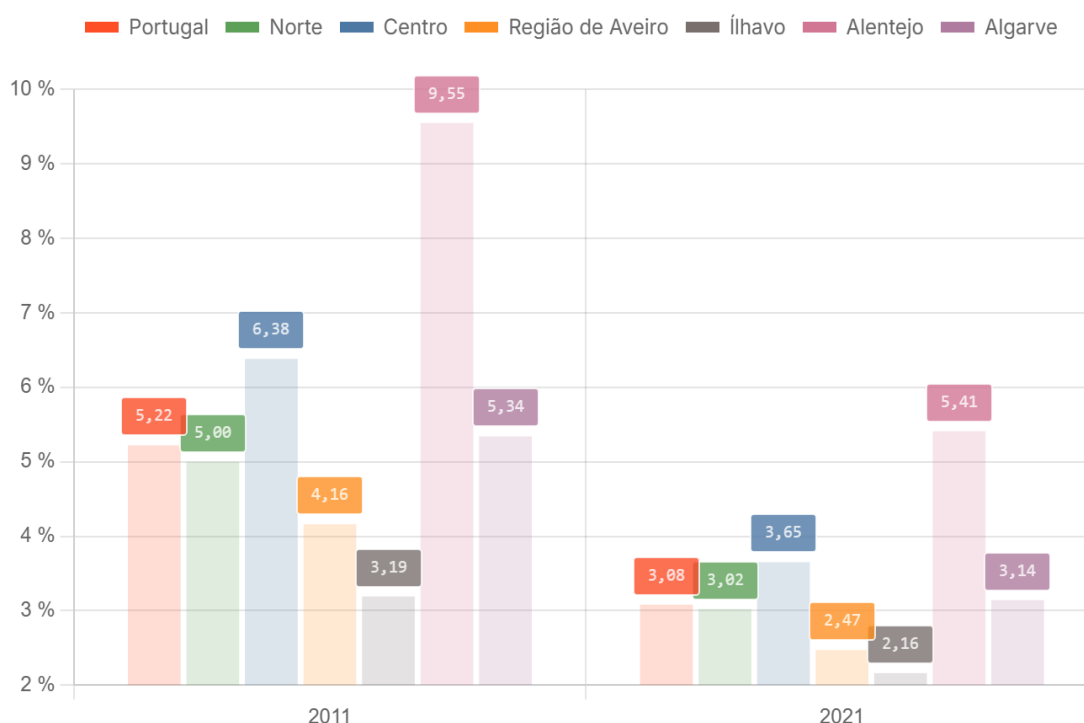


Figura 14 - Taxa de Analfabetismo (INE, Censos 2021)

É notório que Ílhavo tem a população cada vez mais escolarizada, sendo no sexo feminino que se denotam mais situações de analfabetismo.

Destaca-se que as freguesias são afetadas de forma diferente, sendo a freguesia da Gafanha do Carmo a que apresenta uma taxa mais elevada de analfabetismo (3,43%) e a freguesia da Gafanha da Nazaré a que apresenta a taxa mais reduzida (1,95%), como se pode ver na tabela que se apresenta.

	Total	Homens	Mulheres
Ílhavo	2,16	1,47	2,77
Gafanha da Encarnação	2,28	1,38	3,11
Gafanha da Nazaré	1,95	1,29	2,54
Gafanha do Carmo	3,43	2,65	4,19
Ílhavo (São Salvador)	2,18	1,53	2,74

Tabela 25 - Taxa de analfabetismo por Freguesia no Concelho de Ílhavo- Censos 2021)

Reforçando este facto, destaca-se o aumento da taxa de escolaridade no Concelho, conforme a tabela infra demonstra.

	2022/2023
Educação Pré-Escolar	95%
Ensino Básico - 1.º Ciclo	104,90%
Ensino Básico - 2.º Ciclo	96,30%
Ensino Básico - 3.º Ciclo	89%
Ensino secundário	74,50%
Ensino Superior	-

Tabela 26 - Taxa de escolaridade no Concelho de Ílhavo no ano letivo 2022/2023 (DGEEC, 2024)

De forma mais pormenorizada, em todas as freguesias denota-se um crescimento da população escolarizada, tendo no total de residentes apenas 1 552 sem escolaridade.

	Sem escolaridade	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Pós-secundário	Ensino Superior	Total
Gafanha da Encarnação	224	1153	542	858	971	38	783	4569
Gafanha da Nazaré	585	2619	1280	2497	3414	173	2853	13421
Gafanha do Carmo	101	408	207	261	300	13	165	1455
São Salvador- Ílhavo	642	3264	1380	2547	3241	174	3265	14513
Concelho de Ílhavo	1552	7444	3409	6163	7926	398	7066	33958

Tabela 27 - População residente com mais de 15 anos e nível de escolaridade (Censos, 2021)

É perceptível que S. Salvador é a freguesia com a população com um nível de formação mais elevado, apresentando a maior população com curso superior (3.265), e a Gafanha do Carmo a menor população com a mesma formação (165). Por outro lado, destaca-se a freguesia da Gafanha da Nazaré com a maior população habilitada com o ensino secundário e no âmbito do ensino pós-secundário, a Gafanha do Carmo e a Gafanha da Encarnação com menor população habilitada com este grau de ensino.

Verifica-se, como demonstra a tabela que se apresenta, um aumento dos estabelecimentos de Educação Pré-escolar, mantendo-se o valor nos restantes Estabelecimentos de Ensino.

A integração na resposta de ensino Pré-escolar configura-se com uma necessidade crescente, atendendo ao reconhecimento do desenvolvimento integral das crianças e do contributo para um acesso mais facilitado à escola, como também para libertar os pais/educadores de modo a responderem mais facilmente às exigências do mercado de trabalho.

Anos		2017	2024
Estabelecimentos por Nível de Ensino	Educação Pré-Escolar	25	26
	dos quais são privados	9	9
	Ensino Básico - 1.º Ciclo	18	18
	Ensino Básico - 2.º Ciclo	3	3
	Ensino Básico - 3.º Ciclo	4	4
	Ensino secundário	2	2

Tabela 28 - Estabelecimentos de Ensino por nível de escolaridade (GesEdu, consultada a 11/12/2024)

O número de alunos matriculados por nível de ensino tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos, tal como é possível analisar na tabela infra.

Ano Letivo	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	2022/2023
Educação Pré-Escolar	887	958	947	968	1055
Ensino Básico - 1.º Ciclo	1365	1352	1318	1353	1488
Ensino Básico - 2.º Ciclo	654	694	706	711	703
Ensino Básico - 3.º Ciclo	1042	1026	1030	1032	1116
Ensino secundário	781	819	841	945	890

Tabela 29 - Evolução de alunos Matriculados (DGEEC, 2024)

De forma geral a Taxa de Natalidade encontra-se em decréscimo, no entanto no caso da Educação Pré-Escolar constata-se um acréscimo fruto do pico de natalidade entre 2018 e 2020.

O período de frequência do pré-escolar tem vindo a aumentar de forma gradual, se compararmos a duração média da pré-escolarização em 1961 era de 0,4 anos, em 2010 era de 2,5 anos e, em 2021, atingia os 2,9 anos. O que se deve, às Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar que sublinham a importância do envolvimento das crianças nesta fase preparatória, que lhes proporciona um “conjunto de experiências, atividades, rotinas e acontecimentos planeados e não planeados que ocorrem num ambiente educativo e inclusivo”. E por outro lado, que à menor disponibilidade dos pais para acompanharem os filhos após o nascimento bem como a uma maior oferta de equipamentos com esta resposta.

De acordo com o INE, da análise dinâmica populacional, 2022, e como se pode verificar na próxima tabela, Ílhavo apresenta uma Taxa de Pré-escolarização de 91%, a mais baixa comparativamente à região de Aveiro, Centro e Portugal. A evolução tem sido significativa e deve-se em parte ao conjunto de melhorias e ampliação que decorreu essencialmente no período de 2007 e 2015 e que permitiu o aumento do número de salas dos jardins-de-infância e a entrada de crianças, na educação pré-escolar com 3 anos de idade, que anteriormente ficavam a aguardar a existência de vaga.

	Taxa bruta de pré-escolarização (%)	Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%)	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)	Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular (%)	Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário regular (%)
Portugal	98,3	110,4	126,9	3,1	91,4
Região Centro	101,2	108,5	128,7	2,6	92,6
Região de Aveiro	100,4	110,3	129,7	2,2	92,5
Ílhavo	91	92,5	79,5	2,9	88,6

Tabela 30 - Indicadores de Educação por território (INE, dezembro 2023)

Também relativamente à Taxa Bruta de Escolarização, Ílhavo apresenta os valores mais baixos o que se deve essencialmente ao facto de ser fácil o acesso a escolas de Aveiro, nomeadamente por existirem muitos residentes do concelho a exercer atividade profissional naquela cidade. Por outro lado, aquando da transição para o ensino secundário, muitos dos jovens do concelho optam por continuar o seu percurso académico em outras localidades.

De notar que a necessidade de alguns jovens se deslocarem para concelhos vizinhos se deve à reduzida oferta formativa neste concelho. Há uma redução de alunos no Ensino Secundário uma vez que a oferta disponibilizada nem sempre corresponde às necessidades e expectativas dos residentes.

De reforçar que para muitos jovens que procuram concluir a escolaridade obrigatória, a alternativa é encontrada nos concelhos de proximidade como Aveiro e Vagos, pela grande oferta disponibilizada nas escolas profissionais:

- Escola Profissional de Aveiro;
- Escola Profissional de Turismo de Aveiro;
- Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos.

Caracterização e Evolução do 1º Ciclo em Ílhavo

Existem em Ílhavo 18 escolas com alunos matriculados no 1º Ciclo do Ensino Básico Geral no ano letivo 2023/2024.

		2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
Alunos Matriculados	1.º ano	311	319	322	359
	2.º ano	338	333	315	329
	3.º ano	361	339	336	326
	4.º ano	355	361	345	339
	Total	1365	1352	1318	1353
Taxa de retenção ou desistência	1.º ano	0%	0%	0%	0%
	2.º ano	4%	1%	1%	3%
	3.º ano	1%	1%	1%	3%
	4.º ano	2%	0%	0%	1%
Percentagem de alunos que concluem o 1.º ciclo em 4 anos	Alunos de Ílhavo		91%	93%	95%
	Alunos do país com perfil socioeconómico semelhante		91%	91%	93%
	Alunos estrangeiros		6%	7%	9%
	Média Nacional		7%	8%	10%

Tabela 31 - Caracterização do 1º Ciclo ao longo dos últimos anos no concelho de Ílhavo⁵⁵

Denota-se que existe um ligeiro decréscimo de alunos nos últimos níveis do 1º ciclo, como se pode verificar na tabela apresentada. Verifica-se também que a taxa de retenção é mais acentuada no segundo e terceiro nível do 1º ciclo. A percentagem de alunos que concluem o 1º

⁵⁵ Fonte [Infoescolas - Estatísticas do Ensino Básico e Secundário](#)

ciclo de ensino básico geral em quatro anos, tem vindo a aumentar, conseguindo ultrapassar a média nacional (93%).

Em 2021/2022 dos alunos que frequentaram o 1º ciclo, Ílhavo tem uma percentagem de alunos estrangeiros (9%) inferior à média nacional (10%).

Caracterização e Evolução do 2º Ciclo em Ílhavo

Existem em Ílhavo três escolas com alunos matriculados no 2º Ciclo do Ensino Básico Geral no ano letivo 2021/2022.

Denota-se um decréscimo da taxa de retenção ou desistência no decorrer dos anos. Por sua vez, uma tendência crescente da taxa de percentagem de alunos que concluem o 2º ciclo em dois anos, superior ao quadro nacional de alunos com perfil socioeconómico semelhante.

Em 2021/2022 dos alunos que frequentaram o 2º ciclo, em Ílhavo, 10 % dos alunos eram de nacionalidade estrangeira, uma percentagem superior à média nacional (8%).

		2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
Alunos Matriculados	5.º ano	338	331	351	328
	6.º ano	316	344	323	374
	Total	654	675	674	702
Taxa de retenção ou desistência	5.º ano	4%	2%	3%	3%
	6.º ano	5%	1%	5%	3%
Percentagem de alunos que concluem o 2.º ciclo em 2 anos	Alunos de Ílhavo		97%	95%	97%
	Alunos do país com perfil socioeconómico semelhante		95%	95%	95%
	Alunos de Ílhavo		7%	6%	10%
Alunos estrangeiros	Média Nacional		7%	7%	8%

Tabela 32 - Caracterização do 2º ciclo ao longo dos últimos anos no concelho de Ílhavo⁵⁶

Caracterização e Evolução do 3º Ciclo em Ílhavo

Existem no concelho cinco escolas com alunos matriculados no 3º Ciclo do Ensino Básico Geral no ano letivo 2021/2022.

Denota-se neste nível de ensino um decréscimo de alunos no decorrer dos anos.

Atendendo à taxa de retenção ou desistência neste ciclo, é no 7º ano que se registam os valores mais elevados. Embora de uma visão geral apresente uma diminuição nesta taxa ao longo dos anos e nos diferentes níveis de ensino em análise, esta é ainda significativa, sendo inferior à média nacional.

Por sua vez, a percentagem de alunos que obtêm positiva nas provas nacionais do 9º ano, após percurso sem retenção nos 7º e 8º ano, é superior à percentagem nacional (30%).

⁵⁶ Fonte [Infoescolas - Estatísticas do Ensino Básico e Secundário](#)

No que reporta à nacionalidade dos alunos que frequentam o 3º Ciclo, 8% dos alunos são estrangeiros, idêntica à média nacional.

		2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
Alunos Matriculados	7.º ano	362	323	354	323
	8.º ano	313	335	308	347
	9.º ano	307	325	324	308
	Total	982	983	986	978
Taxa de retenção ou desistência	7.º ano	8%	7%	7%	7%
	8.º ano	7%	3%	4%	3%
	9.º ano	7%	2%	4%	5%
Percentagem de alunos que concluem o 3.º ciclo em 3 anos	Alunos de Ílhavo		86%	87%	88%
	Alunos do país com perfil socioeconómico semelhante		83%	87%	90%
Percentagem de alunos que obtêm positiva nas provas nacionais do 9.º ano após um percurso sem retenções	Alunos de Ílhavo				37%
	Alunos do país com perfil socioeconómico semelhante				30%
Alunos estrangeiros	Alunos de Ílhavo		6%	6%	8%
	Média Nacional		6%	7%	8%

Tabela 33 - Caracterização do 3º ciclo ao longo dos últimos anos no concelho de Ílhavo⁵⁷

Caracterização e Evolução do Ensino Secundário em Ílhavo

O ensino Secundário em Ílhavo é lecionado em dois estabelecimentos escolares que disponibilizam cursos científico humanísticos em quatro áreas

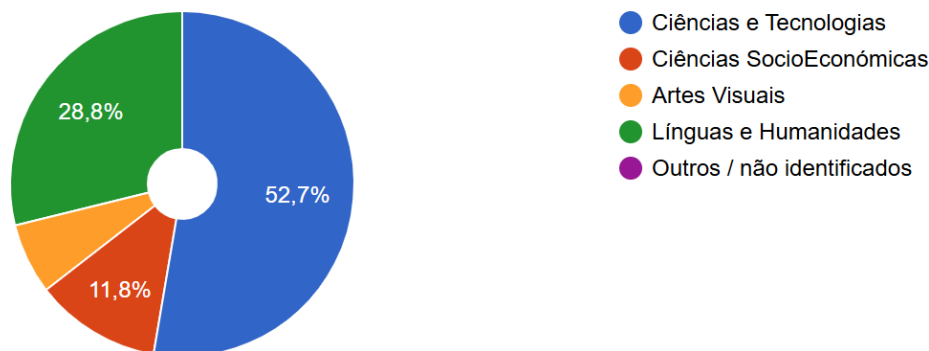


Figura 15 - Modalidade de Ensino em que os alunos do Concelho estão matriculados no ano letivo 2021/2022⁵⁸

No ano letivo 2021/2022 foi a área das Ciências e Tecnologia a mais frequentada, com 52,7% das inscrições (276 alunos), seguindo-se a de Línguas e Humanidades com 28,8% de inscrições (151 alunos), Ciências Socioeconómicas com 11,8% (62 alunos) e por fim, com 6,7% (35 alunos) em Artes Visuais.

⁵⁷ Fonte [Infoescolas - Estatísticas do Ensino Básico e Secundário](#)

⁵⁸ Fonte [Infoescolas - Estatísticas do Ensino Básico e Secundário](#)

		2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
Alunos Matriculados	10.º ano	210	173	194	195
	11.º ano	150	177	145	184
	12.º ano	152	153	161	145
	Total	512	503	500	524
Taxa de retenção ou desistência	10.º ano	17%	14%	10%	16%
	11.º ano	7%	5%	6%	4%
	12.º ano	25%	14%	12%	13%
Percentagem de alunos que concluem o secundário em 3 anos	Alunos de Ílhavo		66%	74%	74%
	Alunos do país com perfil socioeconómico semelhante		65%	75%	79%
Alunos estrangeiros	Alunos de Ílhavo		6%	5%	10%
	Média Nacional		5%	5%	6%

Tabela 34 - Caracterização do Ensino Secundário ao longo dos últimos anos no concelho de Ílhavo⁵⁹

É no 12º ano que se verifica a maior taxa de retenção ou desistência, sendo esta sempre superior à média nacional (10%).

No que reporta à nacionalidade dos alunos, 10% dos alunos são estrangeiros, valor superior à média nacional que é de 6% de alunos estrangeiros a frequentar este ciclo escolar. Denota-se o crescente ingresso de alunos estrangeiros no ensino, também devido ao acréscimo da população estrangeira residente.

Para além dos cursos científico humanísticos, existe ainda a possibilidade de optar por seguir o percurso académico pela vertente profissional ou vocacional.

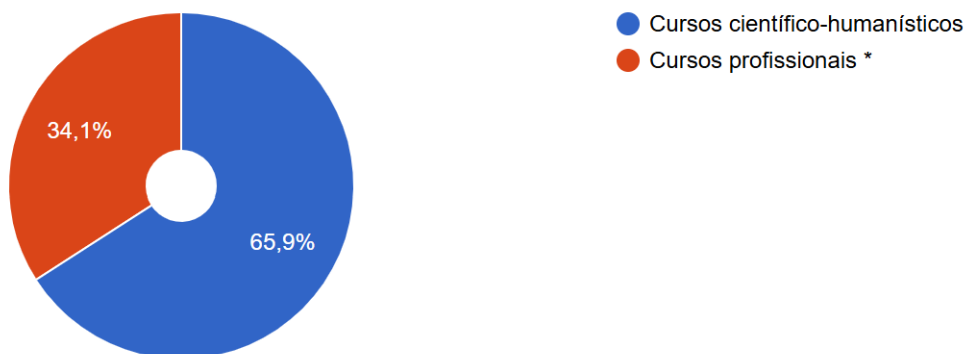


Figura 16 - Modalidades de ensino em que os alunos do Concelho estão inscritos ano letivo 2021/2022, no concelho de Ílhavo⁶⁰

Atualmente, nas duas escolas secundárias existe a possibilidade de frequência de cursos profissionais em Ílhavo, embora com pouca adesão dos alunos, podendo destacar-se que no ano letivo 2021/2022 estes cursos foram frequentados por 271 alunos.

⁵⁹ Fonte [Infoescolas - Estatísticas do Ensino Básico e Secundário](#)

⁶⁰ Fonte [Infoescolas - Estatísticas do Ensino Básico e Secundário](#)

No ano letivo de 2021/2022 os alunos tiveram a possibilidade de frequentar cursos profissionais em áreas como Hotelaria e Restauração (92 matrículas), Eletrónica e Automação (70 matrículas), Desporto (61 matrículas) e Ciências Informáticas (48 matrículas).

Ensino Profissional em Ílhavo

Para além do tradicional ensino em contexto escolar, Ílhavo garante também oferta na vertente profissional nomeadamente através do FOR-MAR (Centro de Formação Profissional do Sector das Pescas).

O FOR-MAR promove atividades de formação profissional que visem a valorização dos recursos humanos dos setores ligados às atividades marítimas, desenvolvendo a sua atividade formativa em três eixos:

- “Formação Profissional - Assegurar a realização de formação profissional necessária à qualificação, reconversão profissional, aperfeiçoamento e progressão nas carreiras dos profissionais marítimos, nos termos legais em vigor, bem como dos outros profissionais e/ ou candidatos às profissões que integram todos os subsectores da economia azul.
- Avaliação e Certificação - Assegurar a avaliação e certificação da aptidão profissional decorrente da frequência de cursos ou prestação de provas de exame, bem como proceder ao reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais adquiridas em contextos de aprendizagem formal ou informal aos profissionais dos setores que integram o âmbito da sua atividade, em particular aos profissionais marítimos dos escalões da mestrança e marinhagem.
- Parcerias e projetos - Afirmar o posicionamento do FOR-MAR e sua integração no conceito inovador Blue Hub School juntos dos parceiros nacionais e internacionais, através do desenvolvimento de projetos e parcerias que promovem o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores.”⁶¹

Desta forma, no FOR-MAR através da qualificação, valorização e formação, procura-se desenvolver oportunidades e promover a competitividade na área de atuação.

O FOR-MAR, também disponibiliza serviços de qualidade no domínio da Consultoria e Formação para Empresas.

O Papel do Município na Educação Extraescolar

“O Município de Ílhavo, na definição e orientação da sua Política Educativa, promove uma estratégia orientada, integrada e de cooperação com os diferentes Agentes Educativos e da Comunidade” (CMI).

Assente nos documentos normativo-legais existentes, a Câmara Municipal de Ílhavo promoveu a criação do Conselho Municipal de Educação no ano de 2003 utilizando por base o anterior Conselho Local de Educação que se encontrava em funcionamento desde o ano 2000. Esta nova

⁶¹ [Quem somos | FOR-MAR](#), consultado a 11/12/2024

instância, de coordenação e consulta, promove, a nível Municipal, a coordenação e acompanhamento da Política Educativa. Em outubro de 2007 foi homologada a vigente Carta Educativa do Município de Ílhavo, realizada em parceria com a Fundação Manuel Leão. Apresenta-se como um documento que tem por objetivo refletir sobre a realidade local, definindo objetivos a alcançar (de caráter edificante, mas também imaterial), tendo conduzido a importantes tomadas de decisão na gestão do Parque Escolar Municipal. Em 2016 decorreu a revisão da Carta Educativa do Município.”⁶²

Atendendo à grande preocupação com a educação dos residentes o Município de Ílhavo desenvolve também uma forte intervenção no âmbito da educação extraescolar, envolvendo, em parceria com a autarquia, diferentes entidades e associações sociais, culturais e desportivas, associações de pais (que assumem o importante papel de dinamização de atividades complementares e de apoio à família).

Em parceria com os agrupamentos de escolas e a Câmara Municipal, são desenvolvidas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Trata-se de um conjunto de atividades grátis e facultativas, destinadas às crianças do 1.º ciclo do ensino básico, de cariz lúdico, formativo e cultural no domínio do desporto, artístico, científico e tecnológico, ligação com o meio, solidariedade/voluntariado e a dimensão europeia da educação.

Com o intuito de apoiar as famílias na conciliação dos horários profissionais com os horários escolares, são dinamizadas pelas associações de pais em parceria com a Câmara Municipal, atividades de animação e apoio à família. Estas atividades traduzem-se no prolongamento do horário de funcionamento dos Jardins de Infância e em atividades realizadas para além do horário escolar nas escolas do 1º ciclo do ensino básico. Esta intervenção é reforçada nas férias escolares.

Agrupamento de Escolas de Ílhavo				
Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação				
Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré				
Atividade	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano
+ Desporto	120 min	120 min	120 min	120 min
+ Ciência	120 min	120 min		
+ Música			60 min	120 min
+ BRINCARte	60 min	60 min	120 min	60 min

Tabela 35 - Oferta das Atividades de Enriquecimento Curricular no Município de Ílhavo, ano letivo 2024/2025

Complementando o trabalho de apoio aos projetos escolares, existe desde o ano letivo de 2011/2012, o Serviço Educativo Municipal de Ílhavo (SEMI), tem como objetivo apoiar a construção de um projeto educativo integrado que concretize os objetivos sociais e educacionais defendidos para o concelho. O SEMI “*redefine objetivos e estabelece novos compromissos na construção de uma dinâmica educativa municipal ainda mais forte e coesa, indo ao encontro das necessidades reais do Município e de toda a sua comunidade*”.⁶³

⁶² In <https://www.cm-ilhavo.pt/pages/397>, consultado a 11 de Dezembro de 2024

⁶³ SEMI - Serviço Educativo Municipal de Ílhavo | CM Ílhavo

Esta intervenção vai sendo complementada ao longo do ano por programas pontuais desenvolvidos ou apoiados pelos Pelouros da Cultura, Maior Idade, Juventude, Ambiente e da Educação e Desporto.

Para o desenvolvimento destes projetos/programas o concelho conta também com equipamentos educativos públicos, nomeadamente:

- **Museu Marítimo de Ílhavo** – visa “*promover os patrimónios marítimos, matérias e imateriais, a história e as culturas marítimas, dar a conhecer a memória da pesca do bacalhau e das fainas agro-marítimas como identidades em constante mutação e sensibilizar para as questões ambientais*”⁶⁴
 - **Navio Museu Santo André** – um polo que mostra as artes do arrasto do bacalhau.
 - **Centro de Religiosidade Marítima** – Preservação e exposição de um espólio de obras de arte e bens culturais de natureza religiosa, que revelam a relação dos ilhavenses com o mar.
- **-23 Milhas** – “*promove a criação artística, a formação e o pensamento crítico, procurando cultivar a relação entre artistas e espetadores, bem como ativar território e comunidade*”⁶⁵
 - **Casa da Cultura de Ílhavo** é um equipamento especializado numa programação eclética e multidisciplinar
 - **Fábrica das Ideias Gafanha da Nazaré** é um equipamento cultural especializado em residências de criação, particularmente vocacionado para as artes visuais e performativas.
 - **Cais Criativo da Costa Nova** é um equipamento, de programação e residências, cuja especialização tem um carácter sazonal (primavera e verão).
 - **Laboratório das Artes Teatro Vista Alegre** é um equipamento cultural especializado nas áreas da experimentação, pesquisa, investigação e formação.
- **Escola Municipal Rodoviária (EMER)**- promove a educação de crianças e jovens enquanto utentes da via pública e consciencializa a comunidade para a importância da prevenção rodoviária; Despertar nas crianças e jovens bons hábitos e atitudes corretas na via pública, enquanto peões, passageiros e ciclistas; Desenvolver projetos educativos que visem a Educação e a Segurança Rodoviária, em colaboração com as Escolas, alunos, docentes e pais.⁶⁶
- **Centro de Educação Ambiental** - dinâmizações de sensibilização ambiental, constituídas por uma componente teórica e por uma vertente prática, nas quais as crianças assumem um papel mais ativo; procura-se ensinar a “*ler, escrever e a contar*” em ambiente, aprofundando as áreas dos Resíduos, Água e Energia.⁶⁷
- **Biblioteca Municipal** - para além dos seus projetos e atividades de intervenção muito ativa na comunidade, encontra-se o Serviço de Apoio Às Bibliotecas Escolares (SABE) e

⁶⁴ [Educação](#), consultado em 11/12/2024

⁶⁵ [Serviço Educativo :: 23 Milhas - Ílhavo](#)

⁶⁶ [EMER - Escola Municipal de Educação Rodoviária | CM Ílhavo](#)

⁶⁷ [Educação Ambiental | CM Ílhavo](#)

a coordenação da Rede de Bibliotecas de Ílhavo (RBI), proporcionando um maior acesso ao livro e à leitura desde a primeira infância até à idade adulta⁶⁸, polos de leitura:

- **Polo do Museu Marítimo de Ílhavo** – temática marítima;
 - **Polo de Leitura da Gafanha da Nazaré**;
 - **Polo de Leitura da Gafanha do Carmo**;
 - **Bibliotecas escolares**;
- **Centro de Documentação de Ílhavo** - *“desenvolve projetos direcionados à comunidade educativa, sobretudo à ilhavense, proporcionando o acesso aos arquivos, através de produtos que complementem e reforcem o ensino da História, Identidade e Patrimónios da terra, desenvolvendo o conhecimento e consequentemente o sentimento de pertença em relação ao município”*⁶⁹.
- **Museu da Vista Alegre** - *“desenvolve uma oferta de visitas guiadas e oficinas a pensar nos diferentes níveis de escolaridade, criando oportunidades de aprendizagem e promovendo a interpretação e acessibilidade do património e coleções Vista Alegre”*.⁷⁰
- **Estaleiro – Estação Científica de Ílhavo** – *“promoção da ciência, permitindo o desenvolvimento da literacia científica e do pensamento computacional, despertando o interesse pelos fenómenos que nos rodeiam através de atividades de cariz prático nas áreas das ciências, robótica e programação. Destacam-se os espaços temáticos:*
- *Casa das Máquinas*;
 - *Casa do Leme*;
 - *Messe*;
 - *Ponte*;⁷¹
- **Laboratório do Envelhecimento** - aumento do conhecimento sobre o processo de envelhecimento, aliando, para o efeito, parceiros académicos, empresas tecnológicas, organizações sociais, parceiros artísticos e comunidade sénior.⁷²

Destacam-se também outras iniciativas no âmbito da educação e formação como:

- **PIN - Projeto de Iniciação à Natação e Festival de Natação** - Desde o ano 2000, a Câmara Municipal de Ílhavo tem realizado o Festival de Natação do Município de Ílhavo, tendo como objetivo celebrar o final da época do Projeto de Iniciação à Natação e, ao mesmo tempo, possibilitar que familiares e amigos dos participantes possam assistir a uma demonstração do trabalho realizado ao longo do ano pelas Crianças.⁷³
- **Dia Mundial da Criança** - O Dia Mundial da Criança é um dia muito especial para a Câmara Municipal de Ílhavo pois homenageia o que de mais valioso existe: As Crianças. Todos os anos, no primeiro dia de junho, a Autarquia prepara um programa cheio de surpresas e muita alegria para as crianças do ensino Pré-Escolar, quer da rede pública, quer da rede privada, apostando na dinamização de várias atividades em torno do tema do ano. A esta festa está sempre associada muita diversão e a oferta de um lanche para retemperar forças.⁷⁴

⁶⁸ [Biblioteca Municipal de Ílhavo](#)

⁶⁹ [Serviço educativo • Centro de Documentação de Ílhavo](#)

⁷⁰ [Programas de Visita para Escolas](#)

⁷¹ [Estaleiro - Estação Científica de Ílhavo | CM Ílhavo](#)

⁷² [Laboratório do Envelhecimento | CM Ílhavo](#)

⁷³ [PIN - Projeto de Iniciação à Natação e Festival de Natação | CM Ílhavo](#)

⁷⁴ [Dia Mundial da Criança | CM Ílhavo](#)

- **DesportÍlhavo** - implementado desde 1999 e com o objetivo de encerrar anualmente as atividades do Projeto de Expressão e Educação Físico Motora, este programa envolve toda a comunidade do 1.º Ciclo do Ensino Básico.
- **Carnaval** – é uma iniciativa conjunta da autarquia com a comunidade escolar e as IPSS do concelho, que apresentam, no curso carnavalesco, temáticas distintas em função dos projetos educativos de cada entidade.
- **Festa de Natal** - desde 1998 que Ílhavo acolhe as celebrações do Natal com a realização de uma **Festa de Natal** para todas as crianças do concelho organizada pela autarquia, em parceria com as juntas de freguesia do município, envolvendo em média 3.000 alunos por ano, provenientes do ensino Pré-Escolar (público e privado) e do 1.º Ciclo do Ensino Básico.
- **Dos Pequenos aos Graúdos** - é uma ação integrada no programa “*Educação para Todos*”, tem como objetivo valorizar o encontro de gerações na partilha de afetos, na partilha do trabalho feito nas atividades de enriquecimento curricular de “*Ensino da Música*” e “*Atividades Lúdico-Expressivas*”, as crianças visitam instituições de Solidariedade Social com a resposta social de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e/ou Centro de Dia.⁷⁵
- **Concurso Jovem Literário**- lançado em 2002, tem como objetivo fomentar hábitos de leitura nas camadas jovens, criar e/ou consolidar hábitos de escrita, promover a escrita e valorizar a expressão literária. Destina-se aos jovens do Ensino Básico dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos, assim como do Ensino Secundário, podendo participar alunos de qualquer estabelecimento de ensino. O concurso divide-se em duas modalidades: prosa e poesia.

Equipa Multidisciplinar de Apoio à Comunidade Educativa

A Equipa Multidisciplinar de Apoio à Comunidade Educativa (EMACE), foi inicialmente criada com enquadramento na Atividade 8 do Projeto Educ@RA, no âmbito do qual os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas dos concelhos que integram a CIRA, estabeleceram o Acordo Entre Parceiros para o Desenvolvimento e Execução do Projeto de Prevenção do Abandono Escolar Precoce e Promoção do Sucesso Escolar nos Municípios, apresentado e aprovado no âmbito do CENTRO2020 - Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso escolar (PIICIE).

Considerando a elevada pertinência do trabalho desenvolvido pela equipa e o impacto que esse trabalho teve na promoção do sucesso escolar dos alunos, amplamente reconhecido pelas Direções dos Agrupamentos de Escolas, docentes e encarregados de educação, o Município de Ílhavo efetuou uma forte aposta na continuidade da equipa, disponibilizando, para o efeito, verbas do seu orçamento e privilegiando a EMACE nas suas Grandes Opções do Plano. presentemente, este projeto é financiado por orçamento próprio do Município.

A equipa multidisciplinar é composta por um coordenador e quatro técnicas especializadas nas valências de Educação Social, Psicologia, Serviço Social e Terapia da Fala. O trabalho desenvolvido pela EMACE consiste no acompanhamento permanente dos alunos, designadamente aqueles que revelam maiores dificuldades de aprendizagem, risco de abandono escolar, comportamentos de risco ou gravemente violadores dos deveres do aluno ou que se encontram na iminência de ultrapassar os limites de faltas legalmente previstos. Assume-se, assim, como

⁷⁵ [Dos Pequenos aos Graúdos | CM Ílhavo](#)

uma estrutura de apoio aos estabelecimentos de ensino, destinada a acompanhar em permanência os alunos e as suas famílias e que revelam maiores dificuldades de aprendizagem, risco de abandono escolar, comportamentos de risco, e necessidades ao nível social, em articulação com as estruturas da escola e com a família.

A sua missão consiste em mediar o percurso educativo de promoção do sucesso dos alunos sustentada no triângulo escola, família, comunidade, visando planejar e implementar medidas de capacitação do aluno, capacitação parental em articulação com estruturas e serviços que disponham das melhores respostas que potenciem o combate ao insucesso escolar e garantam a equidade e inclusão.

A EMACE tem como população-alvo as crianças e os jovens referenciados pelos estabelecimentos de ensino do Município de Ílhavo (e por outras entidades da comunidade) e as suas famílias. Os objetivos da intervenção da Equipa Multidisciplinar são, designadamente:

- a. Inventariar as situações problemáticas com origem na comunidade envolvente e respetiva sinalização, alerta e motivação dos agentes locais para a sua intervenção, primordialmente preventiva;
- b. Promover medidas de integração e inclusão dos alunos nas escolas tendo em conta a sua envolvimento familiar e social;
- c. Atuar preventivamente junto de alunos que se encontrem em situações de maiores dificuldades de aprendizagem, risco de abandono escolar, que manifestem comportamento de risco ou gravemente violadores dos deveres do aluno ou se encontrem na iminência de ultrapassar os limites de faltas legalmente previstos;
- d. Acompanhar os alunos nos planos de integração nas escolas e na aquisição e desenvolvimento de métodos de estudo, de trabalho escolar e medidas de recuperação da aprendizagem;
- e. Supervisionar a aplicação de medidas corretivas e disciplinares sancionatórias, sempre que essa missão lhe seja atribuída pelos responsáveis dos Agrupamentos de Escolas;
- f. Aconselhar e propor o encaminhamento para percursos alternativos dos alunos em risco, em articulação com outras equipas ou serviços com atribuições nessa área;
- g. Estabelecer parcerias com órgãos e instituições, públicas ou privadas, da comunidade local, designadamente com o tecido socioeconómico e empresarial, de apoio social na comunidade, com a rede social municipal (incluindo os serviços especializados de apoio à formação e ao emprego) de modo a favorecer a participação ou execução das diferentes medidas de integração escolar, social ou profissional dos jovens em risco;
- h. Articular com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, nos termos legalmente previstos e colaborar nas ações previstas no Plano Local de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens de Ílhavo que se revelem complementares do objeto de trabalho da equipa;
- i. Promover sessões de capacitação parental, através de programas de educação parental próprios, ou mediante parceria com outras respostas existentes na comunidade;

- j. Promover sessões de formação em gestão comportamental, através de programas próprios de promoção de competências pessoais e sociais, ou mediante parceria com outras respostas existentes na comunidade;
- k. Promover atividades de mediação social articuladamente com outros agentes, com incidência na comunidade educativa e no meio envolvente, nomeadamente pais e encarregados de educação;
- l. Apresentar relatórios de acompanhamento das atividades, resultados das intervenções e/ou outra documentação solicitada pela coordenação e que seja do âmbito da sua atuação.

A Equipa Multidisciplinar realiza um diagnóstico individualizado da situação escolar e do contexto sociofamiliar dos alunos referenciados, definindo um plano de intervenção adequado a cada caso e enquadrado nos objetivos e princípios subjacentes à sua atuação.

No desenvolvimento da sua intervenção, a Equipa Multidisciplinar tem especial atenção à complementaridade e à não sobreposição da sua intervenção à de outras respostas existentes no Município nos domínios da Ação Social e da Saúde, e promoção dos direitos das crianças e jovens.

Uma das atividades centrais no trabalho desenvolvido pela EMACE consiste no apoio especializado e individualizado das crianças e jovens referenciadas e das suas famílias ao nível das quatro valências da equipa, mediante a sua referenciação.

Em 2021, primeiro ano de atuação da equipa, foram referenciadas para a EMACE 83 crianças e jovens. Em 2022, existiam 118 processos, sendo que foram referenciadas 59 crianças e transitaram 59 processos ativos de 2021. Em 2023, estavam abertos 121 processos, com 37 novas referenciações e 84 processos que transitaram ativos de 2022.

No final do ano de 2024, estão abertos 118 processos de crianças e jovens, com 40 novos¹ processos referenciados e 78 que transitaram ativos do ano de 2023. Destes processos, 18 frequentam o ensino pré-escolar, 58 frequentam o 1.º ciclo, 14 encontram-se no 2.º ciclo, 17 frequentam o 3.º ciclo e 11 o ensino secundário.

No que concerne à intervenção por valência, no final de 2024, a valência de Educação Social contabilizava 37 processos, Psicologia incluía 52 processos, Serviço Social 44 e Terapia da Fala com 57 processos.

Desde o início das suas atividades a EMACE, por sua iniciativa ou dando resposta a solicitações expressas dos seus parceiros, leva a cabo atividades de natureza grupal, dirigidas a crianças e jovens, alunos em contexto de turma, alunos de diferentes turmas, pais e famílias.

São apresentadas as médias de cada ano desde 2021, no que concerne à abrangência da sua atuação por ano civil, sendo contabilizadas as intervenções individualizadas e as atividades de natureza grupal. Em 2021, a EMACE atuou com 269 pessoas; em 2022 abrangeu 269 pessoas; no

ano de 2023 o número subiu para 401 e, segundo os dados apurados a 19 de dezembro de 2024, no ano de 2024⁷⁶ foram abrangidas 410 pessoas.

Preocupações apresentadas na Carta Educativa de Ílhavo

De acordo com a **Carta Educativa de Ílhavo** (abril, 2016, **atualmente em revisão**), as grandes forças do concelho de Ílhavo são:

- Parque escolar de qualidade, com alguns centros escolares recém-construídos;
- Rede de proximidade de jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo cobrindo todo o concelho;
- Existência de unidades de referência para apoio a alunos surdos e com perturbações do espectro de autismo;
- Recursos docentes qualificados e estáveis;
- Preocupação dos agrupamentos e escolas em melhorar o seu desempenho;
- Envolvimento das associações de pais nas atividades de apoio à família;
- Atribuição pelo município de bolsas de estudo a alunos;
- Existência de equipamentos culturais e desportivos com programas educativos próprios;
- Crescimento da taxa de pré-escolar nos últimos anos;
- Aumento da escolarização da população.

É ainda referido que Ílhavo possui como oportunidades:

- Vias de comunicação que facilitam o acesso a todos os pontos do concelho;
- Aposta, do plano estratégico de Ílhavo, na qualificação dos recursos humanos;
- Cooperação com a Universidade de Aveiro;
- Diversidade da rede de equipamentos culturais existentes no concelho;
- Existência de fundos comunitários destinados à educação.

No entanto, são também destacadas algumas fraquezas que perturbam o desenvolvimento no âmbito da educação, nomeadamente:

- Casos pontuais de escolas básicas sem todas as condições exigíveis;
- Falta de renovação do corpo docente das escolas;
- Não estão disponíveis em todas as escolas todos os cursos;
- Inexistência de oferta de ensino artístico;
- Oferta de ensino profissionalizante sem a procura desejável;
- Elevadas taxas de abandono precoce;
- Inexistência de um plano de combate eficaz ao insucesso escolar;
- Saída de alunos para escolas fora do concelho;
- Elevados níveis de insucesso nos diversos níveis de escolaridade.

Assim como algumas ameaças, tais como:

- Atratividade no “centro” da cidade de Aveiro;
- Diminuição da população jovem no concelho;

⁷⁶ Fonte Relatórios Anuais (2021 a 2023) e Relatórios Mensais da EMACE

- Diminuição da natalidade.

Verifica-se no documento supracitado que a grande preocupação na vertente de educação não se prende com a melhoria das infraestruturas escolares, mas principalmente o aumento da qualidade educativa e a obtenção de melhores resultados para a comunidade, pelo que as linhas de atuação se organizam em três áreas:

- **1ª Área - conclusão da reabilitação do parque escolar**, uma vez que para alcançar uma educação de qualidade é necessário disponibilizar equipamentos educativos que possuam condições favoráveis a um normal desenvolvimento das atividades tanto em espaço, como em ambiente e segurança. Destacam-se:
 - Construção do Centro Escolar da Gafanha D'Aquém;
 - Reabilitação da Escola Básica de Ílhavo;
 - Reabilitação da Escola Básica da Marinha Velha;
 - Reabilitação da Escola Básica da Chave.
- **2ª Área - combate ao abandono escolar precoce** - *“a promoção do acesso à escolarização, em condições de igualdade para todos, começa na qualidade dos meios humanos e materiais que são colocados à sua disposição, passa pela adequação do tipo de resposta formativa aos anseios e as particularidades de cada um e, também, pela capacidade de criar soluções que ajudem as famílias a ultrapassar os problemas, que se lhes colocam no dia a dia, relativamente ao acompanhamento dos seus filhos e educandos”* Revisão da Carta Educativa de Ílhavo (abril, 2016). Destacam-se neste âmbito as sugestões apresentadas:
 - Apostar em programas de apoio à família, para além dos atualmente existentes, que permitam, nomeadamente, a ocupação dos alunos dos 2.º e 3.º ciclos de ensino básico após o horário escolar normal;
 - Constituir um fórum jovem, que envolva não só alunos dos ensinos básico e secundário, mas também ex-alunos recentes, destinado a debater questões relacionadas com a melhoria do desempenho do sistema educativo em Ílhavo;
 - Estabelecer protocolos de colaboração com as escolas, secundárias de Ílhavo e as escolas profissionais dos concelhos vizinhos, tendo em vista incentivar o melhor desempenho, nos cursos profissionais, dos alunos residentes em Ílhavo, nomeadamente através da criação de programas de estágio, a eles destinado, em empresas e organizações do concelho;
 - Apoiar o desenvolvimento do ensino artístico, estudando com as entidades que hoje, em Ílhavo, têm atuação neste campo, as formas concretas de o fazer.
- **3ª Área - promoção do sucesso escolar** - considerando os níveis de insucesso superiores às médias nacionais, é necessário dar prioridade à promoção do sucesso escolar, através principalmente, do envolvimento de todos os interessados, numa ação comum. Neste âmbito de intervenção, a Revisão da Carta Educativa de Ílhavo apresenta as seguintes medidas:
 - Comprometer cada escola no estabelecimento de um plano para a melhoria dos processos de ensino de aprendizagem, faseado e com metas exequíveis, tendo em vista a melhoria consistente dos resultados escolares, em todos os anos de escolaridade, nos próximos cinco anos;

- Focar a intervenção na promoção do sucesso no 1.º e nos 2.º ciclos, com envolvimento de todos os professores e escolas, criando sempre que possível “círculos de estudo” ou grupos de trabalho de melhoria da promoção do sucesso, que possam ser apoiados por instituições externas e devidamente capacitadas, como instituições de ensino superior;
- Apoiar a aplicação das metodologias de promoção da melhoria dos resultados escolares, nomeadamente através da aplicação do Projeto Fénix ou equivalente;
- Instituir “escolas de pais” que permitam a reflexão em torno de problemas concretos da educação e do desenvolvimento dos filhos, tendo como objetivo primeiro o sucesso dos seus educandos;
- Apoiar a criação de iniciativas de formação de professores, centradas no objetivo de melhoria dos processos e dos resultados escolares e no desenvolvimento de modelos de flexibilização curricular que permitam responder às especificidades de cada aluno.
- Reconhecendo que sucesso gera sucesso, aumentar o sucesso de cada aluno pode ser um contributo decisivo para a construção de um ambiente escolar *“mais alegre, disciplinado e capaz de apoiar os alunos com maiores dificuldades e, ao mesmo tempo, um ambiente capaz de estimular os alunos com melhor desempenho escolar”* (Revisão da Carta Educativa de Ílhavo).

Ação Social Escolar

A prestação dos Auxílios Económicos para a educação Pré-escolar e Ensino Básico é da responsabilidade e competência dos Municípios, sendo da responsabilidade do Ministério da Educação a prestação de auxílios económicos nos restantes níveis de ensino.

Com o intuito de garantir a igualdade de oportunidades de acesso e o sucesso escolar (Lei de Bases do Sistema Educativo), o Município tem implementado um conjunto de medidas de apoio aos Alunos e Famílias. Neste sentido, a Câmara Municipal de Ílhavo, em parceria com os Agrupamentos de Escolas, preconiza a avaliação dos processos de candidatura às medidas de apoio, que não se prende apenas com a atribuição de acordo com os escalões de Abono de Família da Segurança Social, mas também com uma avaliação das especificidades de cada Agregado Familiar, nomeadamente o valor dos rendimentos auferidos e a análise de outras situações que justifiquem a integração no processo. De acordo com o resultado de cada avaliação, pode decorrer para além da atribuição do subsídio escolar a sinalização/encaminhamento do agregado familiar para o Atendimento Social Integrado (ASI).

Assim, e de acordo com o Despacho n.º 7255/2018, de 31 julho, as famílias que apresentam baixos rendimentos são contempladas com a atribuição de Subsídios de Estudo às Crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico, assumindo a Câmara Municipal de Ílhavo, uma postura de justiça social ao intervir de forma consciente, responsável e implicada, que permite o desenvolvimento dos processos educativos das crianças do concelho, comparticipando total ou parcialmente, de acordo com as necessidades diagnosticadas, as refeições escolares e os materiais escolares.

Na vertente do ensino pré-escolar, a ação social escolar é concretizada pela componente de apoio à família, contemplando os apoios ao nível das refeições escolares através da comparticipação da totalidade do valor da refeição para o escalão A e metade para o escalão B.

De acordo com os dados da Divisão de Educação, Juventude, Desporto e Vida Saudável do Município de Ílhavo, tendo como referência o mês de novembro de 2024, foram servidas 10.059 refeições no Ensino Pré-Escolar e 25.449 no 1º Ciclo. Deste universo, 5.596 tiveram total comparticipação pela autarquia por se tratar de refeições de alunos com escalão A, e 715 com comparticipação familiar reduzida pelo facto de se tratarem de refeições de alunos com escalão B.

No caso do 1.º Ciclo, é também atribuída uma verba para aquisição de material escolar no valor anual de 37,50€ (escalão A) ou 25€ (escalão B), não havendo apoios para manuais escolares por força do regime de gratuidade dos manuais escolares previsto no artigo 127.º da Lei n.º 7 - A/2016, de 30 de março, no artigo 156.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e artigo 170.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, bem como nos termos do artigo 64.º do Decreto -Lei n.º 33/2018, de 15 de maio.

Embora no ensino pré-escolar e no 1º ciclo, por parte da autarquia exista um cuidado especial em conhecer cada situação sinalizada por carência económica, no caso dos restantes ciclos, esta avaliação é mais linear tendo por base o escalão de abono de família para crianças e jovens⁷⁷ e é uma responsabilidade do Ministério da Educação.

Assim, o cálculo do escalão de apoio social escolar atribuído depende do valor do abono de família do agregado familiar, sendo que nos termos de Ação Social Escolar, contam os dois primeiros escalões do abono familiar, a saber:

- Escalão A da Ação Social – Escalão 1 do Abono de Família;
- Escalão B da Ação Social – Escalão 2 de Abono de Família.

Relativamente aos apoios previstos e respetivos valores de referência, os alunos que beneficiem de escalão A terão direito a apoio no custo total da refeição, 37,50€ para despesas de material escolar e para visitas de estudo. No caso do escalão B, o aluno beneficia do mesmo tipo de apoios, no que se refere às refeições trata-se de um apoio consubstanciado a 50% e no valor de 25€ para despesas de material escolar e para visitas de estudo.

Por sua vez, de acordo com o programa de gratuidade e reutilização de manuais escolares, todos os alunos que frequentem o ensino obrigatório têm acesso a livros gratuitos. Destaca-se, porém, que este programa não inclui os cadernos de atividades/fichas, nem os restantes componentes dos chamados packs pedagógicos. Deste modo, esses livros continuarão a ter de ser adquiridos pelas famílias.

⁷⁷ Prestação em dinheiro atribuída mensalmente, com o objetivo de compensar os encargos familiares respeitantes aos sustento e educação das crianças e jovens.

Análise SWOT – Educação e Formação de Adultos

Pontos fortes	Pontos Fracos
➤ População cada vez mais escolarizada ➤ Modernização do parque escolar ➤ Existência de unidades de referência para crianças com patologia auditiva bem como no âmbito do espectro do autismo ➤ Diversidade de equipamentos educativos ➤ Existência de um serviço educativo (SEMI) ➤ Desenvolvimento de atividades educativas complementares de âmbito desportivo, informático, musical e artes para crianças do 1º ciclo e pré-escolar; ➤ Proximidade a escolas profissionais em Aveiro e Vagos; ➤ Boa localização geográfica do concelho relativamente aos centros universitários; ➤ Apoio da autarquia com atribuição de bolsas de estudo e outros apoios (transporte/alimentação/material escolar,...); ➤ Boa cobertura de educação pré-escolar e 1º ciclo em todas as freguesias; ➤ Elevado número de escolas com preocupação ambiental; ➤ Existência de componente de apoio à família para a educação pré-escolar e 1º ciclo com a vertente de almoços e prolongamentos de horário; ➤ Educação rodoviária; ➤ Diversificada oferta extracurricular para os 2.º e 3.º ciclos; ➤ Existência de um parque escolar de proximidade;	➤ Formação em determinadas áreas que não apresentam saída profissional; ➤ Formação desadequada das necessidades do mercado de trabalho; ➤ Não disponibilizar todas as áreas formativas, levando os jovens a procurar nas proximidades; ➤ Existência de um centro escolar com reduzido número de alunos, agravado pelo facto de serem todos de minoria étnica;
Oportunidades	Ameaças
➤ Proximidade à Universidade de Aveiro; ➤ Oferta formativa financiada; ➤ Existência de associações de pais; ➤ Existência de biblioteca municipal e pólo de leitura;	➤ Taxa de pré-escolarização mais baixa na região de Aveiro, Centro, Continente e Portugal; ➤ Proximidade ao centro de Aveiro;

- Dinamização de atividades para as famílias na biblioteca municipal;
- Desenvolvimento de instrumentos e estruturas de planeamento: conselho municipal de educação e carta educativa;
- Escolas com interesse em participar em concursos/ projetos pontuais e temáticos;

SAÚDE

De acordo com a Constituição da República Portuguesa, Artigo 64.º, n.º 1, *“Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover”*, esta é uma das razões de em Ílhavo se procurar (e ter como aposta de intervenção municipal com recurso a parcerias) promover estilos de vida saudáveis, através da prevenção de comportamentos de risco e de práticas de consumo problemáticas.

Conscientes da importância inquestionável da área da saúde em ferramentas como o Diagnóstico Social, esta integração tem como objetivo contribuir para um cada vez melhor planeamento estratégico de base territorial. Pretende-se assim contribuir e reforçar a disseminação de uma cultura de atuação socialmente responsável, através da promoção e aprofundamento do conhecimento da realidade e dos fenómenos do concelho de Ílhavo. Visa-se que, a partir da construção de referenciais que sirvam de apoio à tomada de decisão sobre o processo de desenvolvimento social local, contribuindo para uma maior racionalização da intervenção local e para garantir uma, cada vez maior, adequabilidade das ações às necessidades da comunidade.

Para tal, é necessário continuar a alimentar as parcerias existentes em Ílhavo que permitem potenciar a intervenção através da partilha da especialização, das competências, dos recursos e da abertura de canais de comunicação entre o sector da saúde e os sectores social, político, económico e ambiental (CMI, Diagnóstico Social 2009). Por outro lado, é também através do trabalho em parceria que se consegue uma maior difusão da informação e da educação para a saúde, tendo *“por objetivo capacitar as pessoas a tomarem decisões, no seu quotidiano, mais adequadas para manter ou alargar o seu potencial de saúde através da promoção de estilos de vida saudáveis”*, procurando ultrapassar a difícil barreira da mudança de comportamentos, dependente de *“fatores sociais, culturais e familiares, entre muitos outros, e não apenas do conhecimento científico que as pessoas possuam sobre determinada matéria”* (CMI, Diagnóstico social 2009).

Instrumentos estratégicos de Promoção de Saúde

Plano Nacional de Saúde

Importa referir que existe um Plano Nacional de Saúde 2030 (PaSSus 2030, atualização do Plano Nacional de Saúde 2012-2016, entretanto estendido até 2020), instrumento base para as políticas de saúde em Portugal, que alinha toda a intervenção no quadro do Sistema de Saúde.

No referido plano encontramos explanadas orientações, recomendações e ações concretas, de carácter estratégico, com o intuito de capacitar e empoderar o sistema de saúde de forma a proporcionar mais ganhos à população residente.

Como grandes desígnios, a nível nacional, estão definidos:

- **A redução da taxa de mortalidade padronizada prematura** (abaixo dos 70 anos) (valores a alcançar por 100.000 habitantes) para:
 - **Todas as causas de morte** (HM:315 | H:458 | M:196,4);

- Tumores malignos (HM:132,4 | H:185,1 | M:89,0);
- Tumor maligno da mama (M:15,5);
- Tumor maligno da laringe, traqueia, brônquios e pulmão (H:49,9 | M:16,2);
- Doenças cerebrovasculares (HM:13,4);
- Doenças isquémicas do coração (HM:20,5);
- Doenças do aparelho respiratório (HM: 16,4);
- Diabetes mellitus (HM:4,7);
- **Reduzir a taxa de mortalidade padronizada em todas as idades** (valores a alcançar por 100.000 habitantes) para:
 - Doenças do aparelho respiratório: (HM: 246,5)
 - Doenças cerebrovasculares: (HM: 58,9)
 - Doenças isquémicas do coração: (HM: 41,8)
 - Tumores malignos: (HM: 242,2 | H:347,2 | M: 161,2)
 - Tumores malignos da mama: (M: 25,1)
 - Tumores malignos da laringe, brônquios e pulmão: (H: 73,9 | M: 23,2)
 - Doenças do aparelho respiratório: (HM: 98,6)
 - Diabete mellitus: (HM: 25,6)
- **Reduzir a taxa de incidência em todas as idades** (valores a alcançar por 100.000 habitantes) para:
 - Tuberculose: (HM: 12,1)
 - SIDA: (HM: 5,7)
- **Nos problemas de elevada magnitude no passado e atualmente controlados:**
 - Assegurar uma taxa de mortalidade materna igual ou inferior a 7,1 por 100.000 nados-vivos (no triénio 2028-2030);
 - Assegurar uma taxa de mortalidade infantil igual ou inferior a 2,5 por 100.000 nados-vivos (no triénio 2028-2030);
 - Reduzir a taxa de mortalidade neonatal para 1,1 por 1.000 nados-vivos (no triénio 2028-2030);
 - Reduzir a taxa de mortalidade em crianças com menos de 5 anos para 2,6 por 1.000 nados-vivos;
 - Aumentar a proporção de nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado para 99,5% em todas as regiões tipo NUTS II;
 - Assegurar o valor tendencialmente nulo do número de casos de sífilis congénita;
 - Manter nula a transmissão endémica do sarampo, de acordo com o estatuto de eliminação do sarampo;
 - Assegurar o valor tendencialmente nulo do número de casos de tétano neonatal;
 - Assegurar o valor mínimo de 99,0% do indicador de água segura em todas as regiões tipo NUTS II;
 - Assegurar uma proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais superior ou igual a 98,0% em todas as regiões tipo NUTS II.

Para tal, as intervenções previstas assentam em quatro eixos estratégicos:

- Cidadania e saúde;

- Equidade e acesso adequado aos cuidados de saúde;
- Qualidade em saúde;
- Políticas saudáveis.

Plano Local de Saúde

“O Plano Local de Saúde (PLS) é um instrumento de gestão estratégica no apoio à tomada de decisão de unidades prestadoras de cuidados de saúde (nos três níveis: primário, secundário e terciário) e de entidades externas com interesses na área da saúde (público ou privado). Pretende assegurar que o processo de planeamento e tomada de decisão em saúde responda aos principais problemas e necessidades de saúde específicas da população, orientados para potenciais ganhos de saúde” (in Plano Local de Saúde do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga 2016 - 2020).

O Plano Local de Saúde do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga⁷⁸, é um instrumento essencial de apoio à decisão, aos processos de contratualização e a uma gestão centrada nos problemas e nas necessidades da população de uma área geográfica composta por onze concelhos, dos quais faz parte o concelho de Ílhavo.

Face ao exposto, é importante ter presente que o PLS do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga identificou como principais problemas de saúde na Região de Aveiro:

- Doenças do aparelho circulatório;
- Tumores malignos;
- Doenças do aparelho respiratório;
- Alterações do metabolismo dos lípidos;
- Hipertensão arterial;
- Perturbações depressivas;
- Diabetes;
- Obesidade e excesso de peso;
- Acidentes;
- Comportamentos aditivos;
- Infecções sexualmente transmissíveis;
- Violência doméstica;
- Problemas músculo esqueléticos.

Tendo em consideração a identificação destes problemas, o PLS define como objetivos gerais:

- Reduzir a mortalidade prematura;
- Aumentar a esperança de vida saudável;
- Diminuir os anos de vida potencialmente perdidos;
- Reduzir os fatores de risco relacionados com as doenças priorizadas;
- Melhorar a codificação/registo dos problemas de acordo com o ICPC2 (Classificação Internacional de Cuidados de Saúde Primários)

⁷⁸ [Plano Local de Saúde do ACeS Baixo Vouga.pdf](#)

Por último, acresce-se que indo ao encontro dos eixos estratégicos definidos pelo PNS, as estratégias definidas no PLS foram enquadradas da seguinte forma:

- Cidadania em Saúde: o direito e dever em participar individual e coletivamente no planeamento e prestação de cuidados de saúde;
- Equidade e acesso: igual oportunidade de cada cidadão atingir o seu potencial de saúde, reduzindo as desigualdades;
- Qualidade em saúde: adequação dos cuidados de saúde às necessidades e expectativas do cidadão e o melhor desempenho possível;
- Políticas saudáveis: Políticas do governo, autarquias e outros que responsabiliza não só o setor da saúde, mas também todos os outros.

Conclui-se assim que o PLS tem como objetivo responder às necessidades de saúde da população, valorizando os recursos existentes, priorizando os problemas e potencializando sinergias através de uma abordagem integrada.

A Saúde em Ílhavo

Quando se pensa no desenvolvimento de um local, é imprescindível o conhecimento do estado de saúde, pois este é um fator primordial para a definição da qualidade de vida de uma população.

Para avaliação dos níveis de saúde de uma comunidade torna-se imprescindível a análise da Taxa Bruta de Natalidade, bem como da Taxa de Mortalidade Infantil, sendo que esta análise se encontra devidamente aprofundada no capítulo referente à “*Demografia*”, refletindo por isso a capacidade de resposta existente no concelho tendo em consideração a organização dos serviços de saúde e as condições oferecidas à sua comunidade.

Embora não se conheçam dados específicos de Ílhavo sobre a Esperança de Vida à Nascimento, sabe-se que na Região de Aveiro, na qual se inclui Ílhavo, a Esperança de Vida à Nascimento é ligeiramente superior à de Portugal. Tendência seguida pela Taxa de Mortalidade, também superior.

De acordo com o INE, no período de 2023, Ílhavo apresentava poucos recursos no âmbito da saúde, como se pode verificar no quadro abaixo (tabela 36). Não existindo hospital no concelho de Ílhavo, estas necessidades são supridas pelo Centro Hospitalar do Baixo Vouga – Hospital Infante D. Pedro.

A rede de cuidados de saúde de Ílhavo, integra um conjunto de infraestruturas de base regional (Baixo Vouga), descentralizada e organizada de acordo com as necessidades da população de cada sub-região.

Desta forma, Ílhavo, em termos organizacionais, está integrado na Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), uma instituição que procura diferenciar-se, num Sistema Nacional de Saúde Sustentável, por uma prestação de cuidados de excelência e enfoque no cidadão, tendo por base os valores da Transparência, Excelência, Equidade e Qualidade.

Por sua vez, a ARSC está subdividida em 9 Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), sendo o ACES Baixo Vouga o que responde ao concelho de Ílhavo, integrando 4 Unidades de Saúde Familiar (USF's), 1 Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) e uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) e é através destas unidades de saúde que são assegurados os cuidados de saúde primários.

	Farmácias e postos farmacêuticos (2023)			Postos farmacêuticos moveis por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Enfermeiros por 1000 habitantes	Técnicos de Farmácia (2021)
	Total	Farmácias	Postos farmacêuticos moveis				
Portugal	3118	2920	198	0,3	1,13	7,9	4632
Continente	2981	2802	179	0,3	1,15	7,7	4524
Centro	608	560	48	0,4	0,98	8,0	1194
Região de Aveiro	110	109	1	0,3	1,00	5,1	168
Ílhavo	8	8	0	0,3		2,5	15

Tabela 36 - Recursos existentes na área de saúde por território

As Unidades de Saúde Familiar, são unidades funcionais constituídas por equipas multiprofissionais, com médicos/as, enfermeiros/as, administrativos/as, com autonomia funcional e técnica, que prestam cuidados de saúde primários individuais.

De estrutura semelhante, existem também as Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados, que como o próprio nome indica prestam cuidados personalizados aos utentes, garantindo a acessibilidade, a continuidade e a globalidade dos mesmos (Decreto-Lei nº 28/2008 de 22 de fevereiro, art.º 10º).

No caso das Unidades de Cuidados na Comunidade, estas visam a prestação de cuidados de saúde e apoio psicológico e social no domicílio e na comunidade, com intervenção especializada para pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, que estejam em situação de risco ou dependência física, funcional ou doença que exija acompanhamento de maior proximidade.

Em Ílhavo, as diferentes unidades de saúde são constituídas pelos recursos humanos que se apresentam:

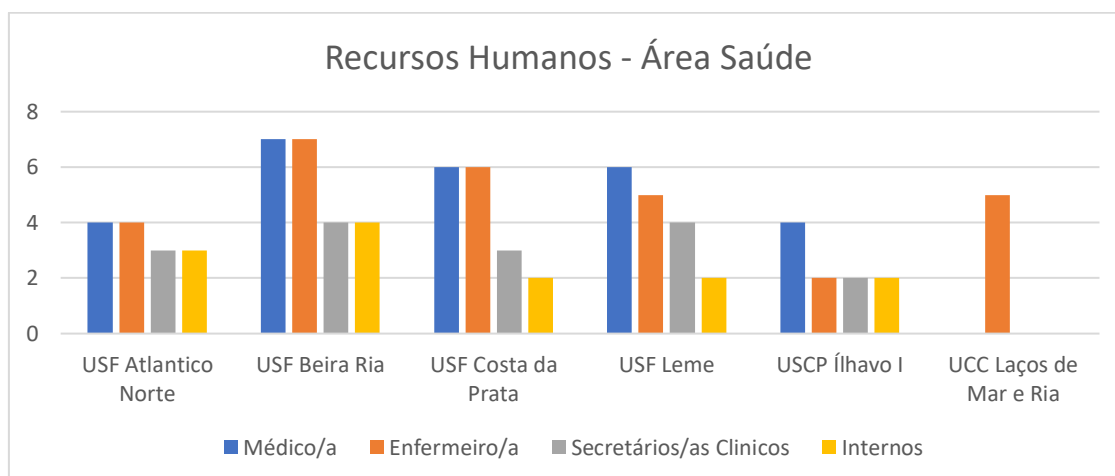


Figura 17 - Caracterização dos recursos humanos pelas diferentes unidades de saúde de Ílhavo

Com intervenção em diferentes localidades, cada unidade de saúde para além de ter a sua equipa técnica multiprofissional, realiza a sua intervenção também de acordo com um público específico e diferenciado, razão pela qual se considerou pertinente não só contabilizar o número de utentes em acompanhamento por cada unidade, como especificar quantos utentes, em média, são acompanhados por cada médico/a e enfermeiro/a.

De forma a melhor caracterizar a população com que estas equipas trabalham, optou-se também por especificar o Índice de Dependência, pormenorizando assim cada realidade.

	INSCRITOS			Índice de Dependência (%)		
	Total	Valor médio por enfermeiro/a	Valor médio por secretário/a clínico	Total	Jovens	Idosos
USF Atlântico Norte	6810	1702,5	2270,0	18,57	32,33	50,90
USF Beira Ria	11946	1706,6	2986,5	21,18	33,60	54,78
USF Costa da Prata	9629	1604,8	3209,7	18,91	35,55	54,46
USF Leme	9505	1901,0	2376,3	18,90	40,66	59,56

Tabela 37 - Caracterização da população por unidade de saúde⁷⁹

No que se reporta à UCC Laços de Mar e Ria, a mesma tem uma intervenção alargada, abrangendo as quatro freguesias do concelho, não obstante, pode também aceitar a inclusão de população residente na área geográfica de influência e a população veraneante, na resposta de saúde e social, de acordo com o plano de ação contratualizado, devendo a equipa multidisciplinar ser ajustada às necessidades.

Tem como missão contribuir para a melhoria do estado de saúde da população do concelho de Ílhavo, promovendo os ganhos em saúde. Para tal, presta “*cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis e de risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo. Promove ações de educação para a saúde e participa na integração de redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção à população residente da área geográfica, garantindo a qualidade e a continuidade dos cuidados, estabelecendo parcerias com as várias instituições e órgãos do poder local* (Despacho n. 10143/2009, 16 de abril)” (in Regulamento Interno - UCC Laços de Mar e Ria).

A UCC Laços de Mar e Ria é constituída por uma equipa multidisciplinar que intervêm em diferentes áreas:

➤ **Área de atuação da Enfermagem:**

- Visitas domiciliárias para prevenção da doença, promoção da saúde, tratamento, reabilitação e ações paliativas no âmbito dos Cuidados Continuados;
- Consulta de Alcoologia para intervenção psicoterapêutica em contexto de tratamento do utente/família com dependência de álcool;
- Saúde Mental Comunitária para monitorização de utentes com patologia psiquiátrica a fazer neurolépticos de ação prolongada e utentes/família que

⁷⁹ Fonte: BI-CSP – Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários, através do Plano de Ação / Carta de Compromisso de cada unidade de saúde referência, todos com data de 28 de Junho de 2024

- necessitem de avaliação e intervenção em contexto multidisciplinar, com vista à promoção da adesão terapêutica e inserção familiar e social;
- Sessões de educação para a saúde a grupos, no âmbito de programas de: saúde escolar, saúde do adulto e do idoso, cuidados continuados integrados e grupos de risco;
 - Implementação de projetos de intervenção comunitária no Agrupamento de Escolas;
 - Intervenções individuais aos alunos no espaço escolar “Gabinete de Informação e Apoio ao Aluno” - Gabinete de Saúde;
 - Programas de saúde materna: preparação para o Parto e Parentalidade; recuperação Pós-Parto; Amamentação Segura;
 - Integração em comissões e equipas de intervenção comunitária;
 - Articulação e encaminhamento de situações para parceiros / Instituições comunitárias.
- **Área de atuação do Médico:**
- Visitas domiciliárias no âmbito do Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI);
 - Consulta de Alcoologia para intervenção clínica em contexto de tratamento do utente/família com dependência de álcool
- **Área de atuação da Fisioterapia:**
- Visitas domiciliárias para tratamento de fisioterapia no âmbito da ECCI;
 - Intervenções pontuais em projetos/atividades da UCC;
- **Área de atuação do Serviço Social;**
- Visitas domiciliárias do âmbito da assistência social;
 - Consulta de Alcoologia para avaliação e intervenção social em contexto de tratamento do utente/família com dependência de álcool;
 - Participação nas ações de educação para a saúde;
 - Intervenções pontuais em projetos e atividades da UCC;
- **Área de atuação de Nutrição:**
- Visitas domiciliárias no âmbito da nutrição;
 - Intervenções pontuais em projetos/atividades da UCC;
- **Área de atuação de Higiene Oral:**
- Visitas domiciliárias no âmbito da saúde oral; } Intervenções pontuais em projetos/atividades da UCC

Na sua atuação, os profissionais da UCC Laços de Mar tem cooperação com diferentes parceiros, tais como:

- Autarquias;
- RNCCI;
- funcionais de Saúde do ACeS do Baixo Vouga;
- Centro Hospitalar do Baixo Vouga;
- Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra;
- IPO Coimbra e Porto;
- Direção Geral de Reinserção e Serviços Profissionais;
- IPSS;

- Unidade de Alcoologia de Coimbra;
- Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Centro Hospitalar Baixo Vouga;
- Agrupamentos de escolas do concelho de Ílhavo; CPCJ de Ílhavo;
- Rede Social de Ílhavo; NLI de Ílhavo;
- Núcleo de intervenção / PES Saúde Escolar;
- Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco; Intervenção Precoce.

O facto de intervir com diferentes populações e em diferentes pontos do concelho, com realidades também elas distintas, leva a que os principais problemas de cada unidade de saúde sejam diferentes assim como os próprios objetivos a alcançar.

Assim, e de forma muito resumida, podemos sintetizar como principais problemas e objetivos:

UNIDADE	Principais Problemas	Objetivos
USF Atlântico Norte	Doença Cardiovascular	Identificar e reduzir os fatores de risco cardiovasculares modificáveis na população;
	Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica (DPOC)	Diagnosticar utentes com DPOC;
USF Beira Ria	Doenças Cardiovasculares e Gestão de RCV	Assegurar a continuidade dos cuidados prestados pela USF aos utentes vigiados no programa HTA; Reduzir o nível de risco CV dos utentes; Prevenir a ocorrência de eventos CV;
	Doenças Oncológicas	Reduzir a taxa de incidência dos cancros da mama, cólon retal e colo do útero; Contribuir para o diagnóstico precoce destes cancros;
	Diabetes Mellitus	Manter os doentes com DM bem controlados; Reduzir incidência de complicações da DM;
	Doenças Respiratórias	Capitação / Empowerment dos doentes com diabetes; Aumentar a proporção de doentes com DPOC bem vigiados na USF
USF Costa da Prata	Diabetes Mellitus	Identificar utentes em risco de diabetes; Realizar atividades de promoção de saúde em utentes pré-diabéticos e diabéticos; Garantir acompanhamento adequado dos utentes diabéticos, havendo reagendamento dos utentes que faltam a consulta; Melhorar o perfil de risco cardiovascular global e metabólico dos utentes diabéticos; Definir boas práticas para tratamento e referência do utente diabético a serem praticadas pelos elementos da Unidade; Diminuir as taxas de complicações macro e microvasculares associadas aos doentes diabéticos da Unidade.
USF Leme	Doença do Aparelho Circulatório	Melhorar o indicador proporção de utentes com HTA, com idade inferior a 65 anos, com PA < 150/90 mmHg (%); Promover sessões de ação de formação a nível interno, respeitantes ao tema das doenças do aparelho circulatório, com o intuito de melhorar a adequação técnica científica e boas práticas dos profissionais da USF Leme;
	Tumores Malignos	Aumentar a percentagem de utentes inscritos entre 50 e 74 anos com rastreio oportunístico do cancro do cólon e reto efetuado;

UNIDADE	Principais Problemas	Objetivos
UCSP Ílhavo I	Tempo de internamento em ECCI acima do máximo esperado Inexistência de registo de grávidas com intervenção na UCC Registo insuficiente do número de crianças e jovens com intervenção da UCC Número considerável de utentes com alta da ECCI sem os objetivos atingidos Número considerável de utentes sem resolução eficaz da Gestão do Regime Terapêutico Baixa adesão dos utentes e/ou familiares no curso “Caminhar para o Equilíbrio” Baixa adesão dos Estabelecimentos de Educação e Ensino (EEE) ao Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral Insuficiente registo em relação aos diagnósticos de enfermagem “Equilíbrio corporal” ou “Movimento muscular” Inexistência de registos em ganhos na gestão de stress do prestador de cuidados Articulação inexistente entre a equipa saúde mental da UCC, as várias equipas de saúde familiar do Centro de Saúde de Ílhavo, delegada de saúde e equipa de intervenção comunitária do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Centro Hospitalar do Baixo Vouga no apoio, encaminhamento e prestação de cuidados aos utentes com patologia psiquiátrica Dificuldade de intervenção num maior número de crianças/jovens e famílias na Saúde Escolar Registo inadequado de utentes com ganhos no controlo da dor	Diminuir o tempo médio de espera para transferência do utente em ECCI para outra tipologia da RNCCI; Diminuir o tempo de internamento dos utentes em ECCI, cuja permanência esteja diretamente ligada às comorbilidades que estes apresentam; Registo de grávidas com intervenção da UCC; Melhorar o registo do número de crianças e jovens com intervenção da UCC; Avaliar com maior frequência as necessidades dos utentes com vista à redução das transferências dos utentes para outras tipologias da RNCCI; Prevenir e reduzir o número de agudizações dos utentes internados na ECCI que levam ao internamento hospitalar; Melhorar a capacitação dos utentes e cuidadores na Gestão do Regime Terapêutico; Otimizar o registo da Gestão do Regime Terapêutico; Aumentar a adesão dos utentes com diabetes e/ou familiares no curso “Caminhar para o Equilíbrio” Aumentar a adesão dos EEE ao programa Nacional de Promoção de Saúde Oral Melhorar os registos nos diagnósticos de enfermagem “Equilíbrio corporal” ou “Movimento muscular” em utentes internados para reabilitação em ECCI Efetuar registos adequados relativos ao diagnóstico de enfermagem “Stress do prestador de cuidados” Capacitar os cuidadores de utentes internados em ECCI para a gestão de stress do prestador de cuidados Melhorar a articulação entre a equipa de Saúde Mental da UCC, as várias equipas de saúde familiar do Centro de Saúde de Ílhavo, delegada de saúde e equipa de intervenção comunitária do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Centro Hospitalar do Baixo Vouga Melhorar a intervenção multidisciplinar nos cuidados a prestar aos utentes com patologia psiquiátrica residentes no Concelho de Ílhavo Aumentar o número de crianças e jovens com intervenção pela equipa de Saúde Escolar Adequar o registo de utentes com ganhos no controlo da dor

No que reporta aos cuidados de Saúde Secundários e Terciários, estes são assegurados essencialmente pelo Hospital Infante D. Pedro (Aveiro), pela proximidade e fácil acesso. Os cidadãos podem beneficiar de serviços como: consulta externa, serviço de urgência geral,

pediátrico, cirúrgico, ortopédico, psiquiátrico e ginecológico/obstétrico, internamento, ambulatório médico e cirúrgico, hospital de dia, cuidados domiciliários e meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Não obstante, é possível recorrer a outros Centros Hospitalares e Hospitais de referência, de acordo com as Unidades Funcionais do ACeS Baixo Vouga, nomeadamente:

- Centro Hospital do Baixo Vouga:
 - Hospital Infante D. Pedro (Aveiro);
 - Hospital Distrital de Águeda (Águeda);
 - Hospital Visconde Salreu (Estarreja);
 - Hospital José Luciano de Castro (Anadia);
- Hospital Dr. Francisco Zagalo (Ovar);
- Centro Hospital entre Douro e Vouga, EPE:
 - Hospital S. Sebastião, EPE;
- Centro Hospital e Universitário de Coimbra, EPE:
 - Hospital Pediátrico de Coimbra;
 - Maternidade Bissaya Barreto;
 - Hospitais da Universidade de Coimbra;
 - Maternidade Dr. Daniel de Matos;
 - Hospital Geral;
- Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra - Unidade Arnes;
- Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra - Unidade Lorvão;
- Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra - Unidade Sobral Cid;
- Instituto Português de Oncologia - Francisco Gentil, EPE (Coimbra).

Complementar à resposta pública de saúde, Ílhavo tem ainda oferta no âmbito privado, nomeadamente os serviços disponibilizados pelo Hospital da Luz, Aveiro: consulta externa, internamento, maternidade, bloco operatório, imagiologia e diversas especialidades clínicas.

Vários laboratórios de análises clínicas, postos de colheitas de análises, consultórios de medicina dentárias, clínicas de fisioterapia e reabilitação, centros de psicologia e clínicas médicas de pequena dimensão.

Para as situações em que sejam necessários cuidados de saúde, se não for um cidadão português, mas pertencer aos 28 Países da União Europeia, Islândia, Liechtenstein, Noruega ou Suíça, poderá beneficiar de cuidados de saúde gratuitos ou com custos moderados, tal como os cidadãos portugueses, desde que se façam acompanhar do Cartão Europeu de Seguro de Doença, passaporte e/ou documento de identificação. O mesmo acontece em todo o país.

Saúde Mental

Resultado da reflexão do Núcleo Executivo da Rede Social, a 4 de dezembro de 2024, assim como da perspetiva de atuação do ASI/NLI com um grupo de trabalho específico, a área da saúde mental, emerge como um dos elementos potenciais de diagnóstico e intervenção no concelho.

Das conclusões, dos momentos de trabalho pelo grupo operacional da Rede local (Núcleo Executivo), surgiram duas linhas de intervenção:

- A promoção de um diagnóstico inclusivo a investir na participação das pessoas com doença mental e suas famílias / cuidadores no retrato das suas necessidades e prioridades;
- A promoção de iniciativas de proximidade e de sensibilização comunitária de modo a facilitar o acesso aos recursos e a sensibilizar e a promover a saúde mental;

Desta forma tem-se como objetivo promover qualidade de vida nas pessoas com doença mental, suas famílias e elementos cuidadores.

Toxicodependência

Portugal comemorou, em 2019, os 20 anos da Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga (ENLCD).

Trata-se de uma estratégia que surgiu num contexto de alterações políticas e sociais, assente em valores como o Humanismo e o Pragmatismo, com o intuito de responder aos elevados níveis de consumo de drogas, com especial preocupação pelo consumo de heroína.

A ENLCD é um instrumento orientador de políticas públicas de luta contra a droga e toxicodependência, estruturado e coerente de opções realistas, sustentadas, inovadoras, operacionalizáveis e necessárias, que tornaram Portugal num exemplo internacional.

De destacar como marcos os planos nacionais:

- **Plano Nacional 1999 – 2004:** a Descriminalização do consumo de substâncias ilícitas e criação das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência promoveu a coerência nas políticas e abordagens desenvolvidas, com especial ênfase para a redução de riscos e minimização de danos. Começou a ver-se o consumidor enquanto cidadão com necessidade de ajuda e apoio especializado, e não como um criminoso, consolidando-se a rede pública de serviços de apoio a nível nacional assente numa lógica de proximidade e centralidade no cidadão com problemas. Foram criadas equipas de rua, gabinetes de apoio, programas de substituição opiácea de baixo limiar de exigência, centros de acolhimento e abrigo...
- **Plano nacional 2005 – 2012:** são reforçadas as abordagens centradas no cidadão, na territorialidade e em respostas integradas e de proximidade. Começa a valorizar-se a pessoa e as suas necessidades em lugar das substâncias. Introduce-se o Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI), operacionalizado em Programas de Respostas Integradas (PRI). Surge também o Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool, dando origem a um Plano Nacional único onde passam a ser abordadas quer as substâncias lícitas (álcool) como ilícitas, atendendo ao facto de a intervenção ao nível destas substâncias ser comum em muitas das estratégias e metodologias de intervenção.
- **Plano nacional 2013 – 2020:** materializa-se um novo ciclo, alargando-se a abrangência das políticas na área dos comportamentos aditivos e dependências

em geral, com ou sem substância, através do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências.

- **Estratégia da EU em matéria de drogas 2021 – 2025:** A Estratégia visa proteger e melhorar o bem-estar social e individual, proteger e promover a saúde pública, proporcionar às populações em geral um elevado nível de segurança e de bem-estar e aumentar a literacia no domínio da saúde. A Estratégia adota uma abordagem integrada, equilibrada, multidisciplinar e baseada em dados concretos do fenómeno das drogas a nível nacional, da UE e a nível internacional. Inclui ainda uma perspetiva de igualdade de género e de equidade na saúde. A Estratégia assume os seguintes domínios de ação: redução da procura de drogas, redução da oferta de drogas e enfrentar os danos relacionados com as drogas.

No caso de Ílhavo, as dependências são também uma preocupação no âmbito da intervenção social, tratando-se de uma problemática transversal a todas as freguesias.

De acordo com os dados disponibilizados pelo ICAD – Instituto para os Comportamentos Aditivos e para as Dependências, até os finais de 2023 existiam em Ílhavo 232 situações em acompanhamento pelas Equipas de Prevenção e de Tratamento, e pelas Unidades de Alcoologia e de Desabilitação do Centro. Destas situações 47 são do sexo feminino e 185 do sexo masculino.

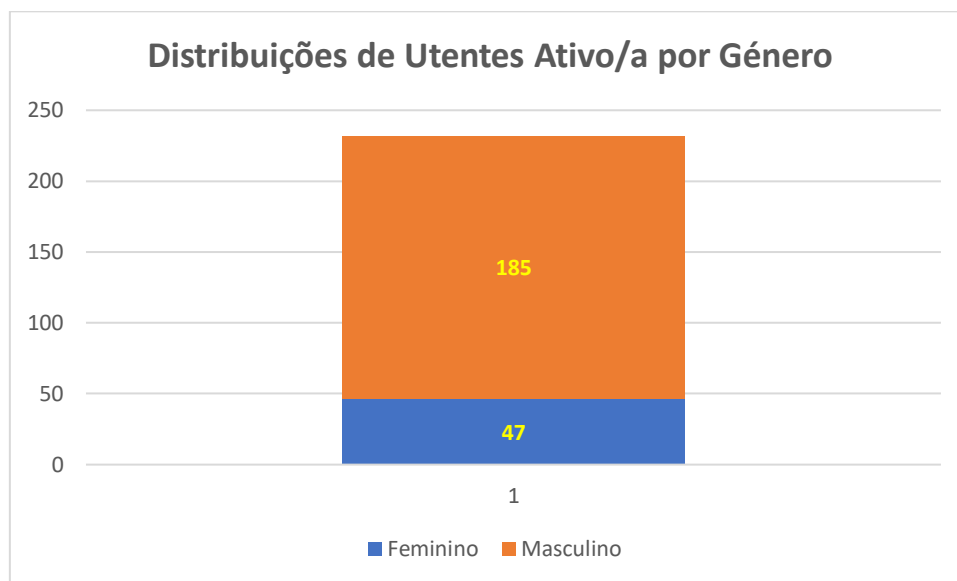


Figura 18 - Distribuição de Utentes Ativo/a por Género

A maior incidência é nos utentes solteiros, existindo também um grande numero de utentes casados / juntos, e no género masculino.

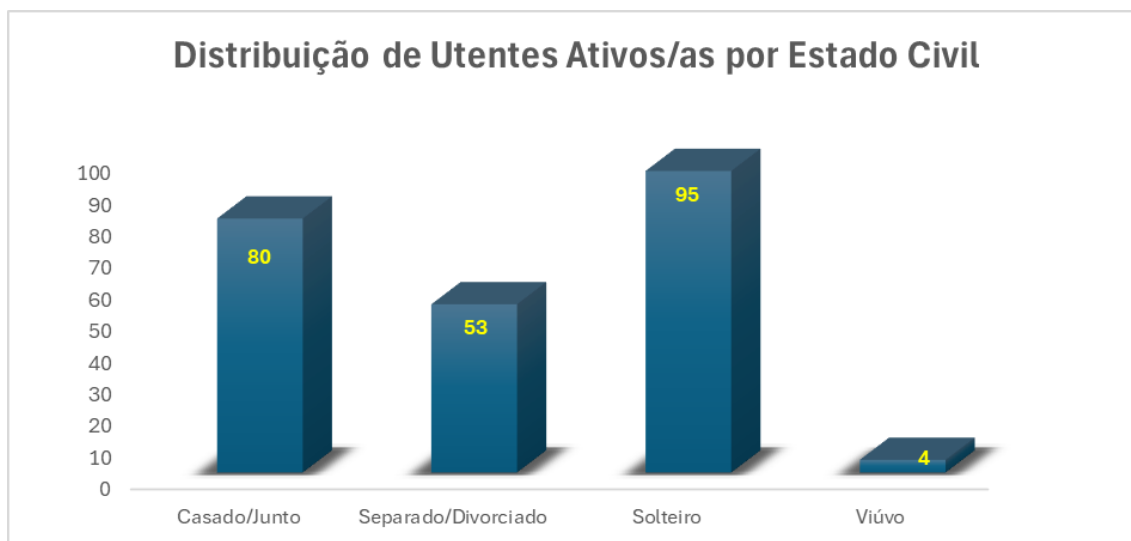


Figura 19 - Distribuição de Utentes Ativo/a por Estado Civil

Em termos de substâncias ativas, a distribuição é a seguinte:

- Álcool;
- Buprenorfina;
- Cannabis;
- Cocaína;
- Crack/Base de coca;
- Heroína
- Heroína + Cocaína (Speedball, Rebolau);
- Jogo
- Opiáceos;
- Tabaco

DADOS EM ATUALIZAÇÃO

Alcoolismo

De acordo com Maria Mercês de Mello e col. (2001) Portugal é um “país situado entre os países membros da União Europeia com um dos maiores consumos de bebidas alcoólicas e de prevalência de Problemas Ligados ao Álcool (PLA), tem vindo a integrar-se, nos últimos anos, na política geral europeia de controle dos PLA para uma melhor saúde do indivíduo e da comunidade.”

Considerando o impacto que os PLA podem causar não só no indivíduo, como também na sua família, no seu trabalho, ou mesmo na comunidade, é importante conhecer a realidade de Ílhavo. Denote-se, no entanto, que os dados apresentados se reportam apenas a situações com o devido acompanhamento médico. Fora das estatísticas ficam as situações em que se requer o anonimato e todas aquelas que, sendo reconhecidas pela comunidade, não o são pelos próprios doentes.

DADOS EM ATUALIZAÇÃO

Análise SWOT – Saúde

Pontos fortes	Pontos Fracos
➤ Existência de uma Unidade de Cuidados Continuados no concelho; ➤ Programa de Educação para a Saúde; ➤ Existência de unidades de saúde em todas as freguesias; ➤ Unidade de Cuidados Continuados na Comunidade; ➤ Equipa de Cuidados Continuados Integrados; ➤ Boa acessibilidade às extensões de saúde; ➤ Dinamização de programas de promoção e prevenção para a saúde na comunidade; ➤ Grande disponibilidade de farmácias	➤ Elevado número de pessoas com doença mental; ➤ Elevado número de pessoas com comportamentos aditivos; ➤ Dificuldade na mobilização da comunidade para ações promocionais de saúde e escolhas saudáveis; ➤ Insuficiência de recursos humanos em áreas estratégicas;
Oportunidades	Ameaças
➤ Proximidade ao Centro Hospitalar do Baixo Vouga; ➤ Existência de oferta privada; ➤ Parceria com CRI de Aveiro; ➤ Envolvimento em parcerias e articulação com outras articulações	➤ Problemas estruturais verificados em algumas unidades de saúde; ➤ Insuficiência de recursos humanos em áreas estratégicas; ➤ Agravamento das patologias geriátricas associadas ao envelhecimento

(Re)visita da Análise SWOT – Comportamentos Aditivos

Sendo os Comportamentos Aditivos um dos eixos prioritários de intervenção do **Plano de Desenvolvimento Social** em vigor, sendo este documento um elemento em atualização e (Re)visita dos instrumentos de diagnóstico e planeamento do município, acrescenta-se à informação anterior as conclusões obtidas numa análise SWOT realizada em reunião do **Núcleo Executivo** e da equipa do **Radar Social**, a 4 de dezembro de 2024.

Forças	Fragilidades
➤ Articulação com o ASI/NLI e ET; ➤ Parceiros formais / informais, no âmbito da metodologia do ASI;	➤ Inexistência de um serviço / equipa que acompanha desde a sinalização até à inserção; ➤ Circuito de gestão (“perde-se o rasto á situação”); ➤ Ausência de trabalho de continuidade e proximidade para a “motivação para o tratamento” (linha intermédia);
Oportunidades	Ameaças
➤ Reconfiguração do ICAD; ➤ Diagnóstico que se prevê vir a ser desenvolvido pelo ICAD; ➤ Possibilidade de caracterização dos casos de dependência;	➤ Covid (suspendeu muitas das intervenções nesta área); ➤ Problemas graves ao nível do consumo de álcool;

DEFICIÊNCIA

A problemática da deficiência tem vindo a apresentar-se cada vez mais como uma preocupação crescente desde logo porque o número de pessoas com deficiência tem vindo a aumentar (OMS, 2011). De acordo com a mesma fonte, as pessoas com deficiência têm, em geral, uma saúde mais débil, menores realizações educacionais, menos oportunidades económicas e taxas mais altas de pobreza. Isto é em grande parte devido à falta de serviços específicos e os muitos obstáculos que enfrentam no quotidiano

É também reconhecida uma maior consciência social sobre a deficiência, em muito devido ao aumento na participação de algumas pessoas portadoras de deficiência em diferentes esferas da sociedade.

De acordo com os Censos 2021, e como demonstra a tabela que se segue, Ílhavo apresenta:

		Tem dificuldade em efetuar a ação				Não consegue efetuar a ação			
		Gafanha do Carmo	Gafanha da Encarnação	Gafanha da Nazaré	S. Salvador	Gafanha do Carmo	Gafanha da Encarnação	Gafanha da Nazaré	S. Salvador
Ver	Homem	537	1531	191	1586	8	13	0	11
	Mulher	730	2159	252	2337	9	15	4	22
Ouvir	Homem	276	813	123	911	12	14	0	18
	Mulher	289	781	108	971	7	19	3	16
Andar ou Subir degraus	Homem	294	816	114	904	24	42	9	55
	Mulher	412	1271	155	1504	25	89	14	135
Memória ou concentração	Homem	356	1066	149	1113	22	27	7	37
	Mulher	548	1455	184	1762	21	58	14	87
Tomar banho ou vestir-se sozinho	Homem	95	253	49	292	32	69	13	98
	Mulher	160	389	55	496	42	113	27	189
Compreender os outros ou fazer-se compreender	Homem	120	303	64	358	13	18	5	31
	Mulher	118	320	61	412	21	37	9	52

Tabela 38 - Identificação de limitações existentes no Concelho de Ílhavo, por freguesia⁸⁰

De destacar:

- 30.849 cidadãos que apresentam algum tipo de limitação, dos quais 29.243 têm dificuldade, de acordo com a sua limitação, em efetuar alguma ação e 1.606 que, face à sua limitação, não conseguem efetuar alguma ação;
- São as mulheres que apresentam mais dificuldades, destacando-se como principais limitações “Ver” (5528), “Memória ou concentração” (4129) e “Andar ou subir degraus” (3605). Já nos homens, as limitações que mais os afetam são “Ver” (3877), “Memória ou concentração” (2777) e “Andar ou subir degraus” (2258);

⁸⁰ Fonte INE

- As freguesias com mais registos são S. Salvador e Gafanha da Nazaré, as duas maiores freguesias do Concelho;
- Relativamente ao género, verifica-se uma prevalência de limitações nas mulheres (17.957), comparativamente aos homens (12.892);
- São as limitações em “Ver” (9405) que mais afetam a comunidade de Ílhavo, seguindo-se “Memória ou Concentração” (6906) e “Andar ou subir degraus” (5863).

Em Ílhavo, são duas as instituições (como será referido no capítulo referente a IPSS) que prestam resposta específica a esta população, nomeadamente a CERCIAV e o CASCI, que embora apresentem uma diversidade de respostas, face ao protocolo com a Segurança Social, estas não sejam suficientes para colmatar as necessidades do concelho, verificando-se a existência de lista de espera nas Respostas Sociais de Lar Residencial (LARR) e em Centro de Atividades Ocupacionais (CAO/CACI).

Embora a grande parte da população acompanhada por estas instituições seja do concelho de Ílhavo, existe um raio de intervenção mais alargado, integrando população residente em Aveiro, Vagos, entre outras zonas de proximidade.

A resposta com mais utentes é o CAO/CACI, sendo o SDAF a que menos utentes abrange, não obstante tratar-se de uma resposta também muito importante e necessária.

No que reporta à forma como as situações chegam ao conhecimento destas instituições, a maioria é sinalizada pela família, no entanto, existem sinalizações também por parte de Entidades Públicas e de Solidariedade Social.

No concelho de Ílhavo, para além das instituições referidas, existem outras medidas de apoio à inclusão da Pessoa com Deficiência, nomeadamente no acesso à cultura e lazer, sendo disponibilizada na página oficial da Câmara Municipal uma listagem dos recursos e os seus acessos em função da incapacidade que cada um possa ter, ajudando a comunidade a conhecer antecipadamente o que poderá usufruir na plenitude ou parcialmente.

Balcão da Inclusão

O Balcão da Inclusão tem como missão a informação e a mediação especializada e acessível na área da deficiência e/ou incapacidade. Para tal, disponibiliza informação sobre direitos e benefícios, de acordo com a legislação em vigor, bem como sobre os recursos existentes, procedendo ao respetivo encaminhamento e mediação/sensibilização junto dos diferentes serviços e organismos.

De janeiro a 15 de março de 2024, em termos estatísticos, foram realizados 3 atendimentos presenciais, 3 esclarecimentos por e-mail e 3 atendimentos telefónicos. Entre março e maio foram realizados 3 atendimentos presenciais, 3 esclarecimentos por e-mail e 11 atendimentos telefónicos, tendo como premissa basilar a forma mais cómoda de contacto escolhida por cada munícipe.

DADOS EM ATUALIZAÇÃO

Análise SWOT – Deficiência

Pontos fortes	Pontos Fracos
➤ Existência de duas IPSS com respostas sociais na área da deficiência; ➤ Boas Acessibilidades/ Redução de barreiras arquitetónicas; ➤ Existência de respostas diferenciadas tais como o Centro de Emprego Protegido e Formação Profissional; ➤ Certificação das instituições; ➤ Polivalência dos recursos humanos; ➤ Parceria na prestação e serviços de apoios; ➤ Espírito empreendedor com criação de novos serviços para a comunidade;	➤ Dificuldade de integração profissional de utentes; ➤ Burnout dos colaboradores; ➤ Ausência de formação para cuidadores; ➤ Cansaço dos cuidadores; ➤ Insuficiência de vagas em respostas no âmbito da problemática; ➤ Dificuldade de cativar recursos humanos; ➤ Dependência do financiamento público
Oportunidades	Ameaças
➤ Abertura de candidaturas específicas;	➤ Insuficiência de vagas em respostas no âmbito da problemática; ➤ Dificuldade de acesso a centros prescritores; ➤ Envelhecimento dos cuidadores/ colaboradores e utentes; ➤ Morosidade registada nas respostas a candidaturas; ➤ Conjuntura económica e social do país; ➤ Parca resposta comunitária na área da deficiência;

AÇÃO SOCIAL

Atendimento Social Integrado

Ílhavo é um concelho de referência no âmbito da sua Ação Social, tendo-a como uma área de intervenção estratégica prioritária, face à consciência para a necessidade de se implementarem medidas que promovam o bem-estar dos estratos sociais mais desfavorecidos, como forma de promover uma maior elevação e coesão social.

Tendo como missão a articulação entre os serviços e as políticas locais e governamentais para alcançar o desenvolvimento social e sustentado em todo o concelho (sem esquecer o enquadramento legal nacional e local) as regras de atuação da intervenção no âmbito da ação social, têm por base princípios de uniformização e concertação de procedimentos, aliando-os aos critérios da universalidade, igualdade, subsidiariedade, legalidade, justiça e equidade social.

Valorizando uma intervenção assente na investigação/ação desenvolvida pelo contacto direto com os utentes e suas famílias, com as diferentes realidades/necessidades sociais, pelo conhecimento do contexto residencial e comunitário em que os mesmos se inserem, cada vez mais são disponibilizadas respostas concretas e adequadas à realidade individual.

Para tal, em muito contribui o trabalho que começou a ser realizado em 2008, através da implementação do Atendimento Social Integrado - ASI.

“O atendimento e acompanhamento social, enquanto medida de política social ativa, constitui-se num espaço privilegiado de manifestação e interpretação diagnosticada das necessidades e dos problemas que subjazem na comunidade local, problemas estes que pela sua natureza dimensional persistente exigem, portanto, uma intervenção continuada, global e estruturada e não setorial e standardizada.

O atendimento e acompanhamento social visam apoiar os indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, na prevenção e/ou resolução de problemas geradores de situações de pobreza e exclusão social em áreas tão diversas como o emprego, a habitação, a ação social, a saúde, a justiça, entre outros.

A metodologia permite uma melhoria do funcionamento e articulação entre as organizações com responsabilidade no atendimento de âmbito social, indo ao encontro do princípio da subsidiariedade, um aumento significativo da capacidade no atendimento às famílias devido à descentralização e desburocratização, uma maior eficácia e eficiência no atendimento e respostas aos problemas das famílias e ainda, uma melhoria dos níveis de satisfação dos beneficiários, quanto aos atendimentos e serviços prestados.

Assente numa relação de reciprocidade técnico/a beneficiário/a, com vista à promoção de condições facilitadoras da inserção das pessoas, mediante a elaboração, contratualização e acompanhamento de um verdadeiro “Projeto de Vida”. (in Regulamento Interno do Atendimento Social Integrado, Capítulo I, artigo 1.º, ver anexo V). ⁸¹

⁸¹ [Regulamento Interno do Atendimento Social Integrado do Município de Ílhavo.pdf](#)

De destacar que esta metodologia de trabalho é diferenciada e inovadora por ter introduzido a figura do “Gestor/a de Processo”, isto é, por cada indivíduo ou agregado familiar que se dirija aos serviços, é atribuído, de acordo com a sua área de residência e principais problemáticas, um/a técnico/a da área das ciências sociais que assume um papel basilar na elaboração do diagnóstico e estratégias de intervenção.

Com este formato pretende-se potenciar a criação de respostas mais adequadas às necessidades e problemas dos agregados familiares, o centro da intervenção social, através da rentabilização dos recursos existentes e contrariando a sobreposição de atuações. Permite um melhor planeamento e celeridade na resposta, dada assim como uma mais justa e equilibrada rentabilização dos recursos existentes na comunidade.

O ASI é constituído por duas estruturas, designadamente a Equipa de Execução e a Equipa de Cooperação, de acordo com o respetivo regulamento interno (artigos 5.º a 10.º). Em anexo pode consultar-se o regulamento interno do ASI.

No âmbito do Atendimento Social Integrado, para além da sua componente de atendimento/acompanhamento social, todas as situações inerentes à ação social (incluindo as que se reportam ao RSI), são semanalmente discutidas em contexto de reunião com os representantes das entidades parceiras onde são negociados e ratificados os acordos e contratos de inserção. Esta metodologia tem sido referência para outros concelhos que demonstram interesse em conhecer melhor os procedimentos para possível replicação.

De destacar que as diferentes intervenções abarcam áreas como: Habitação; Desemprego; Pobreza; Comportamentos aditivos; Violência doméstica; entre outras situações de vulnerabilidade social e económica. Tendo este serviço assumido uma postura muito dinâmica no concelho, com acentuada presença na vida dos cidadãos.

Desde 01/10/2022, o Atendimento Social Integrado deu continuidade à materialização do processo de transferência de competências em matéria de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e de celebração e acompanhamento de contratos de inserção no âmbito do Rendimento Social de Inserção (RSI).

Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção

O Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social - Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, consiste num atendimento de primeira linha que responde eficazmente às situações de crise e ou de emergência sociais. Privilegia um acompanhamento social destinado a assegurar apoio técnico, informação e mobilização de recursos adequados a cada situação, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais.

A celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) - Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, consiste numa prestação pecuniária de natureza transitória, variável em função do rendimento e da composição do agregado familiar, de modo a contribuir para a satisfação de necessidades essenciais e que favoreça a progressiva inserção laboral, social e comunitária. Visa proteger os grupos de maior

fragilidade e vulnerabilidade, em situação de pobreza extrema, distinguindo-se de outros apoios e prestações sociais por incluir uma componente de integração e inclusão.

Os serviços são assegurados por duas Equipas de Ação Social, envolvendo 10 técnicos e 2 ajudantes familiares, contratualizadas com o CASCI e com a Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo.

	SAAS	RSI
Processos	515	277
Processos Familiares	792	
Pessoas	1849	
Diligências	1913	
Ações	453	

Tabela 39 - Atendimento e acompanhamento social- ASI entre 01/01/2024 a 15/03/2024⁸²

No período referido foram acompanhados 792 processos familiares envolvendo 1849 pessoas, que incluem processos de SAAS e de RSI que transitaram ativos do período de reporte anterior, processos de SAAS que iniciaram atendimento e novos requerimentos de RSI aprovados pelos serviços competentes do Instituto da Segurança Social, I.P. No âmbito da intervenção realizada no período em reporte pelos técnicos de ação social, foram realizadas 1913 diligências (entre atendimentos, visitas domiciliárias, contactos de articulação e sessões específicas de psicologia e educação social). As ajudantes familiares, no âmbito da intervenção das equipas, realizaram 453 ações.

	SAAS	RSI
Processos	337	271
Processos Familiares	608	
Pessoas	1434	
Diligências	2068	
Ações	455	

Tabela 40 - Atendimento e acompanhamento social - ASI - 15/03 a 31/05/2024⁸³

No período entre 15/03/2024 e 31/05/2024 foram acompanhados 608 processos familiares (271 RSI e 337 SAAS), envolvendo 1434 pessoas, que transitaram ativos do período de reporte anterior. No âmbito da intervenção realizada no período em reporte pelos técnicos de ação social, foram realizadas 2068 diligências (entre atendimentos, visitas domiciliárias, contactos de articulação e sessões específicas de psicologia e educação social). As ajudantes familiares, no âmbito da intervenção das equipas, realizaram 455 ações.

De 01/06/2024 e 31/07/2024 foram acompanhados 937 processos familiares (287 RSI e 650 SAAS), envolvendo 2172 pessoas, que incluem processos de SAAS e de RSI que transitaram ativos do período de reporte anterior. No decurso desse período foram cessados 100 processos familiares (13 RSI e 87 SAAS), envolvendo 202 pessoas. No âmbito da intervenção realizada no período em reporte pelos técnicos de ação social, foram realizadas 1403 diligências (entre atendimentos, visitas domiciliárias, contactos de articulação e sessões específicas de psicologia

⁸² Ver [atividade municipal 01jan a 15mar 2024_ami_26abr2024.pdf](#)

⁸³ Ver [atividade municipal 16mar a 31mai 2024_ami_28jun2024_deliberacao.pdf](#)

e educação social). As ajudantes familiares, no âmbito da intervenção das equipas, realizaram 337 ações.

	SAAS	RSI
Processos	650	287
Processos Familiares	937	
Pessoas	2172	
Diligências	10403	
Ações	337	

Tabela 41 - Atendimento e acompanhamento social - ASI 01/06 a 31/07/2024⁸⁴

O Atendimento decorre de forma descentralizada e numa lógica de proximidade aos munícipes, no Edifício Municipal, na Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, na Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, na extensão de Saúde da Costa Nova e na Fábrica das Ideias, mantendo-se a cooperação próxima com a Cáritas da Gafanha da Nazaré no apoio à população.

No que concerne especificamente ao balcão do Atendimento Social Integrado no edifício municipal, aqui ocorrem diariamente dezenas de munícipes para atendimentos presenciais, em que se incluem marcações de atendimentos, encaminhamento de atendimentos, esclarecimentos sobre eventuais apoios e procedimentos e contactos telefónicos nas áreas da Ação Social, Maior Idade e CPCJ.

Nas mesmas instalações/gabinetes são coordenados e direcionados os atendimentos agendados com as Entidades externas:

- Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) da Casa Vera Cruz;
- Resposta de Apoio Psicológico (RAP) e Núcleo de Apoio a Vítimas (NAV) de Aveiro, da Cáritas Diocesana de Aveiro;
- APAV de Coimbra;
- Sistema de Mediação Familiar do Ministério da Justiça;

Em 2024, foram acompanhados até 30/09/2024, 1282 processos familiares, (332 RSI e 780 SAAS), abrangendo 2941 beneficiários/as (332 RSI e 950 SAAS).

Têm sido realizadas reuniões semanais do ASI/NLI, envolvendo todos os técnicos de Ação Social e os parceiros, no âmbito das quais, para além do trabalho relativo à gestão dos processos familiares. Entre as parcerias estabelecidas encontra-se o Núcleo de Programas Especiais da GNR.

O Atendimento Social integrado possui no seu Plano de Ação Grupos de Trabalho específicos para a intervenção com pessoas portadoras de doença mental crónica e para pessoas com perturbação de acumulação, cuja intervenção tem relevância para a prevenção e intervenção de situações com impacto na segurança da comunidade.

O RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO NA REGIÃO DE AVEIRO

⁸⁴ Ver [relatorio_da_atividade_municipal_de_01jun_a_31jul.pdf](#)

O Rendimento Social de Inserção é uma medida que procura combater a “pobreza através de mecanismos que assegurem às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária, respeitando os princípios da igualdade, solidariedade, equidade e justiça social” (in Lei n.º 45/2005 de 29 de agosto).

Trata-se de um apoio concretizado numa prestação pecuniária, que permite assegurar a satisfação das necessidades mínimas dos/as beneficiários/as e respetivos agregados familiares e num programa de inserção que é vertido para um contrato de inserção que visa a progressiva (re)inserção social, laboral e comunitária dos seus membros.

De acordo com os dados oficiais da Segurança Social⁸⁵, no mês de outubro de 2024, existiam em Portugal 177.671 beneficiários de RSI, “revelando um decréscimo em relação ao mês anterior (menos 111 beneficiários). Considerando outubro de 2023, o RSI abrangeu menos 0,8%, o que equivale a uma diminuição de 1.428 indivíduos. A prestação média mensal de RSI, por indivíduo, foi de 152,99 euros, um incremento de 14,60% e de 27,44% face ao valor do mês anterior e homólogo, respetivamente. Por família, a prestação média de mensal RSI foi de 322,90 euros, menos 0,10% do que o valor de setembro de 2024 e mais 13,67% do que no período homólogo” (in Síntese de informação estatística da Segurança Social, novembro 2024).

No caso específico do concelho de Ílhavo, e de acordo com os dados disponibilizados, somos a considerar que os beneficiários apoiados tendencialmente têm diminuído.

	2019	2020	2021	2022	2023
Ílhavo	796	796	799	827	781

Tabela 42 - N.º de beneficiários acompanhados, no concelho de Ílhavo (INE, 2023)

Na região de Aveiro, em outubro de 2024 recebiam RSI 7.719 beneficiários.

De salientar que o sexo feminino nesta região é o mais apoiado, e o maior número de beneficiários é da faixa etária com idade inferior a 18 anos (1.115) e entre os 55 e 64 anos (831). Comparativamente é também nessa faixa etária que o sexo masculino recorre mais a esse tipo de apoio. O número mais baixo no que concerne a beneficiários com idade igual ou superior a 65 anos, deve-se à gradual transição para uma situação em que passam a beneficiar de pensão.

Relativamente à dimensão do agregado familiar, tende a aumentar o número de agregados familiares constituídos apenas por um elemento (2.249) e diminuindo o número de agregados de dois a mais de seis elementos (387).

Quanto às famílias o número tendo vindo a crescer sendo atualmente acompanhadas no distrito de Aveiro 3.904 famílias.

⁸⁵ [Rendimento Social de Inserção - Estatísticas - seg-social.pt](https://seg-social.pt/estatisticas/)

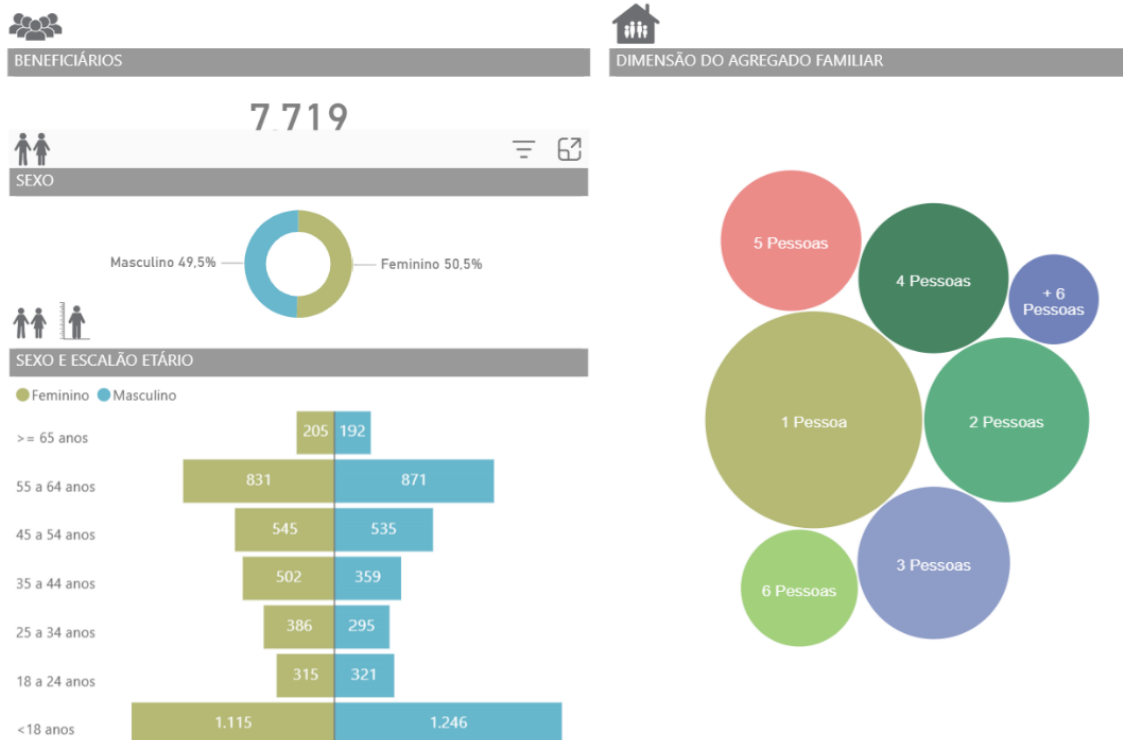


Figura 20 - Beneficiários de RSI, processados em Outubro de 2024, no distrito de Aveiro⁸⁶

Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados

Criado a 11 de junho de 2010, com o intuito de promover a inserção social da população em situação socioeconómica precária e de carência, o FMAFIC apresenta-se como um instrumento de trabalho do ASI, contendo alguns dos apoios e medidas que são atribuídos pela Câmara Municipal.

Trata-se de um recurso que disponibiliza novas e inovadoras respostas, que para além de não se sobreporem às já existentes, são uma mais-valia para as complementarem, e que permite consolidar e aprofundar mais o trabalho de parceria entre as diversas entidades de natureza pública e privada de Ílhavo. Atualmente, é sem dúvida “um instrumento indispensável para a concretização de uma política social mais equitativa, abrangente, inovadora, inclusiva e estruturante, tendo já prestado centenas de apoios nomeadamente ao nível do arrendamento de habitação, do pagamento das quotas de condomínio de habitação social, da melhoria nas condições de habitabilidade ou da comparticipação no pagamento da fatura da água, saneamento e resíduos sólidos, para além de subsídios de estudo da ação social”, que se tornou ainda mais eficaz, eficiente e abrangente depois de se terem incluído novas medidas, como “o apoio ao empréstimo à habitação, a atribuição de produtos de apoio ou o acesso à cultura e ao desporto, e do alargamento da sua aplicação, quer aumentando o valor dos apoios, quer o número de famílias e indivíduos abrangidos, sendo de realçar o especial cuidado com situações de maior vulnerabilidade como é o caso das pessoas portadoras de deficiência, pessoas

⁸⁶ Ver [Rendimento Social de Inserção - Estatísticas - seg-social.pt](#)

dependentes, famílias numerosas ou casais desempregados, bem como as famílias monoparentais” (in Proposta de Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, CMI).

O Fundo Municipal tem definidas as áreas de intervenção, as condições de elegibilidade, as obrigações e os deveres a cumprir, assim como os procedimentos, pretendendo contribuir para o desenvolvimento social, numa perspetiva pró-ativa que respeita os seguintes princípios:

- a promoção de igualdade de oportunidades como forma de combate às desigualdades sociais;
- o reforço da equidade do sistema educativo, alargando a política de apoio às famílias no âmbito socioeducativo, através da Ação Social Escolar;
- o reconhecimento da importância da efetiva promoção da igualdade de género, no que concerne ao combate do fenómeno da feminização da pobreza;
- o desenvolvimento de medidas territorializadas, tendo em consideração o Diagnóstico Social e a Carta Educativa do Município de Ílhavo, procurando rentabilizar os recursos e as competências locais;
- o fomentar da corresponsabilização dos munícipes, na procura de uma lógica de política social ativa que vise a reparação e a correção dos fatores promotores da pobreza e da exclusão social.

O Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados desde a sua criação, tem sofrido subsequentes alterações, advindas da adequação às necessidades, que foram realizadas em 2014, 2015 e 2020, e é um dos instrumentos de trabalho do ASI, de onde constam alguns apoios e medidas atribuídas pela Câmara Municipal, de forma a promover a inserção social da população mais carenciada, que se encontre em situação socioeconómica considerada precária e de carência.

- Com vista a dar respostas novas/inovadoras, a regulamentação da utilização do Fundo Municipal, vem consolidar e aprofundar ainda mais o trabalho de parceria entre as diversas entidades de natureza pública e privada no Município de Ílhavo.
- Efetivamente, a conquista de uma intervenção mais congregadora e reflexiva passa, então, também por ponderar medidas de apoio com caráter inovador, que não se sobreponham às já existentes e que tenham sim uma funcionalidade complementar e, por isso, com necessidade da devida articulação entre as diversas entidades.
- Os apoios a conceder são de natureza financeira, prestação de serviços e comparticipação e/ou redução de taxas ou tarifas, mais concretamente nas seguintes medidas:
 - apoio à melhoria das condições de habitabilidade;
 - apoio ao arrendamento de habitação;
 - apoio ao pagamento das quotas de condomínio de habitação social;
 - comparticipação no pagamento da fatura da AdRA, relativamente a água, saneamento e resíduos sólidos;
 - comparticipação na tarifa de suspensão e reinício da ligação dos serviços de água e saneamento;
 - auxílios económicos no âmbito do Subsídio de Ação Social Escolar;
 - realização de projetos-tipo para autoconstrução;

- redução das taxas devidas pela emissão dos alvarás de obras de construção, reconstrução, alteração ou ampliação;
- realização de projetos e acompanhamento de obras de beneficiação, reconstrução, recuperação, conservação ou de melhoramento de condições de segurança e conforto a indivíduos portadores de deficiência físico-motor;
- apoio na formulação de pedidos de licenciamento ou comunicação própria de obras particulares;
- apoio na procura ativa de emprego e/ou na criação do próprio emprego;
- apoio ao empréstimo à habitação;
- atribuição de produtos de apoio;
- redução das taxas devidas pela frequência no Programa das Férias Divertidas;
- redução das taxas devidas pelo ingresso ou frequência nos equipamentos desportivos ou culturais.

	Candidaturas Deferidas
Comparticipação em empréstimo para aquisição de habitação	6
Comparticipação em rendas	106
Comparticipação na fatura da água, saneamento e resíduos sólidos	526
Apoio em situação de crise, pontual e extemporânea	64
Comparticipação no Programa Municipal “Férias Divertidas”	23
Comparticipação à melhoria das condições de habitabilidade	5
Atribuição de produtos de apoio	8
Comparticipação nas taxas dos equipamentos culturais e desportivas	40
Esterilização de animais	4
Apoio no pagamento das quotas de condomínio de habitação social	2
Material escolar no âmbito Ação Social Escolar (transferências escolares)	12
Cedência de cadeira de rodas	1
Total	797

Tabela 43 - candidaturas deferidas desde 09/12/2021 a 31/10/2024⁸⁷

Quanto aos deferimentos e apoios do FMAFIC é notório o número de solicitações/deferimentos na participação na fatura da água, saneamento e resíduos sólidos.

De destacar que o FMAFIC procura ser uma medida de apoio temporário, com o intuito de apoiar os indivíduos/agregados familiares a ultrapassarem momentos de crise marcados pelo agravamento das dificuldades financeiras e económicas, pelo que está estruturado de forma a minimizar as possibilidades de dependência e acomodação dos seus beneficiários.

Pelo exposto, considerou-se pertinente responsabilizar os beneficiários dos apoios, nomeadamente do apoio à melhoria das condições de habitabilidade e o apoio ao empréstimo habitação ou arrendamento, atribuindo-lhes obrigações complementares. Assim, nos casos de apoio à melhoria das condições de habitabilidade, os beneficiários devem “disponibilizar doze dias de trabalho, em função do horário laboral da entidade de acolhimento, para a realização gratuita de tarefas de índole diversa na área do Município”, podendo estas tarefas ser realizadas

⁸⁷ Fonte CMI

por qualquer elemento do agregado familiar, que se encontre em idade ativa, desempregado e apto para atividade profissional. No caso do “apoio ao arrendamento e ao empréstimo bancário de habitação, o elemento ativo deve disponibilizar dois dias de trabalho por mês apoiado” ou “nos casos de apoio mensal inferior a 25,00€, o elemento ativo deve disponibilizar um dia de trabalho por mês apoiado” (in Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, CMI).⁸⁸

Este envolvimento não deve ser visto como uma penalização, mas antes como uma oportunidade de estar integrado socialmente, de cumprir horários, ser útil a quem precisa, estar envolvido no seu projeto de vida, assumir responsabilidade por si e pelos apoios que recebe, entre outros aspetos positivos que permitem inverter a cultura de pobreza estrutural que ainda vai estando instalada na cultura portuguesa ao mesmo tempo que contribui para o incremento de uma postura mais participativa na resolução dos problemas de cada núcleo familiar.

Tratando-se do tecido social permeável ao fenómeno de grande volatilidade e complexidade, redigiu-se uma nova proposta de Regulamento Municipal, ressaltando-se que no concerne aos apoios ao empréstimo à habitação, ao arrendamento de habitação e apoios para situações pontuais, extemporâneas e em crise foram aprovadas alterações, em 2023, com vista a abranger um maior público vulnerável, assumindo a figura de “Medidas Provisórias”.

Pessoas 2030

As autoridades de gestão dos Programas Operacionais Temáticos Inclusão Social e Emprego, Capital Humano e Apoio às Pessoas Mais Carenciadas foram extintas através do Despacho n.º 6927-A/2023, de 28 de junho, sendo as suas atribuições e competências assumidas pela autoridade de gestão do **PESSOAS 2030**.

O novo Programa do Portugal 2030, o **PESSOAS 2030**, Programa Temático demografia, Qualificação e Inclusão, dará continuidade ao trabalho desenvolvido pelo **POAPMC**, que era um instrumento de combate à pobreza e à exclusão social em Portugal, através do apoio a indivíduos/famílias que se encontrem em situação de carência económica, mediante a atribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade.

O **PESSOAS 2030**⁸⁹ visa contribuir para a meta nacional definida no âmbito do Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS), de reduzir o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social e assegurar os apoios que visam mitigar a privação alimentar e material das pessoas mais carenciadas e apoiar o combate à pobreza infantil. Através da aquisição e distribuição direta de produtos alimentares e material de base e o fornecimento de produtos alimentares de base através da utilização de cartões eletrónicos.

Pretende-se contribuir para a diminuição das formas mais graves de pobreza e de exclusão social através da atribuição de produtos alimentares às pessoas mais carenciadas. Desenvolvendo ações de acompanhamento, nomeadamente, ações de sensibilização sobre: Seleção de Géneros Alimentares, Prevenção do desperdício e otimização da gestão do orçamento familiar. Com o

⁸⁸ [Microsoft Word - Regulament familiasWEB.docx](#)

⁸⁹ [O PESSOAS 2030 - Pessoas](#)

intuito de capacitar as famílias e ou as pessoas mais carenciadas na confeção dos géneros alimentares (que compõe o cabaz) e ou bens de primeira necessidade, na prevenção do desperdício e na contenção e controle de custos. Por forma a capacitar as pessoas mais carenciadas, onde se verifique privação alimentar no seu agregado, promovendo hábitos de vida saudável e uma distribuição concertada e adequada às suas necessidades nutricionais.

Este programa é coordenado pelo CASCI e mediado pela Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo e pela Santa Casa da Misericórdia de Vagos, abrange cerca de 342 beneficiários no território de Ílhavo e Vagos.

Instituições Particulares de Solidariedade Social de Ílhavo

De acordo com o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), em termos jurídicos, as IPSS são *“entidades sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público”*. As IPSS desenvolvem ações como o apoio à infância e juventude, apoio à família, a pessoas idosas e pessoas com deficiência e incapacidade e apoio à integração social e comunitária. Procuram resolver/minimizar problemas habitacionais da comunidade e também desenvolvem ações de educação e formação profissional. Na saúde, atuam na prevenção, promoção e proteção nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação. Visam a proteção social dos cidadãos em situações de doença, velhice, invalidez e morte, falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

Temos como IPSS e respetivas respostas sociais (oficiais com protocolo com a segurança social) / recursos (oficiosos):

- Associação Aquém Renasce:
 - Espaço Sénior;
- Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo:
 - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
 - Centro de Dia;
 - Serviço de Apoio Domiciliário;
- CASCI (Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo):
 - Infância:
 - Creche;
 - Educação Pré-escolar;
 - Ação Social:
 - Atendimento/Acompanhamento (SAAS);
 - Rendimento Social de Inserção;
 - Pessoas 2030;
 - Centro Comunitário;
 - Acolhimento:
 - 2 estruturas residenciais seniores (ERPI1 e erPI2) – Acolhimento permanente;

- Estrutura Residencial – Acolhimento Temporário;
- Reabilitação:
 - Centro de Atividades Ocupacionais;
 - Centro de Reabilitação Profissional; Centro de Recursos para a Inclusão;
 - Lar Residencial;
 - Quinta Pedagógica;
- Centro Social Paroquial da Gafanha da Encarnação:
 - Creche;
 - Educação Pré-escolar;
 - Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL);
- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Nazaré:
 - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
 - Centro de Dia;
 - Serviço de Apoio Domiciliário;
 - Universidade Sénior;
- Centro Social Padre José Kantenich:
 - Creche;
 - Educação Pré-escolar;
- C.E.R.C.I.A.V:
 - Centro de Recursos para a Inclusão (CRI);
 - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI);
 - Serviço de Apoio Domiciliário de Apoio às Famílias (SDAF);
 - Centro de Reabilitação Profissional (CRP);
 - Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego (CRQE);
- Obra da Providência:
 - Creche;
 - Educação Pré-escolar;
 - CAFAP;
- Património dos Pobres da Freguesia de Ílhavo:
 - Centro paroquial de Ílhavo:
 - Creche;
 - Educação Pré-escolar;
 - Lar de São José:
 - Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas;
 - Lar do Divino Salvador:
 - Acolhimento de mulher grávidas e/ou crianças em risco social;
 - Obra da Criança:
 - Centro de acolhimento de criança e jovens dos 2 aos 18 anos em risco social;
- Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo:
 - Educação:
 - Creche;
 - Educação Pré-escolar;
 - Social:
 - Serviço de Apoio Domiciliário;

- Espaço Sénior;
- Pessoas 2030
- RSI;
- SAAS;
- Saúde:
 - Unidade de Cuidados Continuados Integrados,
 - Serviço de Imagiologia,
 - Serviço de Medicina Física e Reabilitação;
 - Laboratório de Análises Clínicas.

Não obstante a diversidade de instituições e respostas sociais existentes, a capacidade das mesmas não é suficiente para fazer face às necessidades do concelho, pelo que se considera pertinente apresentar a capacidade de resposta de cada instituição, o número efetivo de utilizadores e o número de candidatos que aguardam resposta.

De destacar que os dados apresentados, referentes à lista de espera resultam dos dados disponibilizados pelas respetivas instituições⁹⁰.

Resposta Social	Candidatos											
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Creche	24	29	42	32	78	170	121	127	121	113	211	185
Pré-Escolar	3	8	1	0	2	5	7	13	17	4	9	11
ATL	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
Serviço de Apoio Domiciliário	30	48	32	22	27	10	8	15	29	26	39	34
Centro de Dia	17	22	13	13	0	26	16	30	13	10	7	7
Estrutura Residencial Para Idosos	141	193	102	142	179	109	174	192	203	187	188	216
Lar Residencial	34	35	36	32	39	42	42	63	70	57	69	71
CACI	56	51	16	17	24	23	29	36	33	35	11	16

Tabela 44 - Mapa de evolução candidatos às respostas sociais (CLAS, 23-01-2024)

Ao longo dos últimos anos a variação crescente de candidatos às diversas respostas sociais é notória, quer seja na área da Infância, deficiência ou envelhecimento.

Quanto à frequência dos clientes também se denota principalmente na área da Infância (Creche e ATL), tal como no envelhecimento (CD e ERPI).

Resposta Social	Clientes	
	2022	2023
Creche	401	417
Pré-Escolar	435	428
ATL	30	49
Serviço de Apoio Domiciliário	166	162
Centro de Dia	37	41
Estrutura Residencial Para Idosos	219	220
Lar Residencial	32	32
CACI	107	107
Creche Familiar	28	24

Tabela 45 - Ocupação de cada unidade

⁹⁰ Reunião de CLAS 23/01/2024

De realçar que na reunião de CLAS, a 23/01/2024, concluiu-se a manutenção de graves carências ao nível das Respostas Sociais de Creche, ERPI e Lar Residencial. Tal foi apurado através do cruzamento de informação realizado e com apoio nas tabelas 41 e 42.

Contudo os **dados encontram-se em atualização**.

Família e Comunidade

DADOS EM ATUALIZAÇÃO

Grupos sócio caritativos

Os Grupos sócio caritativos são organizações maioritariamente relacionadas com a Igreja Católica que se dedicam, de forma voluntária, a iniciativas de apoio à população mais concretamente de pessoas social e economicamente desfavorecidas.

No concelho de Ílhavo, os grupos sócio caritativos encontram-se presentes em todas as freguesias e trabalham em parceria com o ASI, reunindo regularmente, visando minimizar/eliminar situações de duplicação de apoios.

O ASI disponibiliza apoio técnico para que seja aferida a condição dos indivíduos/agregados e se conclua em que contexto estamos perante situações de pobreza e/ou exclusão social.

Todas as situações identificadas como vulneráveis passam a ser acompanhadas pelo SASS. De referir que existe um trabalho de articulação junto de cada um destes grupos (por parte do ASI) com o objetivo de diminuir ou eliminar na totalidade a sobreposição de apoios (alimentar e/ou económico pontual), bem como de garantir que seja feita intervenção técnica junto dos agregados, de modo que estes sejam encaminhados, no sentido de esgotarem todo e qualquer benefício a que tenham direito.

Em Ílhavo existem:

- Conferências de S. Vicente de Paulo de Ílhavo - com intervenção essencialmente na freguesia de S. Salvador;
- Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha da Encarnação – com intervenção na freguesia da Gafanha da Encarnação prestam apoio maioritariamente de cariz alimentar;
- Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha da Nazaré - com intervenção na freguesia da Gafanha da Nazaré, prestam apoio essencialmente alimentar;
- Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha do Carmo - com intervenção na freguesia da Gafanha do Carmo, prestam apoio essencialmente alimentar;
- Lions Clube de Ílhavo – apoio comunitário a famílias mais carenciadas;
- Rotary Club de Ílhavo;

Infância e Juventude

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

De acordo com o artigo nº 2 da Lei nº142/2015 de 8 de setembro, que procedeu à alteração da Lei 147/99 de 1 de setembro, as comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ) “*são instituições oficiais, não judiciais, com autonomia funcional, que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral*”. As CPCJ exercem as suas atribuições em conformidade com a lei e deliberam com imparcialidade e independência.

Ou seja, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) é instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral (artigo 12.º, n.º 1), sendo que o seu funcionamento se rege pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual.

Importa ainda mencionar que, nos termos do artigo 16.º da referida lei, a CPCJ funciona em duas modalidades: restrita e alargada. À comissão restrita compete intervir nas situações em que uma criança ou jovem está em perigo (artigo 21.º), correspondente ao trabalho diário de gestão dos processos e demais funções inerentes. Por seu turno, à comissão alargada compete desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem (artigo 18.º), isto é, remete-nos para uma ação de índole preventiva, em parceria com outras entidades, direcionadas à prevenção primária dos fatores de risco que, na comunidade, afetam as crianças e jovens, os seus direitos e interesses, bem-estar e desenvolvimento integral.

No que concerne à CPCJ de Ílhavo é realizado um trabalho diário de acompanhamento às crianças e jovens e respetivos agregados familiares, com vista a alterar situações de perigo que são diagnosticadas e a garantir a promoção e proteção destas crianças e jovens, sendo um dos princípios basilares da intervenção o interesse superior da criança e do jovem (artigo 4.º, alínea a). Para tal, é necessária uma estreita colaboração com outras entidades com competência em matéria de infância e juventude, dos domínios da educação, saúde, ação social, cultural, desportivo, recreativo, forças de segurança, entre outras.

Tendo em consideração as suas atribuições, a CPCJ de Ílhavo elaborou um Plano de Ação enquanto instrumento orientador das atividades desenvolvidas pela CPCJ de Ílhavo ao longo do ano de 2023 e 2024 com o intuito de espelhar, por um lado, o trabalho desenvolvido no âmbito da implementação do Plano Local de Promoção dos Direitos da Criança e, por outro lado, o trabalho diário executado no âmbito da gestão da atividade processual e das competências atribuídas à comissão restrita, anteriormente mencionada.

Estas ações foram desenvolvidas ao longo dos meses, agregando o contributo de diversos representantes de entidades da comunidade, relativamente à identificação dos fatores de risco, dos fatores de proteção e dos recursos de prevenção e intervenção existentes no concelho de Ílhavo.

Reportando-nos aos dados estatísticos relativos ao trabalho da CPCJ de Ílhavo, no ano de 2024 foram abertos até 30/09/2024, 134 processos novos, 99 transitaram do ano anterior, 33 processos foram reabertos e 13 foram transferidos para a CPCJ de Ílhavo, dos quais 2 por

alteração de competência territorial, o que totalizou 279 processos. Destes 279 processos, 221 foram instaurados e distribuídos pela equipa técnica.

Importa mencionar que os membros da comissão restrita devem ser escolhidos por forma a que esta tenha uma composição interdisciplinar e interinstitucional, incluindo, sempre que possível, pessoas com formação nas áreas do serviço social, psicologia, direito, educação e saúde.

Neste sentido, e tendo em consideração o aumento do volume processual, a emergência de problemáticas cada vez mais complexas, bem como a necessidade de capacidade de resposta de forma o mais eficaz e atempada possível, a Câmara Municipal de Ílhavo em 2023 e 2024 disponibilizou três técnicas superiores, duas com formação em serviço social e uma de psicologia, que ficaram adstritas à comissão restrita parte da semana. De referir que a Câmara facultou também apoio administrativo a tempo parcial.

Ao nível logístico, a CPCJ desenvolve as suas funções num gabinete autónomo situado no edifício municipal, instalações estas cedidas pela Câmara Municipal de Ílhavo.

- a dinamização de 4 programas na Rádio Terra Nova a explicar o que são os maus tratos;
- o funcionamento da CPCJ;
- a Resposta de Apoio Psicológico da Cáritas Diocesana de Aveiro;
- o projeto de prevenção do bullying do Agrupamento de Escolas de Ílhavo;
- a realização de 3 operações STOP em colaboração com a Guarda Nacional Republicana – Comando Territorial de Aveiro no âmbito do Programa Escola Segura;
- a dinamização das redes sociais com o objetivo de sensibilizar a comunidade em geral para “pintar Ílhavo de azul” através do mote “#ilhvoazulécool”;
- a colocação de laços azuis em sítios estratégicos da comunidade;
- assim como a realização de 1 ação de sensibilização na Biblioteca Municipal de Ílhavo com o objetivo de sensibilizar as crianças para o que é cuidar, por forma a capacitá-las a mostrarem sinais de quando tal não acontece.

FAMÍLIA E REDES DE SOCIABILIDADE

Ocupação Jovem

A Câmara Municipal de Ílhavo aposta nos Jovens do Município potenciando as suas capacidades, energia e disponibilidade potenciando a sua participação ativa e responsável, através do programa “Ocupação Jovem”.

O “Ocupação Jovem” integra candidatos dos 14 aos 30 anos (inclusive), residentes no Município de Ílhavo, estudantes ou não.

O programa é composto por vários projetos:

- Animação de Espaços Lúdicos, Culturais e educativos;
- Eventos Municipais; Férias Divertidas;
- Laboratório do Envelhecimento; Valorização e Promoção do Património e da Cultura do Mar;
- Animação Cultural para a Infância
- Animação Cultural para Idosos;
- Apoio a Atividades Desportivas.

A gestão do programa é da responsabilidade da Câmara Municipal (Seguro de Acidentes Pessoais, certificado de participação e o ressarcimento das bolsas de participação), sendo que as entidades acolhedoras (associações, clubes ou instituições que se candidatem) serão responsáveis pela coordenação dos projetos realizados nas suas instalações.

Na edição de 2025, o programa municipal de tempos livres “Ocupação Jovem”, apresentará as seguintes alterações:

- 6 turnos com a duração de 50 horas/turno, a realizar em 2 meses ou 1 mês (apenas julho e agosto);
- 8 projetos em diversas áreas;
- bolsa monetária no valor de 2,75€ por hora.

Programa Vocação

Implementado desde 2005, o Programa Vocação é um programa destinado a jovens entre os 14 e os 25 anos, que residam no concelho de Ílhavo, com o objetivo de os ocupar durante os tempos livres em períodos de aulas, em 3 turnos de três meses (turno 1 de Janeiro a Março, turno 2 de Abril a Junho, e turno 3 de Outubro a Dezembro) com uma carga horária de 90 horas (30 horas/mês).

Durante a participação no programa, os jovens podem experimentar diferentes áreas, tais como: Apoio técnico e administrativo em projetos da Câmara Municipal, Animação Educativa e/ou Cultural, Proteção Animal e Ambiental, Dinamização de Espaços Educativos, Lúdicos e Culturais, Fomento da Atividade Desportiva, Maior Idade, e Valorização e Proteção do Património e da Cultura do Mar.

Totalmente suportado pela autarquia, os jovens recebem no fim da sua participação, uma bolsa no valor de 225€.

Destacar que mais importante do que este ganho económico, é o facto de ser um programa que em muito contribui para o enriquecimento da formação dos jovens do concelho, complementando a sua formação académica, entre outros benefícios como por exemplo o incentivo para a participação social e comunitária.

Cartão Família

O Cartão Família surge com o intuito de proporcionar a todos os residentes em Ílhavo à mais de um ano e integrados em agregados familiares compostos por três ou mais elementos dependentes (incluindo pessoas com deficiência e idosos dependentes), o acesso a benefícios na aquisição de bens e serviços, proporcionados por entidades públicas e privadas do Município de Ílhavo.

As famílias titulares deste cartão beneficiam de descontos nas piscinas municipais, no acesso a atividades culturais e participações na componente de apoio à família do Ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo Básico, assim como benefícios na aquisição de bens e serviços na área da saúde, cultura, educação e desporto, assim como numa rede de parceiros privados.

A dezembro de 2024 estavam ativos 96 cartões.

Gabinete de Apoio à Família

O Gabinete de Apoio à Família é um serviço do Município de Ílhavo, criado em 01/06/2017, dirigido a todas as famílias aí residentes, em diferentes fases do seu ciclo vital e que necessitem de apoio para a adaptação a crises esperadas ou inesperadas com que se deparem. Esse apoio é gratuito e confidencial e passa pelo atendimento, aconselhamento, apoio psicoterapêutico e encaminhamento para outras respostas e serviços adequados aos problemas apresentados.

O objetivo geral do Gabinete de Apoio à Família é potenciar a família nas suas diferentes dimensões e proporcionar uma resposta global e integrada aos problemas apresentados.

Pode recorrer qualquer família residente no Município de Ílhavo e que necessite de apoio para lidar com qualquer tipo de dúvida ou problema relacionado com a sua vida familiar, ou com um dos elementos da família.

O Gabinete de Apoio à Família apoia as famílias, nas diferentes etapas do seu desenvolvimento, na resposta e adaptação a essas crises: casais sem filhos; famílias com filhos pequenos; famílias com filhos na escola; famílias com filhos adolescentes; famílias com filhos adultos; famílias com idosos.

Entre os exemplos de situações a que o Gabinete de Apoio à Família poderá dar resposta podemos assinalar:

- Apoio aos pais nas preocupações e desafios envolvendo crianças (por exemplo: birras, problemas de comportamento, medos, adaptação à escola, tristeza, isolamento, entre outros);
- Preocupações e desafios envolvendo adolescentes (por exemplo: problemas de comportamento, ansiedade, depressão, isolamento, dificuldades de relacionamento com os pares, bullying ou outros);
- Dificuldades no relacionamento do casal;
- Conflitos familiares;
- Adaptação a crises familiares inesperadas (luto, desemprego, doença crónica, entre outras);
- Adaptação à separação/divórcio e regulação das responsabilidades parentais;
- Dependências, com e sem substância, em adolescentes, adultos e idosos (álcool, drogas, jogo, Internet);
- Adaptação ao envelhecimento (em termos de proteção, acompanhamento da saúde e promoção do envelhecimento ativo);
- Idosos dependentes e/ou isolados.

O Gabinete de Apoio à Família passou a contar com as seguintes Ações:

- Apoio à Família – Aconselhamento e encaminhamento para respostas especializadas.
- Terapia Familiar e Terapia de Casal – Apoio psicoterapêutico dirigido a famílias e casais.
- Educação Parental – Atividades educativas e de suporte, dirigidas a pais, que os auxilia na compreensão das suas necessidades e das necessidades dos filhos (sociais, emocionais, psicológicas e físicas).
- Apoio aos desafios do envelhecimento – Avaliação, diagnóstico e encaminhamento de famílias que enfrentam desafios relacionados com a proteção dos idosos.

O Gabinete de Apoio à Família tem visto a sua equipa técnica reforçada com mais uma profissional na área da psicologia e com o acolhimento de estágios curriculares no âmbito de um protocolo de cooperação com a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. O gabinete é constituído por uma equipa multidisciplinar formada por técnicos das áreas de psicologia, serviço social, sociologia, direito e gerontologia.

O ano de 2024 iniciou com o acompanhamento regular, no âmbito de processos terapêuticos, de 20 famílias, 8 que transitaram de anos anteriores e 6 que resultaram de novos pedidos de apoio. Foram realizadas 22 sessões de intervenção.

Programa Municipal de Bolsas de Estudo do Ensino Superior

O Programa Municipal de Bolsas de Estudo do Ensino Superior é um programa de ação que apoia estudantes carenciados e com mérito académico, a prosseguirem os seus estudos após o ensino secundário obrigatório, através de uma Bolsa de Estudo sob a forma de prestação pecuniária, de valor fixo, para comparticipação nos encargos com a frequência em estabelecimentos de ensino superior.

A Câmara Municipal de Ílhavo poderá deliberar anualmente o prazo das candidaturas, o número de bolsas de estudo a atribuir, o valor das bolsas de estudo (sendo que atualmente está afixado em 30 % do valor do Indexante dos Apoios Sociais), a existência de áreas prioritárias para integração no mercado de trabalho do Município de acordo com estudos técnicos, e as percentagens a atribuir às majorações contempladas no n.º 3, 4 e 5 do artigo 11 do Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo do Ensino Superior.

Em cada ano letivo a Bolsa de Estudo é paga em dez prestações mensais (outubro a julho);

Podem-se candidatar os/as candidatos/as que reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:

1. ser cidadão/ã nacional ou equiparado, nos termos legais;
2. residir no Município de Ílhavo há mais de um ano;
3. estar recenseado/a na área do município de Ílhavo;
4. ter idade não superior a 25 anos;
5. estar matriculado/a em estabelecimento do ensino que ministre cursos aos quais seja conferido o grau académico de primeiro ou segundo ciclos do ensino universitário;
6. não tenha reprovado no último ano letivo, salvo por motivos de doença prolongada ou situação análoga, devidamente comprovada;
7. não possua, à data da candidatura:
 - a. diploma de especialização tecnológica ou de um grau académico, caso se encontre inscrito/a num curso de especialização tecnológica;
 - b. diploma de técnico/a superior profissional ou de um grau académico, caso se encontre inscrito/a num curso técnico superior profissional;
 - c. grau de licenciatura ou superior, caso se encontre inscrito/a num curso conducente à atribuição do grau de licenciatura;
 - d. grau de mestre ou superior, caso se encontre inscrito/a num curso conducente à atribuição do grau de mestre.
8. não possua, por si ou através do seu agregado familiar, um rendimento mensal per capita que ultrapasse o limite máximo previsto no n.º 2 do art. 6.º do Regulamento.

Apresentação de candidatura é efetuada nos prazos fixados, realizada uma vez por ano, em época após as colocações no Ensino Universitário. Sendo abertura da época de candidaturas será devidamente publicitada no site do Município e através de notas de imprensa.

Neste sentido, deliberou a, 18 de janeiro de 2024, Câmara Municipal de Ílhavo a atribuição 43 bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, sendo que cada um deles deverá cumprir 75 horas de tarefas de índole diversa na área do município tal como prevê o Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo. Para o presente ano letivo o tema definido foi Turismo, inovação e valorização do território.

Análise SWOT – Ação Social

Pontos fortes	Pontos Fracos
➤ Serviço Local da Segurança Social; ➤ SAAS da RLIS; ➤ IPSS em todas as freguesias com cobertura em diversas áreas; ➤ Atendimento de ação social descentralizado; ➤ ASI; ➤ Atendimento diário na ação social; ➤ Rede de parceria entre as diferentes instituições; ➤ Existência de equipamentos de apoio social diversificados, dirigidos a diferentes públicos com cobertura concelhia	➤ Insuficientes respostas na área da saúde: ○ Comportamentos aditivos; ○ Doença mental; ○ Deficiência; ➤ Extensas listas de espera para integração em: ○ Creche; ○ ERPI; ○ Lar Residencial; ○ CAO / CACI; ➤ Dificuldade por parte de algumas famílias para gerir recursos económicos; ➤ Baixa qualificação profissional
Oportunidades	Ameaças
➤ Programa de Emergência Alimentar; ➤ Existência de Bancos de Recursos de Apoio às Famílias (pelas IPSS); ➤ Serviço de atendimento local da segurança social com técnica a tempo inteiro;	➤ Falta de respostas sociais e existência de lista de espera; ➤ Tráfico de estupefacientes ➤ Dificuldade de sinalização dos casos de pobreza envergonhada ➤ Falta de motivação e resistência à mudança; ➤ Baixos rendimentos/pensões e outras prestações; ➤ Desfasamento registado entre os rendimentos e as despesas das famílias; ➤ Aumento da procura de serviços para a terceira idade sobretudo para os mais idosos e dependentes; ➤ Desemprego; ➤ Baixa qualificação profissional

Análise SWOT – Respostas Sociais

Sendo as Respostas Sociais um dos eixos prioritários de intervenção do **Plano de Desenvolvimento Social** em vigor, sendo este documento um elemento em atualização e (Re)visita dos instrumentos de diagnóstico e planeamento do município, acrescenta-se à informação anterior as conclusões obtidas numa análise SWOT realizada em reunião do **Núcleo Executivo** e da equipa do **Radar Social**, a 4 de Dezembro de 2024.

Pontos fortes	Pontos Fracos
➤ Promoção de políticas para o Envelhecimento Ativo; ➤ Estatuto do Cuidador Informal; ➤ Grupo de Trabalho na área da Saúde Menta (descentralização junto da comunidade); ➤ Grupo de Trabalho para pessoas portadoras de perturbações de acumulação; ➤ Reforço das equipas de ação social com psicólogos; ➤ Criação do balcão de inclusão;	➤ Carência de vagas em creche e ERPI; ➤ Inexistência de centro de dia na freguesia de São Salvador; ➤ Inexistência de respostas específicas para as demências; ➤ Carência de vagas em lar residencial; ➤ Inexistência de respostas (ex: Centro de Dia) na Gafanha de Encarnação.
Oportunidades	Ameaças
➤ Estatuto do cuidador informal; ➤ CLDS (atividades regulares no âmbito da saúde mental); ➤ Abertura iminente de creche e novas ERPI's; ➤ CSI (possibilidade de caracterizar a população beneficiária)	➤ Sustentabilidade das respostas sociais face às formas de financiamento;

EMERGÊNCIA SOCIAL

No âmbito do 1.º Plano Nacional de Ação para a Inclusão, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2001, de 6 de agosto, que definiu como um dos grandes desafios «*Criar serviço de emergência social integrando o conjunto das instituições de carácter social*», visando então assegurar o encaminhamento de qualquer pessoa, ou família, que se encontre em situação de emergência, ou de crise, para os serviços de proteção social mais adequados a cada situação.

Considerando o princípio da subsidiariedade é prevista uma articulação concertada com serviços, organismos ou outros recursos da comunidade que se revelem os mais apropriados a cada situação, por forma a dar a resposta, mais adequada e em tempo útil, à necessária proteção das pessoas e famílias.

Neste contexto, o Núcleo Executivo, em reunião com a equipa do Radar Social, considerou necessário estabelecer bases para a configuração de um serviço de Emergência Social Municipal, que visa garantir resposta a situações de emergência, ou crise, que necessitem de uma atuação imediata no âmbito da proteção social.

É dentro destas coordenadas, e reconhecendo a sua importância na defesa dos mais vulneráveis, que se efetuou a análise SWOT abaixo.

Análise SWOT – Emergência Social

Após a análise dos eixos prioritários de intervenção do **Plano de Desenvolvimento Social**, em vigor, sendo este documento um elemento em atualização e (Re)visita dos instrumentos de diagnóstico e planeamento do município, surgiu a Emergência Social como um dos eixos a analisar.

Assim acrescenta-se à informação dos restantes eixos as conclusões obtidas numa análise SWOT realizada em reunião do **Núcleo Executivo** e da equipa do **Radar Social**, a 4 de dezembro de 2024.

Pontos fortes	Pontos Fracos
➤ As situações de emergência social estão a obter resposta;	➤ Ausência de recursos em muitas situações de emergência social;
	➤ A estrutura de resposta não é eficaz;
Oportunidades	Ameaças
➤ Abertura que a segurança Social teve para as situações do LNES;	➤ Inexistência de vagas em CAT;

SEGURANÇA

Pensar o desenvolvimento social implica o conhecimento da realidade sócio criminal, visto tratar-se de um fator que afeta não só a vida das pessoas, bem como a forma de viver em sociedade. Por sua vez, estruturar o diagnóstico social de um local também remete para o estudo da criminalidade visto estar diretamente articulada com a geografia e com fenómenos que ocorrem em cada território.

Neste capítulo pretende-se dar a conhecer alguns indicadores de segurança do concelho de Ílhavo.

Ílhavo a segurança é garantida pela Guarda Nacional Republicana que, para além de promover a segurança da população e garantir os serviços de vigilância, fiscalização e prevenção, desenvolve também projetos de âmbito comunitário como o Policiamento de Proximidade, o Programa Escola Segura e o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, Verão Seguro.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, os quais são plasmados na tabela que se apresenta, é perceptível que no período em análise, 2021 e 2023 foram anos com mais registos de crime de forma geral.

	Taxa de Criminalidade (‰)			Crimes Registados pelas autoridades policiais		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Portugal	28,9	32,7	35,0	301.394	343.845	371.995
Continente	28,0	31,2	33,1	277.636	312.502	335.806
Centro	23,9	27,4	28,4	39.854	45.752	48.207
Região de Aveiro	27,1	29,4	31,7	10.135	11.082	12.188
Ílhavo	27,7	30,7	35,9	1.113	1.255	1.513

Tabela 46 - Evolução do número de crimes por ano e território

Nas taxas disponibilizadas pelo INE, denota-se que Ílhavo apresenta uma tendência crescente da violência, aumentando, por exemplo, do ano 2021 para o ano de 2023, de 27,7‰ para 35,9‰, tal como aconteceu com as restantes unidades territoriais de referência. São os crimes contra o património e contra a integridade física, os que mais se manifestam no concelho de Ílhavo.

No seguimento deste acréscimo, e analisando a tabela 48, é perceptível que o crime de violência doméstica apresenta uma tendência crescente.

De sublinhar que no âmbito do desenvolvimento de políticas de prevenção de violência existe em Ílhavo um Protocolo de Compromisso com a Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos (desde 2013), que se foca na disponibilização de meios para vítimas do Tráfico de Seres Humanos.

A segurança é também influenciada pelos sinistros rodoviários ocorridos no concelho.

	Categoria do Crime																	
	Crimes contra a Integridade Física (‰)			Furto/Roubo por esticção e na via pública (‰)			Furto de veículo e em veículo motorizado (‰)			Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l (‰)			Condução sem habilitação legal (‰)			Crimes contra o património (‰)		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Portugal	4,7	5,3	5,4	0,6	0,7	0,7	2,9	2,8	2,7	1,5	2,1	2,3	1,4	1,4	1,5	14,5	16,6	17,8
Continente	4,5	5,2	5,3	0,6	0,7	0,7	2,9	2,9	2,7	1,4	2,0	2,2	1,4	1,4	1,5	14,0	15,6	16,5
Centro	4,3	4,9	5,0	0,2	0,3	0,2	1,8	1,7	1,7	1,7	2,6	2,7	0,9	---	1,1	11,7	12,9	13,4
Região de Aveiro	4,5	5,1	5,4	0,2	---	0,2	2,3	2,3	2,8	2,2	3,1	3,6	1,1	1,0	1,5	14,0	14,8	14,9
Ílhavo	4,8	4,5	6,0	0,2	0,3	0,3	2,3	2,6	3,1	3,7	3,6	5,6	1,0	0,6	1,4	13,8	17,1	16,9

Tabela 47 - Evolução da Taxa de Criminalidade (‰) por localização geográfica

DADOS EM ATUALIZAÇÃO

Violência Doméstica

Atendendo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, de 7 de julho, “*entende-se por violência doméstica toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a, maus-tratos, abuso sexual de mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica. Embora maioritariamente exercida sobre mulheres, atinge também, direta e ou indiretamente, crianças, idosos e idosos e outras pessoas mais vulneráveis, como as deficientes.*”

Trata-se de um crime público, com dimensões preocupantes uma vez que os números de ocorrências tendem a aumentar, tal como o enquadramento, começando a verificar-se situações desde os períodos de namoro.

Em Ílhavo, existe uma estreita relação do ASI com o Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (NAVVD) o qual permite uma fácil articulação relativamente às situações sinalizadas, ajudando no diagnóstico e respetivo encaminhamento para um apoio especializado. Este núcleo acede às instalações do ASI com regularidade para realizar atendimentos a vítimas.

De acordo com o NAVVD (Cáritas Diocesana de Aveiro), no ano de 2024 foram acompanhadas 21 situações novas e 17 que transitaram de 2023.

No âmbito do Projeto **RAP – Respostas de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de violência domésticas** – Cáritas Diocesana de Aveiro, no concelho de Ílhavo são acompanhadas 23 crianças, 20 famílias, sendo que a fonte dos encaminhamentos provém da CPCJ de Ílhavo (11), RAP da Covilhã (1 – por mobilidade geográfica), NAVVD (9) e GAV (2).

De referir que Ílhavo, no desenvolvimento de políticas orientadas para o seio familiar, possui um Protocolo de Cooperação com o Ministério da Justiça/Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (2008), permitindo o funcionamento do Sistema de Mediação Familiar, sempre que solicitado.

No que se reporta a temática concreta da violência doméstica, considera-se que a informação quantitativa disponível é parca. Não obstante, no âmbito da prática desenvolvida pelos técnicos de atendimento e acompanhamento social, esta é uma problemática premente e que se percebe muitas vezes associada a outras, nomeadamente o alcoolismo e problemas psiquiátricos.

Análise SWOT – Segurança

Pontos fortes	Pontos Fracos
➤ Criminalidade com baixo grau de violência; ➤ Projetos de âmbito comunitário como o Policiamento de Proximidade, o Programa Escola Segura e o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, Verão Seguro.	➤ Tendência crescente de crimes no âmbito da violência doméstica
Oportunidades	Ameaças
➤ Existência de dois postos da GNR ➤ Parceria com o NAV; ➤ Exercício CASCADE	➤ Localização geográfica

EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL / ATIVIDADES ECONÓMICAS

Desemprego em Ílhavo

O concelho de Ílhavo à semelhança do panorama nacional, não apresenta pleno emprego. Não obstante, os números de desempregados têm vindo a diminuir muito significativamente, e são bem inferiores à média nacional.

No ano de 2021, Ílhavo, e tendo por base os dados existentes para a região do Centro apresentava uma taxa de desemprego de 6,3%, valor significativamente inferior ao registado em 2011 (12,1%). Contudo verifica-se que Ílhavo somente fica atrás de Vagos em termos regionais.

Para além das políticas nacionais de incentivo ao emprego, também as levadas a cabo localmente pelo Serviço de Apoio à Formação e Emprego (SAFE) promovido pela Câmara Municipal de Ílhavo e mais recentemente pelos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) dinamizados que pelo Município que pela Junta de Freguesia de São Salvador, têm contribuído para a diminuição do desemprego. Todos tem por objetivo o apoio aos jovens e adultos desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita articulação com as entidades empregadoras e formativas da Região.

As tabelas que se seguem apresentam a caracterização dos desempregados no período compreendido entre os anos de 1960 a 2021, quer a nível do panorama nacional, quer a nível do panorama regional.

Anos	1960	± 1981	± 1991	± 2001	± 2011	2021
Portugal	2,4	± 6,8	± 6,1	± 6,8	± 13,2	8,1
Continente	2,4	± 6,9	± 6,1	± 6,9	± 13,2	8,1
Centro	2,4	± 5,4	± 4,9	± 5,7	± 10,9	5,9
Região de Aveiro	2,3	± 4,6	± 4,4	± 5,2	± 11,3	5,5
Ílhavo	2,7	± 6,7	± 6,1	± 5,3	± 12,1	6,3

Tabela 48 - Evolução da Taxa de Desemprego em termos do panorama nacional⁹¹

Importa, porém, que a caracterização das pessoas desempregadas no concelho está em linha com a caracterização do desempregado a nível nacional, destacando-se o género feminino como o género mais vulnerável, assim como a população compreendida entre os 35 e os 54 anos e por sua vez, a faixa dos 55 ou mais anos é a que apresenta menos variações.

Relativamente ao período de desemprego, a maior parte dos inscritos está desempregada há menos de 1 ano, ainda que em média tenha uma escolaridade igual ou superior ao 3º ciclo do ensino básico.

⁹¹ Dados da PORDATA, consultados a 19 de Dezembro de 2024

Anos	1960	⊥ 1981	⊥ 1991	⊥ 2001	⊥ 2011	2021
Região de Aveiro	2,3	⊥ 4,6	⊥ 4,4	⊥ 5,2	⊥ 11,3	5,5
Águeda	2,1	⊥ 3,0	⊥ 1,9	⊥ 2,9	⊥ 10,1	4,6
Albergaria-a-Velha	2,4	⊥ 4,4	⊥ 4,1	⊥ 4,8	⊥ 10,4	4,9
Anadia	1,8	⊥ 4,1	⊥ 3,9	⊥ 4,7	⊥ 9,7	4,3
Aveiro	2,1	⊥ 4,5	⊥ 4,7	⊥ 5,4	⊥ 10,7	5,7
Estarreja	3,3	⊥ 4,1	⊥ 5,7	⊥ 6,7	⊥ 11,8	6,2
Ílhavo	2,7	⊥ 6,7	⊥ 6,1	⊥ 5,3	⊥ 12,1	6,3
Murtosa	2,1	⊥ 4,6	⊥ 5,0	⊥ 6,7	⊥ 12,1	5,1
Oliveira do Bairro	1,6	⊥ 2,2	⊥ 1,9	⊥ 4,8	⊥ 10,2	4,6
Ovar	2,5	⊥ 8,3	⊥ 5,8	⊥ 6,4	⊥ 14,9	7,1
Sever do Vouga	2,0	⊥ 3,5	⊥ 5,9	⊥ 5,9	⊥ 10,0	3,4
Vagos	2,3	⊥ 2,1	⊥ 3,4	⊥ 5,5	⊥ 9,7	5,0

Tabela 49 - Evolução da Taxa de Desemprego em termos do panorama da região de Aveiro⁹²

Também ao nível do vencimento se verificam discrepâncias de género, não sendo este um problema apenas verificado no concelho, como reporta o gráfico que se apresenta.

Emprego em Ílhavo

A proximidade à A25 e à A17 veio dinamizar a economia do concelho permitindo uma maior dinamização de dois grandes fatores de desenvolvimento económico já existentes, nomeadamente o Porto de Aveiro (Gafanha da Nazaré) e as Zonas Industriais da Mota (Gafanha da Encarnação) e a das Ervasas (Ílhavo).

Relativamente à população empregada por setor de atividade, é o sector terciário que emprega mais cidadãos, e o que emprega menor número de pessoas é o setor primário à semelhança do quadro nacional.

No concelho, destacam-se, de acordo com o estudo de empregabilidade do município, os dados que as tabelas abaixo exibem:

Pode ainda referenciar-se a distinção de “Marca Entidade Empregadora Inclusiva” (2021), promovida pelo IEF, IP., distinção pública de práticas de gestão inclusiva de entidades empregadoras do setor privado, público ou economia social, respeitantes às pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidade⁹³ atribuído à Câmara Municipal de Ílhavo.

⁹² Dados da PORDATA, consultados a 19 de Dezembro de 2024

⁹³ Distinção atribuída pela primeira vez a 39 instituições de 133 candidaturas. Dados em atualização

Setor de Atividade	Região Aveiro	Município de Ílhavo
Comércio por grosso e a retalho (...)	8578	747
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	6125	678
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4161	406
Alojamento, restauração e similares	2929	347
Construção	3578	335
Indústrias transformadoras	3658	309
Atividades de saúde humana e apoio social	2916	262
Outras atividades de serviços	2046	236
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3 766	232
Educação	2142	231
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1178	119
Atividades imobiliárias	1123	102
Atividade de Informação e comunicação	604	73
Transporte e armazenagem	578	70
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	354	21
Indústrias extrativas	29	6
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	48	2
Total	43813	4176

Tabela 50 – Empresas por setor de atividade no Município de Ílhavo 2019. Fonte: Pordata

Setor de Atividade	Região Aveiro	Município de Ílhavo
Indústrias transformadoras	57251	5503
Comércio por grosso e a retalho (...)	25703	2448
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	5 752	1075
Alojamento, restauração e similares	8002	908
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	9462	855
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	7768	651
Construção	8676	647
Transporte e armazenagem	4251	358
Atividades de saúde humana e apoio social	4929	346
Educação	3303	315
Outras atividades de serviços	2760	281
Atividade de Informação e comunicação	2486	246
Atividades imobiliárias	1617	155
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativa	1473	124
Indústrias extrativas	0	55
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	467	21
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	468	0
Total	144127	13935

Tabela 51 - Setores com maior empregabilidade – nº colaboradores por setor de atividade no Município de

Formação Profissional

A formação profissional visa a empregabilidade, tendo no seu objetivo a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e comportamentos adequados ao bom desempenho de determinada profissão.

Em Ílhavo a formação profissional é promovida pelo CASCI, pela CERCIAV e pelo FOR-Mar.

O CASCI, com o seu Centro de Reabilitação Profissional (CRP) desenvolve as suas respostas de Formação Profissional nas áreas da doçaria, carpintaria, jardinagem e auxiliar de serviços gerais. No Emprego Protegido, aposta na formação pessoal, social e profissional da população jovem e adulta com deficiência e incapacidade, tendo em funcionamento unidades produtivas ao abrigo da Medida Emprego Protegido, financiada pelo IEFP, nas áreas da Agropecuária, Serração/Carpintaria, Serviços Gerais/Lavandaria e Costura, Agroalimentar (Doçaria) e Olaria.

A CERCIAV promove, através do CRP, a qualificação de pessoas com deficiência e incapacidade com vista à sua integração profissional. Os seus domínios de intervenção são:

- Conceção de intervenções, programas, instrumentos e suportes formativos;
- Organização e promoção das intervenções ou atividades formativas;
- Desenvolvimento/execução de formativas”. intervenções ou atividades ⁹⁴

Acresce-se que este CRP assume o IAOQE - Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego, AC - Acompanhamento à Colocação e APC - Acompanhamento Pós-colocação, com o intuito de apoiar a manutenção e a consolidação do emprego das pessoas com deficiências e incapacidades.

Na CERCIAV é possível frequentar os cursos de: Ajudante de Carpinteiro/a de Limpos, Ajudante de Serralheiro/a Civil, Ajudante de Operador/a Agrícola e de Jardinagem e Ajudante de Empregado/a de Andares.

No que se reporta ao FOR-Mar, Centro de Formação Profissional do setor das pescas, a caracterização da sua intervenção já se encontra devidamente escalpelizada no capítulo da educação.

Atividades económicas

DADOS EM ATUALIZAÇÃO

Recursos Locais para a Promoção da Empregabilidade

Interessado em dinamizar e promover o desenvolvimento económico, o Concelho de Ílhavo garante diversos recursos a empresários e empreendedores que se desloquem para este meio.

⁹⁴ <http://www.cercia.pt/servicos.aspx?id=3> , consultado a 09 de maio de 2019. Dados em atualização

Serviço de Apoio à Formação e Emprego

O Serviço de Apoio à Formação e Emprego, em estreita ligação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, é uma resposta no âmbito do apoio a jovens e adultos desempregados.

Tem como objetivos o acompanhamento, a informação, orientação profissional, apoio e acompanhamento de jovens adultos e desempregados à procura de uma formação e/ou emprego, e são alcançados através da realização de atividades como:

- Informação profissional para jovens e adultos desempregados;
- Apoio na procura ativa de emprego (currículos, cartas, anúncios, entrevistas);
- Divulgação de ofertas de emprego e atividades de colocação;
- Divulgação de ofertas de qualificação e respetivo encaminhamento;
- Divulgação e encaminhamentos para medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo;
- Divulgação no sítio oficial da Câmara do Guia de Emprego de consulta fácil que permite a orientação para estratégias de procura ativa de emprego, ajudando na definição de um plano pessoal de emprego.

Gabinete de Inserção Profissional

O Município de Ílhavo e a Junta de Freguesia de S. Salvador, em parceria com o IEFP, disponibilizam dois Gabinete de Inserção Profissional (GIP) com o objetivo de prestar apoio a jovens e adultos desempregados na sua definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita relação com o IEFP.

Dos diferentes objetivos do GIP, podemos destacar:

- Acompanhamento personalizado dos desempregados;
- Captação de ofertas;
- Divulgação e colocação de ofertas de emprego;
- Encaminhamento para ofertas de qualificação;
- Divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu;
- Motivação e apoio à participação em ocupações temporárias ou atividades de voluntariado.

PCI – Parque de Ciência e Inovação

O PCI, reconhecido pelo seu carácter inovador ao ser único em Portugal e resulta de uma aposta de Equipa entre a Universidade de Aveiro, o Poder Local e as Empresas. É gerido em estreita ligação à gestão das incubadoras (polos da incubadora da UA) e das Áreas de Acolhimento Empresarial dos onze Municípios da Região de Aveiro.

Reunindo todas as condições para atrair empresas de dimensão internacional, que possam procurar em Ílhavo oportunidades de acesso a novos mercados, é também um elemento de projeção internacional do concelho e da região.

De destacar que também serve de instrumento para a execução de prioridades políticas nacionais de que a Universidade de Aveiro é parceira, nomeadamente no Pólo de Competitividade das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica, do Pólo de Competitividade da Energia e do Pólo de Competitividade Agroindustrial, além de Cluster do Habitat e do Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar, entre outros.

Política Municipal de Incentivo ao Emprego

Reconhecendo a importância do estímulo ao empreendedorismo enquanto estratégia para o crescimento do concelho e para a promoção da qualidade de vida dos cidadãos, existe no concelho uma Política Municipal de Incentivo ao Empreendedorismo, a saber:

- Gabinete de Apoio ao Empreendedor;
- Banco de Ideias do Município de Ílhavo;
- Empreendedorismo nas Escolas;
- Educação Ativa;
- Empreendedorismo Social;
- Incubadora de Empresas do Município de Ílhavo.

A disponibilização de todos estes recursos locais tornou-se essencial para a melhoria das condições de procura de emprego e para uma empregabilidade sustentada, destacando-se:

- Elaboração e divulgação semanal de uma compilação de ofertas de emprego, minimizando as dificuldades de alguns inscritos em proceder à procura de emprego na internet;
- Pontos de procura de empregados por parte das entidades empregadoras integradas no concelho, que conhece o perfil dos candidatos o que facilita o encaminhamento rápido;
- Realização de uma feira de emprego anual com o intuito de dinamizar e envolver a comunidade em todo o processo de oferta e procura de emprego, motivando os inscritos nos serviços com a possibilidade de conhecerem as diferentes empresas e poderem fazer entrevistas no momento ou proceder a candidaturas espontâneas e esclarecimento de dúvidas.
- Os benefícios do acompanhamento individualizado e promoção de formação para uma procura ativa de emprego abordando temas como: elaboração do currículo, a entrevista e as medidas de apoio à contratação promovidas pelo serviço de emprego e às quais estes são elegíveis.

Existem medidas que têm contribuído para a redução do desemprego no concelho, onde se observa uma redução do número de desempregados, um aumento do número de ofertas de emprego disponibilizadas e de encaminhamentos realizados.

Os dados referentes a “selecionados” não se reportam à totalidade de colocações de sucesso, mas sim aos dados disponibilizados por algumas empresas, havendo muitas que não dão feedback sobre os resultados de entrevistas de emprego.

DADOS EM ATUALIZAÇÃO

Análise SWOT – Emprego e Formação Profissional

Pontos fortes	Pontos Fracos
➤ Diminuição do número de desempregados inscritos no IEFP; ➤ Informação profissional para jovens e adultos desempregados; ➤ GIP; ➤ SAFE; ➤ Incubadora de empresas e Boas práticas de articulação formal e informal entre os técnicos do terreno; ➤ Boas redes de parceria e articulação interinstitucional; ➤ Existência de zonas industriais de proximidade e em expansão o PCI; ➤ Proximidade geográfica ao IEFP de Aveiro; ➤ Recursos naturais propícios ao desenvolvimento de uma economia de subsistência; ➤ Existência de respostas formativas para desenvolvimento de competências profissionais em áreas específicas; ➤ Existência de atividades tradicionais o Centro Empresarial; ➤ Ligação ferroviária ao Porto de Aveiro; ➤ Existência de Startups	➤ Situações de nova pobreza – pobreza envergonhada; ➤ Baixos rendimentos; ➤ Recursos naturais propícios ao desenvolvimento de atividades informais/economia paralela; ➤ Inadequação da mão-de-obra qualificada evidente às necessidades do mercado; ➤ Baixos níveis de qualificação escolar/profissional dos desempregados;
Oportunidades	Ameaças
➤ Proximidade a outros parques industriais com empresas consolidadas e dinâmicas, abrindo oportunidades para complementaridades cooperações; ➤ Importância reconhecida da aquacultura, uma das atividades em expansão e com grande potencial exportador, em linha com as oportunidades identificadas na Região Centro; ➤ Excelentes acessibilidades rodoviárias e ferroviárias e proximidade ao Porto de Aveiro;	➤ Falta de formação e baixa qualificação dos desempregados; ➤ Mercado de trabalho insuficiente para os licenciados

ENVELHECIMENTO ATIVO

Numa visão macro, o envelhecimento populacional é uma realidade global que tem vindo a crescer a passos acelerados. Na União Europeia as projeções estimam que em 2050 o número de europeus com idade igual ou superior a 60 anos poderá atingir os 34% da população, dos quais, mais de metade terá 80 ou mais anos, assumindo os idosos uma parcela significativa da população.

Tais dados conduzem a que esta temática passe a ser assumida nas agendas políticas de todo o mundo exigindo uma maior reflexão e elaboração de planos e ações de intervenção que respondam às necessidades desta nova sociedade em constante transformação.

Em Portugal são notórios os reflexos ao nível socioeconómico e a valorização desta realidade ao nível das políticas sociais e de sustentabilidade.

Considerando a análise demográfica, o Envelhecimento Demográfico reporta-se ao aumento progressivo de indivíduos com idade avançada relativamente ao grupo total de idosos. Desta forma, Ílhavo para além de poder ser considerado um concelho velho, face à grande proporção de pessoas idosas, pode também ser considerado um território envelhecido, uma vez que paralelamente se verifica uma redução de população jovem, sendo a redução da taxa de natalidade o principal fator responsável pelo envelhecimento demográfico.

Não obstante, este aspeto apresenta também vertentes positivas, como o facto de estar associado a uma melhoria de condições de vida e consequentemente a um aumento da esperança média de vida.

Considerando os dados apresentados no capítulo da “Demografia”, torna-se necessário refletir sobre as alterações e questões associadas ao envelhecimento, nomeadamente a idade da reforma, os meios de subsistência, a qualidade de vida dos idosos, o estatuto que assumem na sociedade, os relacionamentos e a solidariedade intergeracional, a sustentabilidade dos sistemas de segurança social e de saúde de acordo com o modelo social em prática.

Consequentemente, deve ter-se em atenção as oportunidades que advêm destas alterações, tais como a possibilidade de surgirem ou serem repensadas as atividades económicas e profissões associadas, os ambientes e a arquitetura do concelho, assim como o possível ou necessário desenvolvimento de produtos e serviços que respondam às necessidades específicas desta população.

Tais reflexões devem sempre salvaguardar que os idosos de hoje são diferentes dos de gerações anteriores, e serão, com certeza, diferentes dos idosos das gerações futuras.

Reconhecendo que em Ílhavo a população ativa não tem acompanhado o desenvolvimento da população dependente, também a contribuição da população ativa não se desenvolve ao mesmo ritmo, verificando-se um aumento do número de pensionistas que é agravado com o aumento da esperança média de vida.

Não fugindo à realidade do envelhecimento populacional, urge a necessidade de repensar as estratégias de intervenção no sentido de responder às necessidades sociais e de defesa de um

envelhecimento promotor de bem-estar e qualidade de vida, recorrendo a estratégias que minimizem este impacto nas diferentes áreas sociais – emprego, serviços de saúde, segurança social, exclusão social e conflitos intergeracionais.

Por sua vez, para além dos aspetos demográficos é necessário considerar os aspetos individuais, uma vez que o envelhecimento não é encarado da mesma forma por todos os indivíduos, dependendo entre outros, de fatores como a idade da reforma, a classe socioeconómica, o estado civil, o sexo e a religião.

Neste sentido, para além das tradicionais respostas sociais destinadas à população mais velha (apresentadas no capítulo destinado às IPSS), existe em Ílhavo uma oferta variada de atividades que visam a promoção de um envelhecimento ativo e que vão ao encontro das mais diferentes necessidades. Procura-se assim constituir momentos onde o indivíduo se empenhe, com uma diversidade que permita a escolha livre e de espontânea vontade, desenvolvendo para além de um sentimento de pertença social, o crescimento individual através da promoção da aprendizagem ao longo da vida e do autoconhecimento. Mais do que a promoção de atividades lúdicas, em Ílhavo, promove-se um envelhecimento ativo, com oportunidades de inserção e participação social, que promovam no idoso o sentimento de utilidade, tornando-o participativo e ativo ao mesmo tempo que permite à sociedade tirar proveito do potencial que os idosos revelam para a comunidade.

Desde os passeios culturais na “Semana da Maior Idade” (atualmente Festival dos Cabelos Brancos), em 1999, que foram permitindo o contacto com esta população aumentando o conhecimento das suas necessidades, surge em 2006 o “Movimento Maior” que permitiu a integração dos mais velhos em atividades desportivas (institucionalizados ou não).

Em 2007, os idosos não institucionalizados começaram a poder participar nos “Espaços da Maioridade”, onde eram desenvolvidas atividades de artesanato e partilha de saberes, e no caso dos idosos institucionalizados, passou a disponibilizar-se a dinâmica “Baús da Sabedoria” que permitiram valorizar o trabalho das instituições, complementando-o com a introdução de práticas de leitura nas instituições do concelho.

Recentemente, atendendo à grande adesão da população mais velha às dinâmicas implementadas, e consequentemente a melhoria na forma como a mesma vive a sua velhice, tornou-se necessária a criação de um espaço específico para este público, que permitisse intervir nas mais diversas áreas que envolvem o envelhecimento. O Fórum Municipal da Maior Idade surge assim em 2013 e organiza-se de acordo com quatro eixos orientadores:

- Eixo I: Informação, Orientação e Consulta: Sensibilizar e divulgar estratégias preventivas e curativas, nomeadamente dos fenómenos de exclusão ou isolamento;
- Eixo II: Formação, Voluntariado e Lazer: Elevar o nível educacional e ocupacional, promovendo uma maior qualidade de vida;
- Eixo III: Atividade Física e Saúde: Promover hábitos de vida saudável;
- Eixo IV: Investigação: Conhecer a realidade Municipal.

Desde 2013 que a comunidade ilhavense tem também ao seu dispor um Pelouro dedicado a esta população e que tem como essência promover uma estratégia assente na promoção e manutenção da participação sénior através da mobilização para a sua vida comunitária. Para tal,

o Pelouro da Maior Idade proporciona aos cidadãos com 60 ou mais anos um vasto conjunto de oportunidades de valorização integral do seu tempo, dando-lhes oportunidade de aproveitar esta fase de vida enquanto contribuem para o enriquecimento e desenvolvimento do concelho.

Resulta deste investimento a grande expansão de intervenções que se focam no envelhecimento, saudável e participativo e que permite o destaque a nível nacional de projetos como “TeatralIDADES” (desde 2014) – Teatro onde os protagonistas são os próprios idosos; as “Idolíadas – A Arte na Maior Idade” (desde 2014) – um concurso de talentos de abrangência intermunicipal; e o “Teatro Musical – Figurinos d’Ouro” (desde 2017) que como o próprio nome indica se foca no teatro musical desenvolvido pelos mais velhos. Estes projetos têm permitido chegar mais facilmente à comunidade e à exposição e promoção das vantagens do envelhecimento ativo na primeira pessoa, promovendo por sua vez o sentimento de utilidade no idoso, valorização pessoal e social, que por consequência aumentam a sua autoestima e satisfação com a vida.

Não obstante todo o trabalho já realizado, muitas vezes reconhecido fora do concelho enquanto referência de boas práticas na implementação de um envelhecimento ativo, surgiu a necessidade de ir para além da ocupação dos tempos livres. Assim, e com o intuito de saber se Ílhavo é um Município amigo da pessoa idosa, procurou-se através da implementação do projeto “Cidades Amigas das Pessoas Idosas”, avaliar o ponto de vista das pessoas mais velhas e identificar onde e como se deve intervir para estar mais próximo desta população (2019).

Ílhavo Amigo da Pessoa Idosa

O concelho de Ílhavo, depara-se atualmente com novos desafios e oportunidades proporcionados por uma sociedade cada vez mais envelhecida, razão pela qual urge a necessidade de ser estudado numa base multidimensional que sustente uma intervenção adequada às novas e reais necessidades, procurando concretizar o conceito de envelhecimento ativo criado pela OMS, em 1997, que tem por base o princípio de permitir aos idosos que permaneçam integrados e motivados na vida laboral e social.

Segundo a OMS, uma cidade é amiga da pessoa idosa quando “estimula o envelhecimento ativo através da criação de condições de saúde, participação e segurança, de modo a reforçar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem; uma cidade amiga dos idosos adapta as suas estruturas e serviços de modo a que estes incluam e sejam acessíveis a pessoas mais velhas com diferentes necessidades e capacidades” (OMS, 2009).

São cidades amigas das pessoas idosas, as cidades em que “as políticas, os serviços, os cenários e as estruturas apoiam as pessoas idosas e permitem-lhes envelhecer ativamente, ao reconhecer que as pessoas mais velhas apresentam um alargado leque de capacidades e recursos; antecipar e dar respostas flexíveis às necessidades e preferências relacionadas com o envelhecimento; respeitar as suas decisões e escolhas de estilo de vida; proteger os mais vulneráveis; e promover a sua inclusão e contribuição em todos os aspetos da vida comunitária” (OMS, 2009, pp5).

Lançado a nível mundial em 2007, o projeto “Cidades Amigas dos Idosos”, procurou avaliar oito áreas, consideradas fundamentais ao bem-estar dos idosos, no sentido de conhecer possíveis lacunas, fragilidades, potencialidades e sugestões de melhoria, resultando numa listagem de

verificação que resume as opiniões expressas por participantes de todo o mundo. Com esta lista de verificação, hoje é possível que qualquer cidade que se interesse pela sua população sénior possa, autonomamente, olhar para si, considerando o ponto de vista das pessoas mais velhas, e identificar onde e como se podem adaptar no sentido de responderem às necessidades e realidades da população sénior.

De destacar que as áreas consideradas são: Espaços exteriores e edifícios; Transportes; Habitação; Participação Social; Respeito e Inclusão; Participação Cívica e Emprego; Comunicação e Informação; Apoio Comunitário e Serviços de Saúde.

De acordo com Giddens (2009, pp 168), deve encarar-se e promover-se o envelhecimento enquanto “tempo de reflexão acerca dos feitos da vida, mas que permita continuar a crescer, aprender e explorar” e que permita aos idosos uma experiência de velhice mais gratificante e com dignidade, orientação seguida por Ílhavo.

Por sua vez, de acordo com a OMS, encara o envelhecimento ativo como um “processo de otimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas à medida que envelhecem”, conciliando a solidariedade entre gerações, a inovação social, a política, a economia, em prol de uma sociedade inclusiva e justa que vê o envelhecimento de forma global e interdisciplinar.

Face ao exposto, Ílhavo é amigo do idoso, ao desenvolver o empoderamento, a autoestima através de uma cultura que reconhece, respeita e inclui os idosos, como defende a OMS, valorizando a capacitação em lugar da incapacidade. Mas mais importante do que ser amigo do idoso, destaca-se que é amigo de todas as idades, pois ao ser um “**Município Familiarmente Responsável**”, preocupa-se com todas as faixas etárias, procurando dar resposta ao máximo de necessidades manifestadas pelas famílias, vendo a família em toda a sua extensão e sistemas.

Neste sentido, e de acordo com as Nações Unidas (2007), é necessário que as sociedades assegurem que os mais velhos decidam as suas vidas, que se envolvam não só na família, mas também na comunidade, tenham acesso a cuidados de saúde, vejam garantidas as suas condições de dignidade e segurança, sem exploração ou qualquer tipo de abuso físico/económico/psicológico.

Torna-se cada vez mais necessário e urgente difundir uma imagem positiva e participativa do envelhecimento, sensibilizando a comunidade para a importância e contributo que as pessoas mais velhas podem prestar à sociedade, dando-lhes oportunidades para terem voz ativa e serem vistos e reconhecidos como exemplos sociais.

Para tal, é cada vez mais importante integrar nas políticas locais conceitos como o envelhecimento ativo e o direito à participação, cidades amigas das pessoas idosas, prevenção da violência contra os mais velhos, serviços na comunidade e próximos dos cidadãos, disponibilizar informação e formação às famílias e principais prestadores de cuidados informais, promover serviços de saúde inclusivos e que acompanhem evoluções demográficas e sociais.

Por outro lado, com as alterações que se têm verificado no sentido de promover cada vez mais qualidade de vida, informação e formação, começamos a ter cada vez mais pessoas idosas que para além de melhores condições de saúde, e consequentemente maior longevidade, tem também mais qualificações, mais capacidades físicas, mentais e funcionais, aspetos que

demonstram que o idoso de ontem é diferente do idoso de hoje e será certamente diferente do idoso de amanhã. Passamos assim a ter idosos que valorizam cada vez mais a vida, que estão mais ativos socialmente, mais conscientes e informados, com mais autonomia pessoal e menos dependentes, e cada vez menos “consumidores de prestações sociais”, menos “seres inativos na sociedade” ou “geradores de despesa”.

Estes aspetos conduzem não só a necessidade de pensar as respostas que têm vindo a ser dadas a esta população, mas também na revalorização do papel do idoso na comunidade, minimizando cada vez mais o risco da sua marginalização ao mesmo tempo que se oferecem respostas que permitam proteger o idoso e reivindicar os seus direitos, garantindo-lhes o acesso a todo o tipo de proteção.

Concluído a janeiro de 2019, e segundo o estudo “**Ílhavo, Município Amigo das Pessoas Idosas**”, foi claro que Ílhavo é amigo da Pessoa Idosa uma vez que dos 126 parâmetros avaliados, em 85 Ílhavo teve uma avaliação muito positiva, respeitando a pessoa mais velha de forma plena.

É, no entanto, necessário avaliar todos os desafios provenientes do envelhecimento ativo quer individual quer social e populacional, no sentido de criar respostas e programas que envolvam as políticas sociais (saúde, emprego, educação), serviços sociais e serviços de saúde, aspetos comportamentais, pessoais, económicos e ambiente físico, garantindo não só uma maior proteção do idoso, mas também avaliar a sobrecarga dos prestadores de cuidados, que tantas vezes sentem reflexos negativos do seu papel na sua saúde física e mental, agravada pela necessidade de conciliar o seu trabalho com o papel de cuidador.

Estas recomendações e sugestões de melhoria podem ser consultadas no projeto de estudo “Ílhavo, Município Amigo das Pessoas Idosas”.

Laboratório do Envelhecimento

O **Laboratório do Envelhecimento** constitui um projeto inovador e único em território nacional, em que o objetivo central se prende com o aumento do conhecimento sobre o processo de envelhecimento, aliando, para o efeito, parceiros académicos, empresas tecnológicas, organizações sociais, parceiros artísticos e comunidade sénior.

Tem como **Missão** ser um espaço de excelência na produção de conhecimento sobre a área do envelhecimento humano, para e com a comunidade. Num processo contínuo que envolva conhecimento, cooperação, partilhas, capacitação e descobertas.

Neste sentido, a **Visão** para este laboratório é que seja um espaço inovador e informal de acolhimento e cuidado dedicado à promoção do envelhecimento saudável, através da sinergia entre os eixos de conhecimento, criação e investigação.

Consequentemente, tem como **Objetivo Geral**, desenvolver respostas inovadoras que possam ser otimizadas e replicadas enquanto boas-práticas para a promoção do envelhecimento humano saudável e em comunidade, integrando criação, conhecimento e integração.

Assim, e de forma mais específica, tem como objetivos:

- Acompanhar o processo de envelhecimento oferecendo suporte às mudanças físicas, psicológicas e sociais;
- Capacitar continuamente os profissionais, participantes e voluntários para a redução dos estereótipos e preconceitos relativos à idade e ao envelhecimento;
- Desenvolver as redes de stakeholders para fortalecer o trabalho em rede;
- Criar espaços de construção de conhecimento e partilhas comunitárias;
- Promover respostas de excelência e planeadas para o envelhecimento, criando e testando métodos de trabalho eficiente com impacto real para a comunidade;
- Parceiros

Para alcançar estes objetivos, a Câmara Municipal de Ílhavo desenvolveu parcerias com diversas entidades do universo académico, tecnológico, da saúde e do setor social, nomeadamente

- Universidade de Aveiro;
- Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra;
- Escola Superior de Enfermagem de Coimbra;
- Escola Superior Educação do Instituto Politécnico de Coimbra;
- Politécnico de Leiria;
- Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração;
- Kentra Technologies;
- Centro de Saúde de Ílhavo;
- Associação Apoio a Cuidadores de Pessoas Dependentes;
- Mais Feliz Associação Cultural e Social;
- Associação Nacional de Gerontólogos.

Laboratório do Envelhecimento

O envelhecimento é um processo natural, que deve ser sempre entendido como tal e que se inicia no dia do nascimento de cada indivíduo. Este processo vai-se decompondo em diversas etapas, ao longo da sua vida, que se vão sucedendo e que, naturalmente, encerram em si mesmas novos e estimulantes desafios.

Envelhecer significa por isso entender cada uma dessas etapas, preparar convenientemente as etapas seguintes, satisfazer as necessidades que cada uma vai trazendo e aceitar as mudanças associadas às mesmas, seja ao nível físico, seja ao nível intelectual.

No contexto atual, num mundo em constante mutação, ávido de progresso e em que tudo se processa de forma cada vez mais rápida, sobretudo nas etapas associadas à fase mais avançada da vida, nem sempre as necessidades e as capacidades, ou as incapacidades, associadas a essas etapas são devidamente rentabilizadas, compreendidas e aceites, não apenas pelos restantes elementos da sociedade, mas muitas vezes pelo próprio indivíduo que as está a viver.

Por essa razão, revela-se hoje fundamental repensar o papel do sénior, atendendo sobretudo ao facto de esta franja da população estar em acentuado crescimento, de forma a mantê-lo ativo, produtivo e integrado, proporcionando a valorização integral do seu tempo, promovendo a sua qualidade de vida e atenuando as consequências inerentes às suas perdas e alterações físicas e emocionais.

O envelhecimento ativo, por tudo o que de positivo encerra, é, pois, o novo paradigma para a velhice, cabendo ao idoso manter a sua participação contínua na sociedade e à sociedade continuar a tirar partido das capacidades associadas à fase mais madura da vida do indivíduo e estimular de forma regular as suas funções cognitivas e físicas.

No Município de Ílhavo esses objetivos têm sido procurados e alcançados nos últimos anos com assinalável sucesso, através da realização, por várias entidades, de diversas iniciativas, que visam sobretudo o incentivo à prática de estilos e hábitos de vida saudáveis, de forma a combater nomeadamente o sedentarismo, o estímulo ao convívio social como forma de combater o isolamento e a valorização das capacidades da população sénior, promovendo a sua participação ativa na vida da comunidade. Contudo, para a plena concretização dos objetivos enunciados, revela-se fundamental dinamizar e aprofundar ativamente as parcerias já estabelecidas, nomeadamente ao nível dos seus propósitos, da sua concertação e da racionalização de recursos, aumentando assim a eficácia e a eficiência das mesmas.

É neste contexto que surge o Fórum Municipal da Maior Idade, projeto inovador nos seus propósitos e conceito, que visa nomeadamente a criação e manutenção de condições favoráveis para o envelhecimento ativo e para a solidariedade entre gerações, a concretizar através da realização de diversas atividades, dinamizadas de forma integrada pelas suas instituições parceiras, devidamente enquadradas em eixos estratégicos de intervenção.

Este projeto tem como destinatários preferenciais os habitantes do Município de Ílhavo, com idade igual ou superior a 60 anos, que poderão participar nas iniciativas de modo individual ou integrados em equipamento social.

Para a sua concretização foram estabelecidos os seguintes **Eixos de Intervenção**:

- Eixo I: Informação, Orientação e Consulta: Sensibilizar e divulgar estratégias preventivas e curativas, nomeadamente dos fenómenos de exclusão ou isolamento.
- Eixo II: Formação, Voluntariado e Lazer: Elevar o nível educacional e ocupacional, promovendo uma maior qualidade de vida.
- Eixo III: Atividade Física e Saúde: Promover hábitos de vida saudável.
- Eixo IV: Investigação: Conhecer a realidade Municipal.

De um modo geral, o Fórum da Maior idade tem como objetivos:

- Desenvolver fatores facilitadores como o sentimento de filiação, pertença, autorrealização, projeção para o futuro, curiosidade pelo mundo, autonomia, atividade física, auxiliares de uma maior qualidade de vida;
- Mitigar fatores inibidores e promotores de uma vida anónima e de isolamento, pautada pelo deficit de hábitos saudáveis e de atividade física;
- Disponibilizar serviços regularizadores e integradores, preventivos e comunitários, que promovam uma cidadania ativa.

O que de uma forma mais específica se espraia em:

- Proporcionar uma política integrada para os seniores, através de uma atuação coordenada entre as instituições e entidades públicas e privadas que intervêm neste âmbito;
- Estimular a participação pró-ativa dos seniores;
- Reforçar os laços comunitários, familiares e de rede de vizinhança.
- Prestar serviços próximos do ambiente natural do sénior, assente nos princípios da regularização e humanização dos serviços, organizados com flexibilidade, de forma a evitar dependências;
- Dinamizar serviços que vão ao encontro do encontro intergeracional.

Uma vez que o Município não quer, não pode, nem deve estar sozinho neste esforço para honrar os nossos idosos através do fornecimento de melhor qualidade de vida, foram estabelecidas algumas parcerias. A saber, com:

- Câmara Municipal de Ílhavo;
- Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré;
- Obra da Providência;
- Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Nazaré;
- Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo;
- Associação dos Pais e Amigos das Crianças da Gafanha da Encarnação;
- Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo;
- Associação Aquém Renasce;
- Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo;
- Património dos Pobres da Freguesia de Ílhavo (Lar de S. José).

Assim a gestão e dinamização do Fórum Municipal da Maioridade é da responsabilidade comum das instituições parceiras, às quais se poderão juntar outras no futuro, num espírito de parceria, concertação e igualdade, com as obrigações constantes nas cláusulas do Protocolo já estabelecido, assim como nas suas normas de funcionamento.

A Sala de Estar

A “Sala de Estar”, sedeadada no Edifício Sócio Educativo, abriu no dia 8 de novembro, para dar uma resposta específica à população da freguesia da Gafanha da Encarnação, complementando as iniciativas já existentes no Laboratório do Envelhecimento e no Fórum Maior Idade.

Com a ativação da “Sala de Estar”, na Gafanha da Encarnação, a Câmara Municipal de Ílhavo mobiliza a população mais velha da freguesia, assegurando o funcionamento do espaço às sextas-feiras, com foco nos programas **Maiores On**, programa de inclusão digital; e **Maiores na Mente**, sessões de treino cognitivo.

Análise SWOT – Envelhecimento ativo

Pontos fortes	Pontos Fracos
➤ Respostas diversificadas no âmbito do Ageing in Place; ➤ Existência de um Pelouro da Maior Idade o Forte adesão institucional aos desafios propostos na e para a comunidade; ➤ Dinâmicas inter geracionais o Município Amigo do Idoso; ➤ Plano municipal anual de atividades promotoras de um envelhecimento ativo; ➤ Fórum Municipal da Maior Idade o Programa de atividade física para seniores; ➤ Projetos de intervenção comunitária, promovidos por associações e IPSS do concelho, que desenvolvem ações junto da população idosa; prestam apoio aos idosos do concelho	➤ Carência de vagas em respostas sociais; ➤ Baixos rendimentos da população o Situações de isolamento; ➤ Aumento de doenças associadas á velhice; ➤ Existência de equipamentos não licenciados; ➤ Necessidade de reajustar a resposta de SAD a diferentes necessidades da família/idoso;
Oportunidades	Ameaças
➤ Reconhecimento externo de práticas inovadoras e pioneiras; ➤ Oportunidades de financiamento; ➤ Necessidade de novas respostas no âmbito do envelhecimento; ➤ Estatuto do cuidador informal; ➤ Oportunidade de negócio	➤ Aumento das doenças neurológicas degenerativas; ➤ Dificuldades de conciliação entre a vida profissional e o cuidado familiar

IGUALDADE DE GÉNERO

De acordo com o Decreto-Lei n.º 621-A/74, de 15 novembro, foi em 1974 que as mulheres portuguesas puderam votar (e ser eleitas), pela primeira vez, de forma universal e livre, dando-se o primeiro passo no que um dia passou a ser conhecido como igualdade de género.

Em 1976, com o Decreto-Lei n.º 474/76, de 16 de junho, foi abolido o direito do marido abrir a correspondência da mulher.

Já o Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de novembro, introduziu declarações ao Código Civil das quais se destacam:

- A mulher casada deixou de ter estatuto de dependência do marido;
- Desapareceu a discriminação entre marido e mulher e, bem assim, qualquer discriminação relativamente aos filhos nascidos fora do casamento;
- Introduziu a nova disciplina do poder paternal, com o reconhecimento da igualdade dos pais relativamente aos direitos e deveres para com os filhos, determinando a alteração do regime do domicílio legal dos menores (artigo 85.º). Neste âmbito, destacar também que a residência do casal passou a ser decisão de ambos os cônjuges;
- No casamento, a idade núbil foi fixada nos dezasseis anos tanto para o homem como para a mulher (artigo 1601.º);
- Consagrou o princípio de que o casamento assenta na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges (artigo 1671.º, n.º 1).
- Desapareceu o poder marital, a orientação da vida familiar passou a ser atribuída a ambos os cônjuges (artigo 1671.º, n.º 2).
- A cada um dos cônjuges foi reconhecida a liberdade de exercício de qualquer profissão ou atividade sem o consentimento do outro cônjuge (artigo 1677.º-D).
- Entre outros...

DADOS EM ATUALIZAÇÃO

Reconhecendo-se a ainda significativa diferença entre géneros, existe em Ílhavo a preocupação com a promoção da igualdade e qualidade de vida de mulheres e de homens na Comunidade e Administração Locais, pelo que se tem implementado o Plano Municipal para a Igualdade de Género do Município de Ílhavo. Este plano tem como principal objetivo implementar uma política integrada que contribua para a redução/minimização das principais formas de desigualdade social e de pobreza, patentes no território.

A integração desta perspetiva de género nas políticas promovidas pelo Município, com vista a responder melhor às necessidades e aspirações das diferentes categorias de cidadãos e cidadãs, terá como consequência uma melhor utilização dos recursos humanos e financeiros, uma melhor qualidade da tomada de decisão e um melhor funcionamento da própria Democracia.

Destacar também a existência de protocolos que permitem concretizar os objetivos enunciados:

- **Município com Conselheira Municipal para a Igualdade de Género** (desde 2010), na sequência de Protocolo de Cooperação com a CIG, continuando esta figura a apresentar-se como um investimento na promoção da igualdade e qualidade de vida de mulheres e de homens na comunidade e na administração local;
- **Plano Municipal para a Igualdade de Género**, com intervenção em áreas como a Administração Local; Educação, Investigação e Formação; Independência Económica; Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal; Inclusão e Desenvolvimento Social; Educação para a Cidadania, entre outras. Plano integrado no Programa Operacional do Centro 2007-13/QREN, com execução de 100% das suas ações no prazo previsto.
- **Distinção de “Autarquia Familiarmente Responsável”** (2016 a 2023), pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis. Foram avaliadas áreas de atuação, como: Apoio à maternidade e paternidade; Apoio às famílias com necessidades especiais; Educação e formação; Saúde; Cooperação, Relações institucionais e participação social; entre outras. Foram ainda analisadas políticas dirigidas aos/às funcionários/as autárquicos/as em matéria de oscilação entre trabalho e família e igualdade de género.

Análise SWOT – Igualdade de género

Pontos fortes	Pontos Fracos
➤ Plano Municipal de Igualdade de Género;	➤ Feminização da pobreza;
Oportunidades	Ameaças
➤ Candidaturas a financiamentos;	➤ Cultura e Tradição

DIVERSIDADE CULTURAL

De acordo com o Alto Comissariado para as Migrações – ACM, *“Portugal tem sido um país pioneiro na integração dos imigrantes a nível local, concretizando uma integração de proximidade, estabelecida na relação com os serviços locais e os cidadãos imigrantes, nomeadamente através das Associações de Imigrantes conferindo-lhes direitos e deveres equivalentes aos nacionais e promovendo processos de valorização da diversidade cultural existente no território nacional, desenvolvidos na interação das comunidades imigrantes com a sociedade de acolhimento. nesta feliz conjugação de esforços entre administração central, regional e local que a proximidade se estrutura”*.

No caso de Ílhavo, a realidade não é diferente e existe a preocupação por parte das entidades locais para que o acolhimento seja feito sempre com a garantia pelo respeito dos direitos e deveres, sem esquecer a disponibilidade e colaboração para a satisfação das necessidades básicas.

Face ao exposto, Ílhavo possui já um longo percurso no desenvolvimento de políticas geradoras de dinâmicas de acolhimento e integração cultural, garantindo sempre o respeito pela diversidade, a saber:

- Disponibilidade de atendimento pelo CLAIM de Aveiro – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes – da Casa Vera Cruz (2012), no âmbito de protocolo celebrado com a IPSS.
- Município membro da Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (RMAD) do Alto Comissariado para as Migrações - ACM (2014), fomentando a construção de planos municipais transversais ao processo de acolhimento e integração dos migrantes ao nível local.

Salvaguarda-se, porém, que neste diagnóstico apenas se aborda a comunidade cigana uma vez que a mesma apresenta uma franja significativa da população geral do concelho, a qual face à sua especificidade cultural exige uma intervenção diferenciada e ajustada visando a sua plena inserção social, laboral e comunitária.

O estudo das populações de outras origens e culturais encontra-se em análise face à atualização de dados que se encontra a decorrer.

Comunidades Ciganas

Para uma intervenção que se espera inclusiva, é necessário um conhecimento específico das condições de vida, das necessidades e expectativas e da caracterização sócio demográfica do público a quem se destina a intervenção. Neste sentido, desde o ano de 2005 que em Ílhavo se realizam estudos bienais de caracterização da comunidade cigana. Trata-se de um trabalho realizado pela Câmara Municipal de Ílhavo com a colaboração das Equipas do ASI do Concelho, por serem as respostas com mais proximidade e envolvimento com estas famílias.

É esperada para breve a versão atualizada deste estudo, a serem incluídos numa próxima versão deste diagnóstico.

De acordo com as linhas orientadoras do estudo elaborado em 2017, e atualizações subsequentes, existem em Ílhavo 10 localizações de acampamentos de etnia cigana.

Do estudo foram retiradas algumas tendências de caracterização da comunidade, nomeadamente que a maioria das famílias são nucleares com filhos, seguidas de famílias nucleares sem filhos e famílias alargadas. Em número reduzido estão as famílias reconstituídas ou constituídas por um único elemento, respetivamente.

Na vertente ocupacional, à data da concretização do estudo, existia uma pequena franja da comunidade integrada profissionalmente. Não obstante, os elementos que não se encontraram a exercer atividade profissional demonstram interesse e disponibilidade em frequentar cursos de formação profissional, verificando-se a existência de situações de sucesso em que alcançaram a certificação profissional.

Por sua vez, e considerando as obrigações inerentes à medida de RSI, começam a verificar-se também situações em que são vivenciados contextos de integração profissional através dos Contratos Emprego e Inserção (CEI+). Mais se acresce que considerando o elevado número de agregados a beneficiar desta medida, a intervenção com esta comunidade tem comportado reflexos muito positivos face ao cumprimento de obrigações do Contrato de Inserção, a saber, para além do aumento da frequência da formação profissional a generalização da frequência escolar das crianças e jovens, que atualmente cumprem com a escolaridade obrigatória. Pontualmente verificam-se situações de abandono e absentismo que vão sendo alvo de intervenção pelas entidades de competência, nomeadamente a CPCJ e os Tribunais.

Como foi já referido, existe em Ílhavo uma pequena parte de população da comunidade cigana que reside em habitação social e mercado de arrendamento privado, embora a maioria tenha residido previamente em acampamento.

As motivações para esta mudança são diversificadas, resultando da demolição do acampamento em que residiam, devido às obras de ligação ferroviária ao Porto de Aveiro; de agregados que integraram habitação social na sequência de concurso de habitação da Câmara Municipal.

Tais mudanças permitiram a estes agregados alcançar melhores condições de vida no que se reporta ao contexto habitacional, uma vez que todas estas habitações reúnem condições de conforto, salubridade e existência de infraestruturas e serviços básicos.

No que se reporta à situação ocupacional, também nos agregados que se encontram em habitação social ou regime de arrendamento privado prevalece o desemprego.

A Educação e a Comunidade Cigana

De acordo com a comunidade escolar, no concelho de Ílhavo a comunidade cigana apresenta como principais características, no Agrupamento de Escolas de Ílhavo:

- Existência de situações de indisciplina, com reflexo num número significativo de medidas sancionatórias aplicadas a alunos, com compromisso do clima de tranquilidade necessária à ação educativa;
- Existência de fenómenos de discriminação com necessidade de promover plena inclusão dos alunos da;

- Existência de abandono escolar precoce entre os alunos desta comunidade;
- Disponibilização do acesso destes alunos a percursos formativos adequados às suas competências, necessidades e ambições;
- Promoção da qualificação escolar dos alunos da comunidade cigana.

No Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré, as principais características identificadas são:

- Existência de situações de absentismo escolar;
- Existência de problemas de relacionamento interpessoal e de integração no grupo de pares;
- Existência de situações de incumprimento de regras e normas de âmbito escolar;
- Desvalorização do contexto escolar e das aprendizagens quer por parte dos alunos quer por parte das famílias da comunidade cigana.

A Saúde e a Comunidade Cigana

Ao nível da saúde, é de destacar a intervenção que tem vindo a ser preconizada pela Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) “Laços de Mar e Ria”, da qual resulta um levantamento das seguintes características de intervenção:

- Existência de um défice de conhecimentos sobre cuidados de higiene corporal, oral, com especial ênfase nas crianças;
- Conhecimentos deficitários a respeito da alimentação saudável, saúde sexual e saúde mental;
- Encorajamento os utentes da comunidade cigana a manifestar a sua conceção de saúde/doença, as suas dúvidas e falsas crenças, por forma a desmistificar os mesmos e garantir acessibilidade a cuidados de saúde;
- Défice de conhecimentos sobre a cultura cigana pelos profissionais da área da saúde e educação.

Destaca-se ainda a preocupação por parte da UCC em incidir a sua intervenção no domínio da Saúde na Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, procurando valorizar a equidade e acesso aos cuidados de saúde, o combate às desigualdades em saúde enquanto medidas indispensáveis para a obtenção de ganhos em saúde, garantia de coesão e justiça social, assim como para a promoção e desenvolvimento do país.

Análise SWOT – Diversidade Cultural

Pontos fortes	Pontos Fracos
➤ Integração profissional o Trabalho de competências profissionais pelo CEI +; ➤ Maior valorização da escola o Serviço de atendimento de proximidade pelo CLAIMM; ➤ Município membro da Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (RMAD) do Comissariado para as Migrações;	➤ Existência de práticas enraizadas muito defendidas pela comunidade e não reconhecidas pela sociedade; ➤ Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho; ➤ Dependência de apoios sociais/serviços o Habitação precária; ➤ Sobrevalorização dos direitos e ausência de reconhecimento dos seus deveres enquanto cidadãos;
Oportunidades	Ameaças
➤ Integração social, laboral e comunitária; ➤ Maior abertura de potenciais entidades empregadoras;	➤ Preconceito; ➤ Xenofobia;

(Re)visita da Análise SWOT – Diversidade Cultural

Sendo a Diversidade Cultural um dos eixos prioritários de intervenção do **Plano de Desenvolvimento Social** em vigor, sendo este documento um elemento em atualização e (Re)visita dos instrumentos de diagnóstico e planeamento do município, acrescenta-se à informação anterior as conclusões obtidas numa análise SWOT realizada em reunião do **Núcleo Executivo** e da equipa do **Radar Social**, a 4 de dezembro de 2024.

Forças	Fragilidades
➤ Formação na área da “Mediação Cultural”; ➤ Atendimento descentralizado do CLAIM; ➤ Formação para técnicos no âmbito do “Atendimento a população Migrante (CLAIM)”; ➤ Caracterização das comunidades de etnia cigana;	➤ Dificuldade de gestão do atendimento social à comunidade migrante;
Oportunidades	Ameaças
➤ CLDS; ➤ Construção de habitação social; ➤ Mediação intercultural (implementação); ➤ Desenvolver e sensibilizar o tecido empresarial para a integração de pessoas de etnia cigana; ➤ Trabalhar o tecido empresarial, na matéria, inclusive no que se refere aos beneficiários de RSI;	➤ Dificuldades ao nível da agilidade do atendimento da AIMA; ➤ Sobrelotação dos espaços que ocupam; ➤ Enquadramento político internacional; ➤ Chegada das famílias “em bloco” e sem terem asseguradas nenhuma condições de instalação (emprego, habitação);



- Dificuldades que se possam vir a sentir “realojamentos”;
- Realidades muito disparees aquando das “chegadas”;

CONTACTOS

Ação Social

Associação Aquém Renasce	ar.aquem.renasce@gmail.com Rua da Mota nº16 B, Gafanha de Aquém, 3830-143 Ílhavo Tel.: 234 321 499
Centro Social e de Promoção Maria Mãe da Igreja	Casa José Engling, Apartado nº 172, 3834-908 Gafanha da Nazaré Tel.: 234 320 920
Centro Social Padre José Kentenich	centro.social@sementesdosantuario.pt Rua do Santuário nº 83 3830-806 Gafanha da Nazaré Telf: 234 329 430 geral@scmilhavo.pt ; http://www.scmilhavo.com/ Apartado nº 75, 3830-909 Ílhavo Telf: 234 326 015 geral@casci.pt ; www.casci.pt
Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo	Rua João de Deus, n.º 44 3830-201 Ílhavo Telf: 234 390 980 / 234 390 989 sede.cerciav@iol.pt
CASCI - Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo	Rua da CERCIAV – Colónia Agrícola da Gafanha da Nazaré 3830-025 Ílhavo Telf: 234 362 161 cspgenc@hotmail.com
Cooperativa de Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro	Rua Padre António Diogo 3830-516 Gafanha da Encarnação Telf: 234 181 850 centro.ilhavo@netvisao.pt
Centro Social e Paroquial da Gafanha da Encarnação	Av. Manuel da Maia 3830-050 Ílhavo Telf: 234 181 850 centro.ilhavo@netvisao.pt
Património dos Pobres da Freguesia de Ílhavo	Av. Manuel da Maia nº 116 3830-050 Ílhavo Telf: 234 391 354 assgc@hotmail.com
Centro Paroquial de Assistência e Formação D. Manuel Trindade Salgueiro	Rua dos Caçadores, n.º 2 E 3830-418 Gafanha do Carmo Telf: 234 361 153 oprovidencia@mail.telepac.pt
Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo	Rua Camilo Castelo Branco nº 52 3830-582 Gafanha da Nazaré
Obra da Providência	

Educação

Associação de Pais e Amigos das Crianças da Gafanha da Encarnação	Telf: 234 366 738 capge@hotmail.com Edifício Sócio-Educativo Rua Padre Diogo 3830–516 Gafanha da Encarnação
Associação de Pais Centro Escolar da Coutada	Telf: 234 423 449 / 926 022 246 Rua da Coutada 3830–134 Ílhavo
Associação de Pais da Escola de Ílhavo Nº 1	Telf: 234 328 375 / 935 542 212 Travessa à Rua Ferreira Gordo 3830–195 Ílhavo 3830-806
Associação de Pais da EB1 e JI da Gafanha D'Aquém	Telf: 234323290 / 964422444 Rua da Lomba 3830-140 Ílhavo
Associação de Pais da Escola da Barra	Telf: 234360415 Rua Vasco da Gama Praia da Barra 3830-752 fanha da Nazaré
Associação de Pais Centro Escolar Santa Maria Manuela	Telf: 234367867 Rua Capitão Ferreira da Silva 3830- 583 Gafanha da Nazaré
Associação de Pais da Escola e Jardim de Infância da Chousa Velha	Telf: 234324265 Rua Palmiro Peixe 3830–213 Ílhavo
Associação de Pais Centro Escolar da Légua	Telf: 234 410 448 Rua da Capela 3830–248 Ílhavo
Associação de Pais da Escola da Costa Nova	Telf: 234 360 154 / 913 891 191 Rua da Companhia Costa Nova do Prado 3830–457 Gafanha da Encarnação
Associação de Pais da Escola e Jardim de Infância da Cambeia	Telf: 234 185 823 Rua Gil Eanes n.º70 3830-670 Gafanha da Nazaré
Associação de Pais da Escola da Chave	Telf: 234 138 407 Rua S. Gabriel – Apartado nº 62 3830–621 Gafanha da Nazaré
Associação de Pais da Escola da Cale da Vila	Telf: 931440199 Rua Luís de Camões 3830-695 Gafanha da Nazaré
Associação de Pais Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	Rua da Escola Secundária 3830 – 135 Ílhavo
Associação de Pais Escola EB 2/3 José Ferreira Pinto Basto	aspeb23ilhavo@gmail.com Rua Gabriel Ançã 3830 – 197 Ílhavo
Associação de Pais EB 2/3 Gafanha da Nazaré	apebsgn@gmail.com Alameda Prior Sardo 3830 – 551 Gafanha da Nazaré

Associação de Pais EB 2/3 Gafanha da Encarnação
Associação de Pais da Gafanha do Carmo

Apartado nº 53
3830 – 907 Gafanha da Encarnação
Telf: 966 305 671
Rua da Igreja nº 4
3830-408 Gafanha do Carmo

Ensino Privado Pré-Escolar

Centro Social e Paroquial da Gafanha da Encarnação

Telf: 234 082 316
cspgenc@live.com.pt
Rua Padre António Diogo
Gafanha Da Encarnação

Centro Infantil da Gafanha da Nazaré

Telf: 234366373
geral@scmilhavo.pt
Rua José da Silva Mariano
3830-688 Gafanha da Nazaré, Aveiro

Centro Infantil da Lagoa - Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo

Telf: 234321225 / 234329431
geral@scmilhavo.pt
Rua Escola Secundária

Centro Infantil de Ílhavo - Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo

Telf: 234 329 430
geral@scmilhavo.pt
Rua Domingos Ferreira Pinto Basto Nº6/10
3830-177 Ílhavo

Jardim de Infância da Obra da Providência

Telf: 234361153
oprovidencia.geral@gmail.com
Rua Camilo Castelo Branco nº 52
3830-568 Gafanha da Nazaré

Jardim de Infância do CASCI - Costa Nova

Telf: 234369629
geral@casci.pt
Rua Das Companhas

Jardim de Infância do CASCI – Ílhavo

Telf: 234326015
geral@casci.pt
Rua João De Deus nº 40, São Salvador
3830-201 Ílhavo

Jardim de Infância do CASCI - Praia da Barra - Gafanha da Nazaré

Telf: 234369471
geral@casci.pt
Avenida Fernão De Magalhães, Barra
3830-749 Ílhavo

Jardim de Infância do Centro Paroquial de Assistência D. Manuel Trindade Salgueiro

Telf: 234181850
geral@ppobresilhavo.pt
Avenida Manuel Da Maia
3830-050 Ílhavo

Ensino Profissional

CASCI - Centro de Ação Social do Município de Ílhavo	Telf: 234 321 099 crp@casci.pt Rua do CASCI nº 36B 3830-355 Ílhavo
CERCIAv - Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro	Telf: 234390980 sede@cercia.pt Rua do Aires, Nº 53-57, S. Bernardo 3810-205 Aveiro
FOR-MAR - Centro de Formação Profissional do Setor das Pescas	Telf: 234 325 000 / 963 386 704 ilhavo@for-mar.pt Rua D. Manuel Trindade Salgueiro 3830-055 Ílhavo

Ensino Público

Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação	Telf: 234 367 570 / 925 765 651 secretaria@aege.pt Rua da Lomba 3830-475 Gafanha da Encarnação
Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré	Telf: 234 390 890 egn@egn.pt R. Dr. Joaquim António Vilão nº 19 3830-556, Gafanha da Nazaré
Agrupamento de Escolas de Ílhavo	Telf: 234 320 130 direccao@ageilhavo.pt Rua Gabriel Ançã 3830-135 Ílhavo
Escola Básica da Cambeia	Telf: 234 367 876 Rua Gil Eanes 3830-670 Gafanha da Nazaré
Escola Básica da Chave	Telf: 234 361 394 Rua de S. Gabriel 3830-621 Gafanha da Nazaré
Escola Básica da Chousa Velha	Telf: 234 324 265 Rua Palmiro Peixe 3830-213 Ílhavo
Escola Básica da Costa Nova do Prado	Telf: 234 360 154 Rua da Companhia 3830-457 Gafanha da Encarnação
Escola Básica da Gafanha da Encarnação	Telf: 234 367 570 / 234 367 572 Apartado nº 53 3830-907 Gafanha da Encarnação
Escola Básica da Gafanha da Encarnação – Centro	Telf: 234 365 926 Rua Prof. Francisco Corujo 3830-524 Gafanha da Encarnação

Escola Básica da Gafanha da Encarnação – Norte	Telf: 234 367 263 Rua da Parada 3830-476 Gafanha da Encarnação
Escola Básica da Gafanha da Encarnação – Sul	Telf: 234 366 568 Rua da Escola 3830-470 Gafanha da Encarnação
Escola Básica da Gafanha da Nazaré	Telf: 234 397 490/5/6 - 234 397 492 Alameda Pior Sardo 3830-551 Gafanha da Nazaré
Escola Básica da Gafanha de Aquém	Telf: 234 391 097 Rua Central 3830-404 Gafanha do Carmo
Escola Básica da Marinha Velha	Telf: 234 361 483 Rua Padre Américo 3830-705 Gafanha da Nazaré
Escola Básica da Senhora do Pranto	Telf: 234 323 017 Rua João Carlos Loureiro 3830-200 Ílhavo 234 323 017
Escola Básica de Ílhavo	Telf: 234 324 372 Travessa de Ferreira Gordo 3830-195 Ílhavo
Escola Básica de Vale de Ílhavo	Telf: 234 325 619 Largo da Escola 3830-276 Ílhavo
Escola Básica do Corgo Comum	Telf: 234327191 Rua da Coutada 3830- Gafanha da Nazaré
Escola Básica do Farol da Barra, Gafanha da Nazaré	Telf: 234 360 415 Rua Vasco da Gama 3830-752 Gafanha da Nazaré
Escola Básica José Ferreira Pinto Bastos	234 329 810 Rua Gabriel Ançã 3830-197 Ílhavo
Escola Básica n.º1 da Cale da Vila	Telf: 234 361 146 Rua Luís de Camões 3830-696 Gafanha da Nazaré
Escola Básica n.º2 da Cale da Vila	Telf: 234 361 146 Rua Luís de Camões 3830-696 Gafanha da Nazaré
Escola Secundária da Gafanha da Nazaré	Telf: 234 390 890/8- 234 390 891 Rua Dr.º Joaquim António Vilão Apartado nº 82 3834-908 Gafanha da Nazaré
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	Telf: 234 320 130 / 961 784 697 Rua da Escola Secundária 3830-135 Ílhavo
Centro Escolar da Coutada	Telf: 234 327 191 Rua da Coutada 3830-134 Ílhavo

Centro Escolar da Légua

Telf: 234 410 448
Rua da Capela nº 16
3830-248 Ílhavo

Centro Escolar de Vale de Ílhavo

Telf: 234 325 619
Largo da Escola
3830-276 Ílhavo

Emprego

SAFE – Serviço Apoio à Formação e Emprego

Tel.: 234 092 496
E-mail: safe@cm-ilhavo.pt
CieMar (Museu Marítimo de Ílhavo)
Travessa Alexandre da Conceição 3830-196
Ílhavo

GIP – Junta Freguesia S. Salvador

Telefone: 234 321 725
Av. 25 de Abril 94
3830-044 Ílhavo

Família e Comunidade

Gabinete de Apoio à Família

Telf : 234 329 625
Câmara Municipal de Ílhavo
Avenida 25 de Abril
3830-044 Ílhavo

Saúde - Farmácias

Farmácia Anã Castro

Telf: 234 360 721
farma.ancacastro@gmail.com
Av. João Corte Real, Nº 101, R/C
3830-751 Praia da Barra

Farmácia Branco

Telf: 234 361 576
Avenida José Estêvão, n.º 113
3830-555 Gafanha da Nazaré

Farmácia Diniz Gomes

Telf: 234 322 885
farmaciadinisgomes@gmail.com
Rua Arcebispo Pereira Bilhano, n.º 54
3830-111 Ílhavo

Farmácia Moderna

Telf: 234 328 222
Avenida 25 de Abril, n.º 142
3830-044 Ílhavo

Farmácia Morais

Telf: 234 361 817
Avenida José Estêvão, n.º 513
3830-554 Gafanha da Nazaré

Farmácia Ribau

Telf: 234 365 131

Farmácia Santos

farmaciaribau@gmail.com

Rua de Ílhavo, n.º 45

3830-488 Gafanha da Encarnação

Telf: 234 322 930

Rua Arcebispo Pereira Bilhano, n.º 193

3830-111 Ílhavo

Telf: 234 322 742

Farmácia Senos

farmsenos@gmail.com

Rua Arcebispo Pereira Bilhano, n.º 22-24

3830-111 Ílhavo

Telf: 234 094 239 / 919 441 290

Gafanhafarma

geral@gafanhafarma.pt

Av. José Estevão, n.º 315 – R/C

3830-556 Gafanha da Nazaré

Saúde - Hospitais

Hospital da Luz - Hospital Privado de Aveiro

Telf: 234 400 700 / 808 234 400

geral.aveiro@hospitaldaluz.pt

Rua do Brail, n.º 21

3800-009 Aveiro

**Centro Hospital Baixo Vouga: Hospital
Infante D. Pedro – Aveiro**

Telf: 234 378 300 / 234 378 301

comunicacao@chbv.min-saude.pt

Avenida Artur Ravara 3814-501 Aveiro

Saúde – Unidade de Cuidados Continuados

**Unidade Cuidados Continuados da Santa
Casa da Misericórdia de Ílhavo**

Telf: 234 329 430 / 234 329 431

scmilhavo@armail.pt

Rua Domingos Ferreira Pinto Basto, nº 6/10

3830-117 Ílhavo

Saúde – Unidades de Saúde Familiar e Extensões de Saúde

Centro de Saúde de Ílhavo

Telf: 234 325 876 234 322 701

Linha Azul: 234 324 102

usf_beiraria@csilhavo.min-saude.pt

Av. Dr. Rocha Madaíl

3830-193 Ílhavo

**Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré e
Unidade de Saúde Familiar da Beira Ria**

Telf: 234 393 150 / 234 393 159

Rua Padre Rúbens

3830-596 Gafanha da Nazaré

**Extensão de Saúde da Gafanha da
Encarnação**

Telf: 234 361 902

extgafencarnacao@csilhavo.min-saude.pt

Rua Prof. Francisco Corujo 3830 Gafanha da
Encarnação

**Unidade Saúde Familiar da Beira Ria (Costa
Nova)**

Telf: 234 369 884 / 234 396 309

extcostanova@csilhavo.min-saude.pt

Avenida Nossa Senhora da Saúde

Extensão de Saúde da Gafanha do Carmo

Praia da Costa Nova
3830-460 Gafanha da Encarnação
Telf: 234 361 968
Rua José Cândido Ferreira Jorge
3830-421 Gafanha do Carmo

BIBLIOGRAFIA / WEBGRAFIA

Divisão Ação Social e Saúde. (2018). *Reunião do Concelho Municipal de Segurança de Ílhavo*. Ílhavo: Câmara Municipal de Ílhavo.

Alenquer, C. M. (29 de janeiro de 2019). *Associação Amigos da Grande Idade*. Obtido de Pré-Diagnóstico do Concelho de Alenquer: <http://www.associacaoamigosdagrandeidade.com/wp-content/uploads/filebase/consultoria/AN%C3%83%E2%80%9CNIMO%20metodologia%20para%20diagn%C3%83%C2%B3stico%20social.pdf>

Educação, D. d. (s.d.). *Estatísticas da Educação 2016/2017*. Lisboa: Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

Fialho, J., Silva, C. A., & Saragoça, J. (2017). *Diagnóstico Social - Teoria, Metodologia e Casos Práticos*. Lisboa: Edições Silabo.

Guerreiro, A. C., Neto, M., Pimentel, J. P., Durval, M., & Araujo, F. O. (8 de maio de 2019). Perfil Local de Saúde 2017. Obtido de ARSCentro: http://www.arscentro.min-saude.pt/SaudePublica/PlaneamentoSaude/Documents/perfis%20de%20saude/2017/PelS2017_A25_BM.pdf

Idáñez, M. J., & Ander-Egg, E. (12 de Março de 2007). *Diagnóstico Social: Conceitos e Metodologias*. Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal (Versão Portuguesa). Obtido de Espaço Assistente Social: <http://www.eas.pt/wp-content/uploads/2014/01/diagnostico-social-Diagn%C3%B3stico-Social-conceitos-e-metodologias-Maria-Jos%C3%A9-Aguilar-Id%C3%A1nez-e-Ezequiel-Ander-Egg-.pdf> (**A PAGINA NÃO EXISTE**)

INE. (2017). *Estudos sobre o Poder de Compra Concelhio 2015*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

INE. (2018). *Anuário Estatístico da Região Centro - 2017*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

INE. (2019). *Região Centro em números - 2017*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Justino, D., Santos, R., Batista, S., Beatriz, I., Gramaxo, L., Pascueiro, L., . . . Tomaz, M. (9 de abril de 2019). *Empresários pela Inclusão Social*. Obtido de Atlas da Educação - Contextos sociais e locais do sucesso e insucesso: <https://www.epis.pt/upload/documents/59fafbec27c55.pdf>

Lawrence, T. S., & Vellerman, J. D. (1974). *Correlates of student drug use in a suburban high school*. *Psychiatry*, 129-136.

Mello, M. L., Breda, J., & Barrias, J. (2001). *Álcool e problemas ligados ao álcool em Portugal, Saúde XXI*. Lisboa: Direção-Geral de Saúde.

OMS. (17 de agosto de 2019). *World report on disability 2011*. Obtido de Organização Mundial de Saúde: http://www.who.int/disabilities/world_report/2011/en/

Pordata. (5 de fevereiro de 2019). *Poder de Compra Per Capita*. Obtido de Pordata: <https://www.pordata.pt/Municipios/Poder+de+compra+per+capita-118>

Proporção do Poder de Compra. (5 de fevereiro de 2019). Obtido de Pordata: <https://www.pordata.pt/Municipios/Propor%C3%A7%C3%A3o+de+poder+de+compra-119>

República Portuguesa. (28 de janeiro de 2019). Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho. Obtido de Diário da República Eletrónico : <https://dre.pt/application/conteudo/344943>

República Portuguesa. (29 de janeiro de 2019). Despacho Normativo n.º 8/2002, de 12 de fevereiro . Obtido de Diário da República Eletrónico : <https://dre.pt/application/conteudo/284915>

República Portuguesa. (28 de maio de 2019). Lei n.º 45/2005 de 29 de agosto. Obtido de Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2029&tabela=leis&so_miolo=

Saúde, D. d. (2019). Reunião do Conselho Municipal de Segurança de Ílhavo. Ílhavo : Câmara Municipal de Ílhavo.

Segurança Social. (9 de maio de 2019). Abono de Família para Crianças e Jovens. Obtido de Segurança Social: <http://www.seg-social.pt/abono-de-familia-para-criancas-e-jovens>

USF Atlântico Norte. (13 de maio de 2019). Carta Compromisso 2017 – USF Atlântico Norte. Obtido de Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/2/20019/2011293/O%20QUE%20OFERECEMOS/2011293.pdf>

USF Beira Ria. (13 de maio de 2019). Carta Compromisso 2017 - USF Beira Ria. Obtido de Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/2/20019/2011291/O%20QUE%20OFERECEMOS/2011291.pdf>

USF Costa da Prata. (13 de maio de 2019). Carta Compromisso 2017 - USF Costa da Prata. Obtido de Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/2/20019/2011292/O%20QUE%20OFERECEMOS/2011292.pdf>

USF do Leme. (13 de maio de 2019). Carta Compromisso 2019 - USF do Leme. Obtido de Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários : <https://bicsp.min-saude.pt/pt/pesquisa/Paginas/default.aspx?k=beira%20ria%20carta%20compromisso#k=USF%20leme%20carta%20compromisso.pdf>

LEGISLAÇÃO

Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10. Constituição da República Portuguesa

Lei nº46/86 de 14 de outubro. Diário da República n.º 237/1986, Série I. Lei de Bases do Sistema Educativo

Lei nº147/99, de 1 de setembro. Diário da República n.º 204/1999, Série I-A. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

Lei nº45/2005, de 29 de agosto. Diário da República n.º 165/2005, Série I-A. Primeira alteração à Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, que revoga o rendimento mínimo garantido, previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, e cria o rendimento social de inserção

Lei nº142/2015, de 8 de setembro. Diário da República n.º 175/2015, Série I. Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro

Lei nº7-A/2016, de 30 de março. Diário da República n.º 62/2016, 1º Suplemento, Série I. Orçamento do Estado para 2016

Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro. Diário da República n.º 248/2016, Série I. Orçamento do Estado para 2017

Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro. Diário da República n.º 249/2017, Série I. Orçamento do Estado para 2018

Decreto-Lei nº621-A/74, de 15 novembro. Diário do Governo n.º 266/1974, 2º Suplemento, Série I. Aprova a Lei Eleitoral relativamente ao recenseamento

Decreto-Lei nº474/76, de 16 de junho. Diário da República n.º 140/1976, Série I. Revoga o n.º 1.º do artigo 405.º (lenocínio) e altera a redação do n.º 1.º do artigo 461.º (crime de abertura de cartas ou papéis fechados) do Código Penal

Decreto-Lei nº496/77, de 25 de novembro. Diário da República n.º 273/1977, 1º Suplemento, Série I. Introduz alterações ao Código Civil

Decreto-Lei nº115/2006, de 14 de junho. Diário da República n.º 114/2006, Série I-A. Regulamenta a rede social, definindo o funcionamento e as competências dos seus órgãos, bem como os princípios e regras subjacentes aos instrumentos de planeamento que lhe estão associados, em desenvolvimento do regime jurídico de transferência de competências para as autarquias locais

Decreto-Lei nº28/2008, de 22 de fevereiro. Diário da República n.º 38/2008, Série I. Estabelece o regime da criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde

Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho. Diário da República n.º 126/2012, Série I. Procede à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário

Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro. Diário da República n.º 221/2014, 1º Suplemento, Série I. Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, que aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social

Decreto-Lei nº33/2018, de 15 de maio. Diário da República n.º 93/2018, Série I. Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2018

Resolução Conselho de Ministros nº197/97, de 18 de novembro. Diário da República n.º 267/1997, Série I-B. Procede ao reconhecimento público da denominada «rede social»

Resolução Conselho de Ministros nº88/2003, de 7 de julho. Diário da República n.º 154/2003, Série I-B. Aprova o II Plano Nacional contra a Violência Doméstica

Despacho nº10143/2009, de 16 de abril. Diário da República n.º 74/2009, Série II. Aprovação do Regulamento da Organização e Funcionamento da Unidade de Cuidados na Comunidade

Despacho nº12154/2013, de 24 de setembro. Diário da República n.º 184/2013, Série II. Determina a criação da Rede Local de Intervenção Social (RLIS)

Despacho nº 7255/2018, de 31 de julho. Diário da República n.º 146/2018, Série II. Procede à alteração do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar

Despacho normativo nº8/2002, de 12 de fevereiro. Diário da República n.º 36/2002, Série I-B. Regulamenta o Programa de Apoio à Implementação da Rede Social

ANEXO

Regulamento Interno do Atendimento Social Integrado

REGULAMENTO INTERNO DO ATENDIMENTO SOCIAL INTEGRADO

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

(Disposições Gerais)

O atendimento e acompanhamento social, enquanto medida de política social activa, constitui-se num espaço privilegiado de manifestação e interpretação diagnosticada das necessidades e dos problemas que subjazem na comunidade local, problemas estes que pela sua natureza dimensional persistente e que exigem portanto, uma intervenção continuada, global e estruturada e não sectorial e estandardizada.

O atendimento e acompanhamento social visam apoiar os indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, na prevenção e/ou resolução de problemas geradores de situações de pobreza e exclusão social em áreas tão diversas como o emprego, a habitação, a ação social, a saúde, a justiça, entre outros.

A metodologia permite uma melhoria do funcionamento e articulação entre as organizações com responsabilidades no atendimento de âmbito social, ao encontro do princípio da subsidiariedade, um aumento significativo de capacidade no atendimento às famílias, devido à descentralização e desburocratização, uma maior eficácia e eficiência no atendimento e respostas aos problemas das famílias e ainda, uma melhoria dos níveis de satisfação dos beneficiários, quanto aos atendimentos e serviços prestados.

Assente numa relação de reciprocidade técnico/beneficiário, com vista à promoção de condições facilitadoras da inserção das pessoas, mediante a elaboração, contratualização e acompanhamento de um verdadeiro “Projecto de Vida”.

No âmbito dos objectivos definidos no protocolo de parceria para a implementação do Serviço de Atendimento Social Integrado, celebrado em 7 de Abril de 2008, tendo em consideração os objectivos, actividades e funcionamento naquele determinados, nomeadamente para o serviço específico de Atendimento Integrado, este reger-se-á pelo seguinte Regulamento.

Artigo 2.º

(Objectivos do Regulamento)

O presente regulamento tem por finalidade definir o funcionamento do Atendimento Social Integrado, estrutura responsável pelo atendimento e acompanhamento social no Município de Ílhavo.

CAPÍTULO II

Organização e Funcionamento

Artigo 3.º

(Instalações)

O Serviço de Atendimento Social Integrado funcionará nas instalações da Câmara Municipal de Ílhavo, organizadas especificamente para o efeito.

Artigo 4.º

(Horário de Funcionamento)

O horário de funcionamento será de Segunda-Feira a Sexta-Feira, das 9H30M às 12H30M e das 14H00 às 16H30M, à excepção das Quintas-Feiras e dos dias feriados.

Às Quintas-Feiras o Serviço de Atendimento Social Integrado contará apenas com a presença do Assistente Administrativo, que em caso de emergência solicitará o apoio do Gestor do Processo Familiar (que se encontrará em reunião no espaço afecto ao Atendimento Social Integrado).

Artigo 5.º

(Estrutura do Atendimento Social Integrado)

O Atendimento Social Integrado é constituído por duas estruturas, designadamente a Equipa de Execução e a Equipa de Cooperação.

Artigo 6.º

(Constituição da Equipa de Execução)

Da constituição da Equipa de Execução, fazem parte as seguintes instituições parceiras:

- Câmara Municipal de Ílhavo;
- Centro Distrital de Aveiro do ISS, I.P.;
- CASCI (Centro de Acção Social do Concelho de Ílhavo);
- Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo;
- Fundação Prior Sardo;

- CERCIAV (Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro);
- Obra da Providência;
- Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), representado pelo Centro de Saúde Ílhavo e / ou pelo Serviço de Saúde Pública de Ílhavo;
- Direcção Regional Educação do Centro, mediante o Representante no Conselho Local de Acção Social (CLAS).

Artigo 7.º

(Constituição da Parceria da Equipa de Cooperação)

Da constituição da Equipa de Cooperação, fazem parte as seguintes instituições parceiras:

- Associação Solidariedade Social da Gafanha do Carmo;
- Centro Paroquial de Assistência e Formação D. Manuel Trindade Salgueiro;
- Centro Social e Paroquial da Gafanha da Encarnação;
- Centro Social e Paroquial N. Sr.ª da Nazaré;
- Conferência S. Vicente de Paulo de Ílhavo;
- Clube Stella Maris;
- FORPESCAS de Ílhavo;
- Grupo Cáritas Paroquial da Costa Nova;
- Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha da Encarnação;
- Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha da Nazaré;
- Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha do Carmo;
- Grupo Cáritas Paroquial da Praia da Barra;
- Grupo Cáritas Paroquial de Vale de Ílhavo;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional de Aveiro;
- Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação;
- Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré;
- Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo;
- Junta de Freguesia de S. Salvador;
- Património dos Pobres da Freguesia de Ílhavo.

Artigo 8.º

(Competências da Equipa de Execução)

1. A cada parceiro da Equipa de Execução compete a:

- Disponibilização de um Técnico de Intervenção Social que assegurará, o que corresponde a um dia por semana, o Atendimento de 1.ª linha – situações que não estejam em Acompanhamento Social e situações de emergência – e o Acompanhamento Social – Gestão dos Processos em Acompanhamento da comunidade, com excepção do Centro de Saúde de Ílhavo e/ou do Serviço de Saúde Pública de Ílhavo e do representante da Direcção Regional Educação do Centro no CLAS.

- Facultação do acesso à informação relativa aos recursos do seu âmbito, com vista à sua operacionalização a nível local.
2. Os parceiros da Equipa de Execução, Fundação Prior Sardo e CASCI, no âmbito dos seus Acordos de Cooperação com Centro Distrital de Aveiro do ISS, I.P. farão o Acompanhamento Social da comunidade, podendo sempre que o número de processos existentes for superior à capacidade de Acompanhamento dos referidos parceiros, a Equipa de Execução designar outra de entre os seus membros.
3. A escala do atendimento é a seguinte:
- Segunda-Feira, de manhã – Técnico do parceiro CASCI;
 - Segunda-Feira, à tarde - Técnico do parceiro Fundação Prior Sardo;
 - Terça-Feira, de manhã – Técnico do parceiro Fundação Prior Sardo e Técnico do parceiro CERCIIV;
 - Terça-Feira, à tarde – Técnico do parceiro CASCI e Técnico do parceiro Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo;
 - Quarta-Feira, todo o dia – Técnico do parceiro do Serviço Local de Segurança Social;
 - Sexta-Feira, todo o dia - Técnico do parceiro Câmara Municipal de Ílhavo e Técnico do parceiro Obra de Providência;
4. O Técnico do parceiro Centro Distrital de Aveiro do ISS, I.P. coordenará com o parceiro Câmara Municipal de Ílhavo o funcionamento do Atendimento Social Integrado e fará representar-se nas reuniões semanais dedicadas àquele.
5. O Técnico do parceiro designado pela Administração Regional de Saúde do Centro, far-se-á representar nas reuniões do Atendimento Social Integrado, comparecendo de modo interpolado, quinzenalmente, criando as condições necessárias de articulação entre o Centro de Saúde de Ílhavo e o Serviço de Saúde Pública de Ílhavo.
6. O Representante do parceiro designado pela Direcção Regional Educação do Centro far-se-á representar nas reuniões semanais do Atendimento Social Integrado, criando as condições necessárias de articulação entre aquele e o âmbito de intervenção da Educação.
7. À Equipa de Execução compete a definição das acções a contratualizar pelo Gestor do Processo com a família ou pessoa objecto do acordo de inserção, a qual terá lugar nas reuniões de Quinta-Feira.
- 7A. Na definição das acções a contratualizar participarão os parceiros da Câmara Municipal de Ílhavo, Centro Distrital de Aveiro do ISS, I.P., Centro de Saúde de Ílhavo e/ou Serviço de Saúde Pública de Ílhavo, Representante da Direcção Regional Educação do Centro no CLAS e o parceiro responsável pelo Acompanhamento Social (Gestor do Processo).
- 7B. Compete a cada Gestor do Processo preparar a apresentação das situações a contratualizar, assim como fazer a respectiva marcação junto do Assistente Administrativo.
8. Cada parceiro responsabilizar-se-á por informar a Coordenação, com o mínimo de antecedência, sempre que não conseguir assegurar a presença do técnico da sua instituição.

9. Cada gestor do processo realizará o atendimento e acompanhamento da família em Serviço de Atendimento Social Integrado ou, em atendimentos subsequentes, nas instalações do próprio parceiro.

Artigo 9.º

(Competências da Equipa de Cooperação)

À Equipa de Cooperação compete o:

- Encaminhamento de situações sujeitas à pobreza e exclusão social para o Atendimento Social Integrado;
- Apresentação de propostas de intervenção nas situações sociais sinalizadas;
- Disponibilização de recursos (géneros alimentares, vestuário e outros) das respectivas instituições, através da mediação entre a Equipa de Execução e a Equipa de Cooperação;
- Disponibilização de respostas sociais das respectivas instituições, através da mediação entre a Equipa de Execução e a Equipa de Cooperação;
- Partilha de informação relativa a situações sociais, quando solicitada;
- Cada parceiro da Equipa de Cooperação deverá estar presente nas reuniões de Equipa de Execução sempre que solicitada para o efeito pelos parceiros com funções de coordenação.

Artigo 10.º

(Zonas Geográficas de Intervenção da Equipa de Execução)

1. Cada parceiro fará os atendimentos respeitando as seguintes zonas geográficas, preferencialmente:

- Câmara Municipal de Ílhavo – concelho de Ílhavo;
- Serviço Local de Segurança Social – concelho de Ílhavo;
- CASCI - freguesia de S. Salvador e Costa Nova;
- Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo - freguesia de S. Salvador;
- Fundação Prior Sardo – freguesias da Gafanha da Nazaré, da Gafanha da Encarnação e da Gafanha do Carmo;
- CERCIIV - freguesias da Gafanha da Nazaré, da Gafanha da Encarnação e da Gafanha do Carmo;
- Obra de Providência - freguesias da Gafanha da Nazaré, da Gafanha da Encarnação e da Gafanha do Carmo.

2. Os parceiros que farão o Acompanhamento Social, de modo preferencial, serão o CASCI e a Fundação Prior Sardo nas zonas geográficas acima expostas.

3. Os parceiros Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo e CERCIIV farão os atendimentos, exclusivamente, atinentes à medida de Rendimento Social de Inserção.

Artigo 11.º

(Ficheiro)

No ficheiro do Atendimento Social Integrado, devem constar todos os elementos de identificação disponíveis e a identificação do técnico que irá atender o cidadão.

Artigo 12.º

(Marcações)

A marcação para o atendimento será concretizada pelo Assistente Administrativo, por ordem de chegada e/ou para o técnico solicitado pelo beneficiário, que já realize o seu acompanhamento.

Artigo 13.º

(Suportes Processuais)

Para o seu funcionamento, o Serviço de Atendimento Social Integrado adoptará suportes e instrumentos processuais, de acordo com os normalizados no atendimento e acompanhamento social, usados pelo Centro Distrital de Aveiro do ISS, I.P.

CAPÍTULO III

Requisitos de Acessibilidade e de Saída

Artigo 14.º

(Critérios de Admissão)

O processo de acesso ao Serviço de Atendimento Social Integrado, inicia-se quando um beneficiário procura este serviço por iniciativa própria ou encaminhado por outra instituição, sendo condição fundamental a residência comprovada no concelho de Ílhavo, excepto quando se trate de passantes e sem abrigo.

Artigo 15.º

(Critérios de Prioridade de Admissão)

Têm prioridade de admissão, indivíduos ou grupos da população que estejam em situação de emergência, na sequência de grave vulnerabilidade e exclusão social.

Artigo 16.º

(Critérios de Saída)

A saída efectua-se quando:

- O beneficiário alterar a sua residência para outro concelho;
- O falecimento do titular do processo e a inexistência de outros elementos no agregado familiar;
- O indivíduo manifestar expressamente não pretender manter-se em acompanhamento no Serviço de Atendimento Social Integrado;
- A equipa de parceiros considerar que a família se autonomizou e concretizou a sua inserção social, dispensando a continuidade do acompanhamento.

CAPÍTULO IV

Recursos Humanos

Artigo 17.º

(Competências da Presidência e de Coordenação)

1. O Serviço de Atendimento Social Integrado é presidido pelo Presidente do Conselho Local de Acção Social, ao que compete a:

- Convocação e a coordenação das reuniões anuais de avaliação e delineamento do Plano de Actividades, a aprovar pelo CLAS;
- Apoio logístico ao funcionamento do Serviço de Atendimento Social Integrado;
- Acompanhamento do trabalho desenvolvido pelo serviço.

2. Na continuidade do artigo 7º, ponto 1 e 2 do referido Protocolo, o Serviço de Atendimento Social Integrado é coordenado pelos parceiros Câmara Municipal de Ílhavo e Centro Distrital de Aveiro do ISS, I.P., aos quais compete a:

- Orientação e direcção da actividade da estrutura, segundo os planos estabelecidos, os procedimentos adoptados e os regulamentos existentes;
- Criação e actualização do Regulamento Interno, a aprovar pelo CLAS, sempre que se manifeste necessário e sujeitá-lo à aprovação dos parceiros;
- Elaboração do plano de actividades e o relatório de avaliação anual, ambos a aprovar pelo CLAS;
- Organização dos ficheiros e documentação do Serviço de Atendimento Social Integrado;
- Elaboração das actas das reuniões;
- Recebimento, encaminhamento e assinatura da correspondência enviada, enquanto Serviço de Atendimento Social Integrado;
- Promoção das reuniões que se considerem necessárias, para a atribuição de gestor do processo e análise de situações.

Artigo 18.º

(Gestor de Caso e Competências do Técnico de Intervenção Social)

1. O Gestor de Processo (Técnico de Intervenção Social) é o gestor do Processo Familiar, quando assim designado em reunião de equipa, partindo-se do pressuposto que será o único a intervir socialmente naquela família – Acompanhamento Social-, articulando e recorrendo às restantes instituições parceiras, quando necessário.
2. Ao Técnico de Intervenção Social compete o estudo e diagnóstico da situação apresentada pelo beneficiário, que permita a elaboração com aquele de um plano de inserção, a contratualizar com o mesmo, bem como o posterior acompanhamento, com vista à concretização da inserção.

Artigo 19.º

(Competências do Assistente Administrativo)

Ao Assistente Administrativo compete realizar o acolhimento, para avaliar se se trata de um assunto do Serviço de Atendimento Social Integrado, procedendo à respectiva marcação de atendimento ou o seu encaminhamento para outro serviço, quando o beneficiário dispensar o atendimento do Técnico de Intervenção Social.

CAPÍTULO V

Direitos e Deveres

Artigo 20.º

(Direitos dos Beneficiários)

1. Todo o cidadão maior de 18 anos ou de 16 anos, no caso de comprovar ter menores a seu cargo, tem direito a ser atendido, no horário normal de funcionamento do Serviço de Atendimento Social Integrado, desde que se identifique, comprove a sua residência no concelho de Ílhavo, com exceção dos passantes e sem abrigo, e autorize o registo informático dos seus dados de identificação;
2. Todo o cidadão tem direito à igualdade de tratamento, independentemente da raça, religião, nacionalidade, sexo ou condição social;
3. O sigilo profissional é um direito inestimável do utente;
4. Todo o cidadão em situações de emergência, será atendido no próprio dia, pelo técnico de piquete ou ser-lhe-á marcada entrevista pelo Assistente Administrativo, para o respectivo técnico de acompanhamento;

5. É um direito do cidadão a aceitação das suas declarações escritas e assinadas, nos casos em que não possa apresentar parte ou totalidade da documentação solicitada;
6. O utente tem direito de declinar a autorização de intervenção ou manifestar o seu descontentamento face ao funcionamento do Serviço de Atendimento Integrado, no Livro de Reclamações.

Artigo 21.º

(Deveres dos Beneficiários)

1. Todo o beneficiário tem o dever de apresentar os documentos necessários e meios de prova, que lhe forem solicitados, para a adequada análise e acompanhamento da sua situação sócio familiar;
2. Sem prejuízo do número anterior, o beneficiário deve autorizar que os serviços procedam às diligências necessárias à averiguação e comprovação da veracidade das declarações prestadas, nomeadamente mediante a realização de visitas domiciliárias;
3. O beneficiário compromete-se a concretizar as diligências conforme plano de intervenção acordado;
4. O beneficiário tem o dever de informar o técnico sobre as alterações da sua situação sócio familiar, designadamente alteração de morada, de rendimentos e da composição do agregado familiar;
5. O beneficiário deve respeitar as normas de funcionamento do Atendimento Social Integrado, bem como o pessoal com intervenção naquele serviço.

Artigo 22.º

(Direitos dos Intervenientes do Serviço de Atendimento Social Integrado)

Os intervenientes do Serviço de Atendimento Social Integrado (pessoal administrativo e técnico), para além dos direitos inerentes à estrutura que representam, têm direito:

1. A uma atitude e a um tratamento de respeito, por parte dos beneficiários;
2. A serem devidamente informados pelos beneficiários e pelos representantes das instituições, aquando da solicitação de informações;
3. Ao cumprimento e respeito do estabelecido no presente Regulamento e Manual de Procedimentos.

Artigo 23.º

(Deveres dos Intervenientes do Serviço de Atendimento Social Integrado)

1. Informar os beneficiários sobre os objectivos e funcionamento do Atendimento Social Integrado, bem como seus direitos e deveres;
2. Assegurar a avaliação das necessidades específicas de cada beneficiário e sua família, promovendo as respostas adequadas ou encaminhando para serviços que as promovam;
3. Definir em acordo com o beneficiário e/ou agregado familiar dos planos de intervenção adequados à prossecução do “Projecto de Vida”;
4. Elaborar Informações Sociais quando solicitadas por outras entidades competentes.

CAPÍTULO VI

Livro de Reclamações

Artigo 24.º

(Livro de Reclamações)

No Serviço de Atendimento Social Integrado existe um livro de reclamações para utilização.

CAPÍTULO VII Disposições Finais

Artigo 25.º

(Alterações ao Regulamento)

Em tudo o que não se encontra previsto no presente Regulamento, será regido pelo normalizado no âmbito do atendimento e acompanhamento social acordado pela Equipa de Coordenação.

Artigo 26.º

(Casos Omissos)

Nos casos omissos do presente regulamento, deve a equipa reger-se pela: - Constituição da República Portuguesa; - Código Civil; - Bases Gerais do Sistema de Segurança Social; - Princípios éticos e deontológicos de cada instituição e de cada categoria profissional; - Critérios de justiça, equidade e racionalidade.

Artigo 27.º

(Entrada em Vigor)

O presente regulamento entra em vigor no dia 7 de Abril de 2008, após aprovação pelo Conselho Local de Acção Social, no dia 31 de Março de 2008

